



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 99

III Sessão Legislativa

Horta, Terça-Feira, 7 de Junho de 2011

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 11 minutos.

No Período de Tratamento de Assuntos Políticos foram apresentados diversos votos. A saber:

- **Voto de Congratulação pela “conquista do campeonato nacional da proliga Terceira Basket”**, pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Abel Moreira, usou de seguida da palavra a Sra. Deputada Nélia Nunes (*PS*).

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pela “Conquista do campeonato nacional da proliga Terceira Basket”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Clélio Meneses, usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação – “Horta - Clube das mais belas baías do Mundo”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Sobre o mesmo usaram da palavra os Srs. Deputados Lúcio Rodrigues, a quem coube a apresentação do voto, e Luís Garcia (*PSD*).

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Saudação pelos “75 anos da Casa do Povo do Porto Judeu”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado António Ventura (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado António Parreira (*PS*).

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo “falecimento de Alcindo Alves dos Santos”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado António Costa, usou da palavra a Sra. Deputada Piedade Lalande (*PS*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Entrando no período destinado a declarações políticas, proferiram intervenções os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*) e Duarte Freitas (*PSD*).

Sobre a primeira usaram da palavra os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Rosa (*CDS/PP*).

Sobre a segunda usaram da palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*) e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

Proferiu uma intervenção de interesse político relevante o Sr. Deputado Francisco Álvares (*PSD*).

Aberto o debate, usaram da palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça (*PS*) e o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*).

Seguiu-se a **Agenda da Reunião** com o debate e votação das seguintes iniciativas legislativas:

1. **Projecto de Resolução n.º 23/2011 – “Manutenção da extensão do Provedor de Justiça na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE;

Apresentado o diploma pela Sra. Deputada Zuraída Soares, seguiu-se o debate com a participação dos Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Abel Moreira (*CDS/PP*), Pedro Gomes (*PSD*), Herberto Rosa (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Herberto Rosa (*PS*).

Submetido à votação o projecto foi aprovado por maioria.

2. **Projecto de Resolução n.º 16/2011 – “Recomenda ao Governo da República a criação de uma Delegação do IPTM I.P. na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP;

A primeira intervenção coube ao Sr. Deputado Aníbal Pires, seguindo-se as intervenções dos Srs. Deputados Lizuarte Machado (*PS*), José Cascalho (*BE*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Jorge Macedo (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraída Soares (*BE*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*).

O Projecto foi rejeitado por maioria.

3. **Projecto de Resolução n.º 4/2011 – “Programa de apoio para as Associações de Estudantes do Ensino Básico, Secundário e Profissional”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

Apresentado o diploma pela Sra. Deputada Vera Bettencourt, iniciou-se o debate com a participação dos Srs. Deputados Cláudio Almeida (*PSD*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Cascalho (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Berto Messias (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

O Projecto foi aprovado por unanimidade.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Cláudio Almeida (*PSD*) e Berto Messias (*PS*).

4. **Projecto de Resolução n.º 7/2011 – “Construção da Pousada da Juventude na Ilha do Corvo”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM;

Iniciado o debate com a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Guilherme Nunes (*PS*), Cláudio Almeida (*PSD*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

A solicitação de um intervalo regimental pelo Grupo Parlamentar do BE, os trabalhos foram suspensos, ficando agendada a continuação do debate para o dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 49 minutos.

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vamos começar os nossos trabalhos de hoje com a chamada.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho **Pascoal** Albuquerque Silva

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Domingos Manuel Cristiano Oliveira **Cunha**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**

Hernâni Hélio **Jorge**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

José Gaspar Rosa de **Lima**

José Manuel Gregório de Ávila
José de Sousa Rego
José Carlos Gomes San-Bento de Sousa
Lizuarte Manuel Machado
Lúcio Manuel da Silva Rodrigues
Manuel Herberto Santos da Rosa
Maria da **Piedade Lima Lalanda** Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco Amaral
Nélia Maria Brito Nunes
Paula Cristina Dias Bettencourt
Ricardo Manuel Viveiros Cabral
Vera Mónica da Silva Alves Teixeira Bettencourt

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos Santos
António Augusto Batista Soares Marinho
António Pedro Rebelo Costa
António Lima Cardoso Ventura
Cláudio José Gomes Lopes
Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses
Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas
Francisco da Silva Álvares
João Luís Bruto da Costa Machado da Costa
José Francisco Salvador Fernandes
Luís Carlos Correia Garcia
Mark Silveira Marques
Pedro António de Bettencourt Gomes

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira
Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 46 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Está aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos entrar nos nossos trabalhos. Chegaram à mesa vários votos.

Vamos começar pela ordem cronológica de entrada, pelo Voto de Congratulação do CDS/PP, relativo ao Terceira Basket.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abel Moreira.

Deputado Abel Moreira (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

O Fórum Terceira Basket é o novo campeão nacional da Proliga. A equipa da ilha Terceira, que sucede ao Lusitânia como campeã do segundo escalão da modalidade em Portugal, foi a grande surpresa da competição na época que agora terminou, uma vez que se havia quedado por um sexto lugar da classificação na fase regular e ultrapassou duas equipas melhor classificadas na fase final da prova.

O Terceira Basket conquista assim um enorme feito, até porque conseguiu virar a seu favor uma eliminatória que esteve a perder por 2-0.

Com este título no seu palmarés e pela prestação de relevo para o Desporto Açoriano, importa lembrar, neste momento, a Direcção desta equipa, na pessoa do seu Presidente, Pedro Fagundes, e a equipa de profissionais que dentro das quatro linhas foram encestando até ao título, na pessoa do seu treinador, Rui Fonseca.

Se mais feitos não houvesse, estes atletas mostraram em campo uma qualidade e uma vontade de alcançarem o sucesso que deve servir de exemplo para muitos sectores da nossa sociedade. Sem determinação, sem qualidade e sem uma enorme força de vontade não teria sido possível este desfecho.

O Terceira Basket vem assim somar mais um título ao seu ainda curto palmarés, dada a sua recente constituição. Até ao momento esta equipa tinha títulos regionais e de ilha conquistado ao nível dos seus escalões de formação, nomeadamente em sub-14, sub-16 e sub-18.

Ao nível do escalão de seniores o Terceira Basket venceu o Campeonato Nacional de Basquetebol 1, na época 2008/09, tendo agora se sagrado vencedor da Proliga, o que lhe permite estar, na próxima temporada, entre os melhores dos melhores do basquetebol nacional.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe o seguinte Voto de Congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pela conquista do campeonato nacional da Proliga em basquetebol masculino, pelo Fórum Terceira Basket, saudando tal feito histórico no desporto regional e nacional.

Deste voto, deve ser dado conhecimento à direcção, técnicos e atletas do Terceira Basket.

O Deputado Regional, Abel Moreira

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Nunes.

(*) **Deputada Nélia Nunes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS apresentou no último plenário um Voto de Congratulação ao Terceira Basket Clube pela subida da sua equipa sénior masculina ao escalão máximo do basquetebol nacional. Por isso associamo-nos a este voto por esta vitória, sagrando-se esta equipa campeã nacional da Proliga. Obrigada.

Presidente: Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também relativo ao Basket Clube deu entrada um Voto de Saudação do Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

O Desporto tem sido uma das actividades pelas quais os açorianos mais se têm afirmado no contexto nacional, alcançando sucessos significativos ao mais alto nível competitivo de Portugal.

No passado dia 1 de Junho, o TERCEIRA BASKET CLUB sagrou-se campeão nacional da Proliga depois de já ter garantido o acesso à Liga Portuguesa de Basquetebol.

O êxito alcançado evidencia a qualidade do trabalho realizado, o empenho dos seus dirigentes e as capacidades dos seus técnicos e atletas, dando sequência a um percurso desportivo curto mas pleno de sucessos.

Na verdade, o clube fundado em 28 de Julho de 2005, na cidade de Angra do Heroísmo, por um grupo de adeptos da modalidade, tem alcançado um conjunto de troféus que engrandecem o património desportivo da Região.

Iniciando a sua actividade na sombra do Sport Clube Lusitânia, o Terceira Basket emancipou-se na época desportiva 2008/2009, através de um projecto desportivo autónomo, com a participação da equipa sénior no CNB1, chegando à Final Sul, o que voltou a suceder na época seguinte com a respectiva vitória e a subida à Proliga.

Depois de uma participação regular no segundo escalão nacional da modalidade, na época 2009/2010, o clube competiu no VIII Campeonato Nacional da Proliga, na corrente época, garantindo a subida ao Campeonato da Liga Portuguesa de Basquetebol e derrotando na Final o Basquete Clube de Barcelos por 3-2, com o que se sagrou CAMPEÃO NACIONAL DA PROLIGA 2010/2011.

Para além deste sucesso competitivo ao nível dos seniores, o clube tem mantido, desde a sua fundação, uma intensa e profícua actividade ao nível da formação em todos os escalões, com participação e títulos ao nível de ilha e regional e com diversas presenças ao mais alto nível nacional.

Todo este sucesso é ainda mais relevante tendo em conta as dificuldades sentidas por um clube cuja sede é a casa de um dos seus directores e, sobretudo, por uma clara aposta em técnicos e atletas da Região. Com efeito, o título alcançado teve como primeiro protagonista o jovem técnico terceirense Rui Fonseca, demonstrando a qualidade e capacidades dos açorianos para se afirmarem com resultados positivos no contexto nacional.

Este momento de congratulação deverá ser também uma oportunidade para se ponderar a alteração das regras dos apoios regionais aos clubes açorianos presentes em provas nacionais, de modo a evitar-se situações de injustiça como a que sucede com um clube que, tendo sido campeão nacional, se vê prejudicado em termos relativos na atribuição de subvenções públicas.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um Voto de Saudação pelo título de campeão nacional da Proliga com especial brilho e mérito pelo TERCEIRA BASKET CLUB, no passado dia 1 de Junho.

Do presente Voto deverá ser dado conhecimento aos seus dirigentes, equipa técnica e atletas.

Horta, Sala das Sessões, 7 de Junho de 2011

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, António Marinho, Clélio Meneses, Mark Marques, Luís Garcia e António Ventura.

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Para dizer basicamente aquilo que a Sra. Deputada Nélia Nunes disse relativamente ao voto apresentado pelo CDS/PP.

O PS associa-se, naturalmente, a este voto, relembrando que apresentou nesta casa um Voto de Congratulação aquando da classificação desta equipa para a final e, felizmente, mais tarde, sagrando-se também campeã nacional, o que assinala este voto.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a um Voto de Congratulação da autoria do Grupo Parlamentar do Partido Socialista relativo à Horta no Clube das Mais Belas Baías do Mundo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Horta no Clube das Mais Belas Baías do Mundo

A Baía da Horta foi integrada no passado dia 26 de Maio no **Clube das Mais Belas Baías do Mundo**, na sequência de decisão do **7.º Congresso Mundial** daquela entidade, em reunião que decorreu em **Toubacouta, Senegal**.

O «Clube das Mais Belas Baías do Mundo» é uma organização não governamental com sede em Vannes, França, que trabalha, sob o patrocínio da UNESCO, com vista a assegurar o equilíbrio entre desenvolvimento turístico, aproveitamento racional dos recursos naturais e sustentação ambiental das respectivas baías.

A eleição de cada um dos seus membros baseia-se no cumprimento de, pelo menos, dois dos critérios reconhecidos pela UNESCO nas vertentes da preservação dos patrimónios natural e cultural, bem como na adesão a uma carta de compromisso conducente à manutenção de um nível equivalente para as próximas gerações.

O «Clube das Mais Belas Baías do Mundo» engloba enseadas naturais das Américas, Europa, África e Ásia, encontrando-se entre elas, por exemplo, o Estreito de Magalhães, no Chile, a Baía de Cartagena das Índias, na Colômbia, a Baía de São Francisco, nos Estados Unidos, a Baía de Bantry, na Irlanda, o Golfo de Morbihan e a Baía de Quiberon, em França, a Baía de Agadir, em Marrocos, a Baía do Mindelo, em Cabo Verde, a Baía de Diego Suarez, em Madagascar e três baías do Vietname. Na Península Ibérica avultam as baías de Santander, em Espanha e a de Setúbal, em Portugal.

A Baía da Horta é a segunda do nosso país e a primeira de Portugal insular a receber esta distinção.

O «Clube das Mais Belas Baías do Mundo» conta entre os seus propósitos apoiar o intercâmbio de projectos de desenvolvimento comuns, promover a investigação científica e divulgar de forma integrada as potencialidades de cada um dos seus membros, entre oceanos e Continentes, sempre enformados por regras rígidas – em termos de controlo e sustentabilidade – de desenvolvimento social, económico e turístico, respeitando os interesses do binómio residentes/visitantes.

No âmbito da sua candidatura (promovida pela Câmara Municipal da Horta, no campo de acção da Comissão Náutica Municipal, com o apoio da Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, SA, do Clube Naval da Horta e da Associação Regional de Vela dos Açores) a Baía da Horta enfatizou a inserção desta enseada na excepcional beleza costeira da cidade da Horta, na sustentabilidade paisagística e ambiental do local e das zonas envolventes, na sua correlação natural, comercial, cultural e turística com o Porto da Horta – transformado artificialmente, mas com assinalável harmonia, desde os finais do século XIX –, na indiscutível preservação de toda a área e da ilha onde a mesma se situa, e ainda, na sua especial localização no âmbito da geografia central do arquipélago, enquadrada pela hospitalidade das suas gentes, pela paixão dos faialenses pelo mar e pelos cuidados patenteados pela população em matéria de conservação e promoção da natureza.

No documento de candidatura foram também apresentadas as virtualidades naturais e a beleza paisagística da Baía da Horta, bem como a sua relação dinâmica com o património construído no local – desde os tempos mais remotos do povoamento desta parcela do arquipélago açoriano – e com a implantação, ao longo dos últimos cinco séculos, de diversas actividades económicas, especialmente as relacionadas com a exploração portuária, com o desenvolvimento de actividades marítimo-turísticas e com a investigação científica das pescas, dos oceanos e do mar profundo.

O dossier de candidatura procurou provar – com sucesso – que a Baía da Horta mantém o seu património natural perfeitamente salvaguardado, apostando as suas gentes e as suas instituições na preservação da identidade local e na criação de condições para um desenvolvimento sustentado.

A Baía da Horta apresenta, na realidade, um dinamismo multifacetado, numa terra distante dos grandes centros do desenvolvimento mundial ou dos principais pólos de atracção turística, o que lhe permitiu, até ao presente, preservar aquilo que lhe é mais peculiar: um intocável equilíbrio entre o natural e o construído, entre potencialidades por explorar e as suas efectivas mais-

valias culturais e económicas, que contribuem para uma afirmação nacional e internacional enquanto preciosidade intacta, diferenciada e de referência.

As suas populações têm disso consciência e sobre a manutenção da sua marca de qualidade se predispõem a trabalhar em permanência, juntamente com os organismos oficiais, associações privadas e organizações não-governamentais, no respeito pela singularidade que a tornam única, e esta certificação mundial assim o comprova.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os deputados do Partido Socialista propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação deste voto de Congratulação pela inclusão da cidade da Horta no clube das mais belas baías do Mundo, e que este seja dado conhecimento à Câmara Municipal da Horta, à Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, SA, ao Clube Naval da Horta, à Associação Regional de Vela dos Açores e aos órgãos de comunicação Social.

Horta, 7 de Junho de 2011

Os Deputados Regionais: Berto Messias, Francisco César e Lúcio Rodrigues.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD congratula-se com a aceitação da candidatura da Baía da Horta ao Clube das Mais Belas Baías do Mundo, reconhecendo, naturalmente, por um lado, a beleza natural da baía da Horta e, por outro, as suas potencialidades.

Este reconhecimento internacional associado a outros galardões que também são reconhecidos a esta ilha e a esta baía, como a sua marina, a mais internacional dos Açores, a segunda marina oceânica mais movimentada da Europa, a quarta do mundo, com aquele outro galardão que recentemente também foi atribuído ao Parque Natural do Faial, dão a esta ilha, e à sua cidade especialmente, condições de notoriedade singulares e ímpares que devidamente potenciadas podem dar um contributo importante e decisivo do nosso desenvolvimento.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD associa-se a esta congratulação, mas também queremos deixar um forte desejo e um desafio: que efectivamente essas potencialidades sejam, de forma segura, aproveitadas a bem do nosso desenvolvimento.

Deputados Mark Marques e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Segue-se um Voto de Saudação da autoria do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata relativo aos 75 Anos da Casa do Povo do Porto Judeu.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

Deputado António Ventura (PSD): Exmo. Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

75 Anos da Casa do Povo do Porto Judeu

A Casa do Povo do Porto Judeu comemorou as suas bodas de platina.

Foi a 27 de Maio de 1936 que nasceu esta instituição onde, então, se integrou a única filarmónica da freguesia e um grupo de teatro.

Desde a sua fundação foi atribuído à Casa do Povo um papel dinamizador da freguesia estabelecendo-se como pólo agregador de vontades comuns dos cidadãos do Porto Judeu, em particular, pela conhecida e visível vertente cultural desta freguesia.

A sua função social esteve sempre presente. Era neste espaço, por exemplo, que se pagava as pensões e se recebia as contribuições para a Caixa de Previdência.

Após 1974, perdeu, tal como todas as outras Casas do Povo, o seu carácter corporativo e transformou-se numa Instituição Particular de Solidariedade Social, mas não deixou de ser a Casa do Povo, agora, sob uma base associativa. Tem sido notória a criação de valências sociais da Casa do Povo do Porto Judeu, entre as quais destacamos a prestação de serviço ao domicílio, a Rede de Amas, possui dois Centros de Convívio, um Centro de Fisioterapia, uma ATL, Creche e Jardim de Infância e uma Loja da RIAC.

Mantém, deste modo, a Casa do Povo o seu sentido de previdência e assistência.

Atendendo à sua polivalência constitui um benefício não só para a freguesia, mas também, para toda a Ilha.

Assume-se, assim, a Casa do Povo do Porto Judeu como uma mais-valia social, económica, cultural e, cada vez, mais dedicada à solidariedade.

É neste entendimento que as Casas do Povo devem ser entidades de continuado e reconhecido desenvolvimento a favor das freguesias e das suas populações, não querendo ser entidades de competição nem entidades vazias.

As Casas do Povo, são uma marca das comunidades cuja importância não deve ser remetida para segundo plano. Foram e são pilares de apoio às sociedades.

Tratando-se de uma data de grande significado para esta colectividade, propomos que esta assembleia se associe às celebrações do 75 aniversário da Casa do Povo do Porto Judeu, congratulando-se por este acontecimento.

Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD, através dos Deputados subscritores, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais apresentam um voto de saudação por esta data, saudando os seus legítimos representantes, bem como toda a população do Porto Judeu.

Horta, 7 de Junho de 2011

Os Deputados, Duarte Freitas, António Marinho, Clélio Meneses e António Ventura.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Parreira.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai associar-se a este voto e amanhã apresentará também um voto sobre a Casa do Povo do Porto Judeu.

Presidente: Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a um Voto de Pesar, apresentado pelo Partido Social Democrata, relativo ao falecimento do Alcindo Alves dos Santos.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

Deputado António Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Assunto: Falecimento de Alcindo Alves dos Santos

No passado dia 26 de Maio, contando 78 anos de idade, faleceu em Ponta Delgada, o distinto empresário Alcindo Alves dos Santos, natural de Coimbra, que aos seis anos de idade veio residir para S. Miguel, acompanhando o seu pai nos negócios da família.

Depois do serviço militar, na Base das Lajes, instalou-se por conta própria, alargando a actividade ao sector do ferro e da construção civil, demonstrando a sua visão de empresário hábil e perspicaz, destacando-se ainda no ramo do imobiliário de que são exemplos os armazéns das Laranjeiras, os prédios da Avenida D. João III, o Bairro Vila Mar, na Atalhada e o Aldeamento da Nordela.

Empresário de sucesso, e com um invulgar espírito empreendedor a sua obra emblemática foi o Edifício Solmar, na Avenida Infante D. Henrique, em Ponta Delgada, em que, para além de promotor, foi um dos principais investidores, tendo esta obra sido iniciada em 1973, depois da polémica que envolveu a sua construção.

Em 1976, criou a empresa Alves e Morgado, alargando a actividade aos inertes e ao fabrico de betão, tendo sido a primeira empresa a fabricar nos Açores os postes de cimento armado para o transporte de linhas aéreas.

Criou depois o 1º Parque Industrial dos Açores, na Chã do Rego de Água, em que o inconformado empresário Alcindo Alves dos Santos enveredou por novos domínios empresariais, designadamente no sector da distribuição alimentar, com participações em empresas na Terceira, no Faial e no Pico.

De trato reservado mas extremamente correcto, era um homem prudente e de visão alargada, sendo muito respeitado e admirado, deixando um vasto legado empresarial que dinamizou com sucesso no sector industrial e comercial dos Açores.

Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições regimentais, apresenta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um voto de pesar, pelo falecimento do empresário Alcindo Alves dos Santos. Mais propõe que desta iniciativa seja dado conhecimento à família enlutada.

Horta e Sala das Sessões, 7 de Junho de 2011

Os Deputados, Duarte Freitas, António Pedro Costa, Jorge Almada Macedo e Pedro Gomes.

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se ao Voto de Pesar do PSD pelo falecimento do empresário e cidadão empreendedor que foi o Sr. Alcindo Alves dos Santos.

Com visão de futuro, as suas iniciativas empresariais perspectivavam já uns Açores modernos, preparados para os desafios da produção, tendo criado nessa óptica o primeiro parque industrial.

O edifício Solmar, apesar da polémica de que foi envolvido, foi talvez uma das únicas grandes obras que foram construídas nos Açores onde os potenciais proprietários foram chamados a participar, a escolher um projecto, e, no fundo, a co-responsabilizarem-se pela sua concretização.

Alcinos Alves deixou uma marca no tecido empresarial dos Açores e, por esse facto, não será esquecido.

Presidente: Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para as declarações políticas.

De acordo com o combinado em Conferência de Líderes, dou a palavra ao Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Os resultados das eleições legislativas antecipadas foram muito claros. Os portugueses quiseram um novo Governo para Portugal, assente numa maioria parlamentar de Direita.

O PSD ganhou as eleições no país e nos Açores. Por isso, saudamos este partido e o próximo Primeiro-Ministro de Portugal, Dr. Pedro Passos Coelho.

Faço votos para que o próximo Governo do país consiga levar a bom porto a difícil tarefa que tem pela frente, a bem de todos os portugueses e a bem de Portugal.

Saúdo, também, o Primeiro-Ministro cessante, secretário-geral demissionário do Partido Socialista.

Como sempre referimos, José Sócrates não fez tudo bem, mas continuamos a acreditar que foi um aliado da nossa Autonomia e dos Açores.

É inquestionável o seu empenho e determinação em questões centrais para a Região, como no Estatuto Político-Administrativo dos Açores, na Lei de Finanças Regionais e nos diversos investimentos públicos da República nos Açores.

O avanço autonómico deve muito a José Sócrates, que mostrou grande dignidade e honra na hora da derrota.

Agora, abre-se um novo ciclo na liderança do Partido Socialista.

Será eleito um novo Secretário-Geral que terá, acima de tudo, de manter um alto sentido de responsabilidade enquanto maior partido da oposição e ser um garante de estabilidade e de cumprimento das metas definidas.

Uma palavra, também, para quem votou, exercendo, assim, o seu direito e o seu dever de participar nos destinos do país.

Mas, sobretudo, uma palavra para aqueles que não quiseram exercer esse direito.

A derrota não nos preocupa. É a democracia a funcionar e o povo a expressar a sua vontade.

Preocupa-nos, sim, quando uma parte substancial do povo se recusa a ir às urnas escolher os seus representantes políticos, mesmo nos momentos mais críticos da vida colectiva nacional.

Não temos, obviamente, uma solução milagrosa para combater a abstenção que teima em crescer nos Açores em alguns actos eleitorais.

Temos, sim, a convicção de como a podemos reduzir. Voltando, todos nós, à política pura e dura. À política baseada nas pessoas e para as pessoas. Na política que se centra na resolução dos problemas da sociedade, na lisura de procedimentos e no rigor da actuação política.

Este tem sido o esforço constante do PS/Açores e do Governo. Basta ver as medidas de apoio às famílias e às empresas que foram adoptadas nos últimos tempos. Sem elas a vida dos açorianos seria muito mais dura.

As pessoas participarão mais se virem na política e nos políticos reflectida a resolução dos seus problemas e dos seus anseios, e é para isso que devemos continuar a contribuir, com mais energia e cada vez mais com mais determinação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nos Açores, o PSD ganhou e o PS perdeu as eleições legislativas nacionais.

O PSD beneficiou, claramente, do voto punitivo no Governo da República, obrigado a tomar, nos últimos tempos, medidas necessárias, mas de grande contestação social.

A vontade do povo português nunca é questionável e é sempre de saudar e valorizar.

Não se deve, porém, confundir eleições.

Cada eleição é uma eleição.

O PS/Açores já ganhou eleições, já perdeu sufrágios depois, e voltou, novamente, a ganhá-las.

Deputado João Costa (PSD): E a perdê-las!

O Orador: É a democracia a funcionar através da análise que, a cada momento, os eleitores fazem do acto eleitoral em causa.

É, por isso, totalmente extemporâneo afirmar que este resultado do PSD será o início de uma vitória social-democrata em 2012.

A história política recente dos Açores é exemplo disso mesmo. Por exemplo, durante anos, o PSD/Açores vaticinou o fim de ciclo da governação do PS. Durante anos, foi desmentido pelos resultados das eleições.

Estávamos nós no longínquo ano de 2003, um ano depois da vitória do PSD nas legislativas nacionais e da eleição do Dr. Durão Barroso para primeiro-ministro e um ano antes de eleições regionais, e já o Sr. Deputado Duarte Freitas, agora líder parlamentar do PSD, afirmava (cito): este “Plano e Orçamento para 2004 tem pois de ser visto na óptica de um Governo em fim de ciclo, que teme as eleições. Trata-se de um último suspiro de um Governo sem fôlego que tenta fazer crer que pode recuperar a poucos metros da meta o seu atraso já irremediável. Já é tarde para correr atrás do prejuízo”, fim de citação.

A profecia do Sr. Deputado Duarte Freitas estava, como se sabe, totalmente errada. Depois destas afirmações, o PS ganhou as eleições regionais em 2004 e em 2008, com maiorias absolutas conferidas pela vontade dos açorianos.

Errada estava, também, neste âmbito, a líder do PSD/Açores,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Já cá faltava!

O Orador: ... quando, em Janeiro de 2009, no Congresso Regional, garantia que “quem nos governa está em fim de ciclo”. Depois desta certeza de Berta Cabral, o PS/Açores ganhou as legislativas nacionais de 2009 e as eleições autárquicas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E o Sócrates?

O Orador: Apesar da ânsia de alguns de se apoderarem das vitórias de outros...

Deputado João Costa (PSD): Quem são os outros?

Deputado Jorge Macedo (PSD): E derrotas!

O Orador: ... para disfarçar fragilidades internas e falta de afirmação do seu projecto político e da sua liderança, uma análise séria dos factos e da nossa história recente obriga-nos a reconhecer, sem reservas, que cada eleição é uma eleição. Tentar fazer extrapolações é passar um atestado de incapacidade aos eleitores e aos açorianos.

Deputado João Costa (PSD): Foi o que os senhores tentaram com a vossa campanha!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Agora é tempo de olhar para o futuro e de nos concentrarmos naquilo que verdadeiramente interessa, as pessoas, os açorianos.

Com base nisso, neste novo ciclo político nacional, o PS/Açores deixa uma certeza: a sua intransigente vontade na defesa dos interesses dos Açores.

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso agora é o que vamos ver!

O Orador: Nessa matéria sempre fomos coerentes. Para nós, independentemente do partido político que está no Governo da República os Açores estão sempre primeiro.

Deputado João Costa (PSD): Não é verdade!

O Orador: Foi assim com todos os primeiros-ministros de Portugal e será assim com o Dr. Pedro Passos Coelho.

Deputado João Costa (PSD): Não é verdade!

O Orador: É por isso fundamental que comecem a ser esclarecidas questões importantes para o futuro da Região e sobre as quais não conseguimos qualquer esclarecimento na campanha eleitoral, como a possível privatização da ANA e regionalização dos aeroportos dessa empresa na Região, o cumprimento da Lei das Finanças Regionais, a proposta de revisão constitucional do PSD ou qual o destino da RTP/Açores.

Deputado Luís Garcia (PSD): Os açorianos deram resposta a isso! Está tudo claro, claríssimo!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Percebemos bem o momento difícil em que vive Portugal. Mas esta realidade não pode ser motivo para descurar a discriminação positiva que uma região ultraperiférica tem de ser alvo por parte do Governo nacional.

Aceitaremos os sacrifícios que terão de ser tomados. Não nos refugiaremos em argumentos partidários para o seu cumprimento. Seremos os primeiros a integrar o desígnio de credibilizar Portugal no exterior.

Mas nunca estaremos disponíveis para que os Açores sejam uma espécie de fardo do qual Portugal terá de se libertar, em nome da recuperação das finanças públicas nacionais.

Não queremos ficar com os custos daquilo que não nos cabe pagar.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exactamente!

O Orador: O país será tão mais forte quanto mais solidário e justo for.

Portugal não conseguirá ultrapassar estas dificuldades sem um forte espírito de união e de justiça social e económica.

O PS/Açores estará, como sempre, disponível, para dar um contributo activo para isso em defesa dos Açores e em defesa dos Açorianos.

Disse.

Deputados José Lima e Benilde Oliveira (PS): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Está aberto o período de inscrições para debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui hoje vencedores, mas responsáveis; felizes, mas não eufóricos, perante aquilo que são as responsabilidades futuras que impendem sobre o Partido Social Democrata, mas também sobre todos nós.

Deputados Luís Garcia e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Aquilo que esperava ouvir da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista ouvi na primeira parte do discurso. Infelizmente não esperava ouvir aquilo que ouvi na segunda parte do discurso do Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Luís Garcia (PSD): Nada é perfeito!

O Orador: De facto, é incontrolável, mas percebo que faz parte da vossa idiosincrasia.

Deputado Berto Messias (PS): Mas refere-se a quê, especificamente?

O Orador: Nós, PSD, e penso que a generalidade dos partidos nos Açores, fizemos questão de demarcar este acto eleitoral dos outros actos eleitorais. Penso que todos os partidos tiveram essa preocupação, mas parece que o Partido Socialista tem ainda maior preocupação quando vem dizer que isto não tem nada a ver com o futuro, não tem nada a ver com o passado. Sabemos isso. A democracia (a vida) não é momento, é um processo.

É óbvio que a cara de quem ganha é diferente da cara de quem perde.

É óbvio que quem ganha tem motivação, mobilização. Quem perde não a terá, mas isso é normal, não vale a pena dramatizar.

Este toque a rebate que o Partido Socialista está tentando fazer, até fez com que tenhamos o gosto de ter o Sr. Presidente do Governo aqui. Muito obrigado por se ter dignado a vir aqui!

Esse toque a rebate é significativo.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Por que será que, felizmente, hoje temos aqui o Governo em peso? Gostamos tanto de vos ver aqui!

É bom que venham sempre, até porque se calhar não vão ser muitas mais as vezes que vamos ver o Sr. Presidente do Governo por aqui.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Açores): O que é que o senhor quer dizer com isso?

O Orador: Temos sempre muito gosto em vê-lo. É uma alegria poder aqui debater com V. Exa.

Neste sentido, já que falou em abstenção, gostaria de colocar uma questão. É bom que todos pensemos o que temos a fazer, e o Partido Social Democrata vai fazer uma reflexão interna, sobre o que tem a ser feito em relação à abstenção.

Deputado Francisco César (PS): Só agora?

O Orador: Vamos fazer essa reflexão e penso que todos têm que a fazer.

Agora é bom que o Partido Socialista pense o que tem a ver com a abstenção; é bom que o Partido Socialista pense o que tem a ver com o resto do processo; é bom que o Partido Socialista resolva os seus problemas também.

É óbvio que o PSD sabe qual é o seu caminho, sabe quem é o seu líder, sabe quem é o seu candidato a Presidente do Governo. O do Partido Socialista ainda não sabemos.

É preciso saber quem será o candidato contra a Dra. Berta Cabral: o Sr. Secretário Vasco Cordeiro, José Contente ou Sérgio Ávila?

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Sou eu!

Deputado Hernâni Jorge (PS): É Carlos César!

O Orador: Talvez ao saber-se isso possamos saber quem é mais ou menos responsável pelas abstenções, por esta desmobilização e desmotivação que há no Partido Socialista.

Se calhar ao resolverem os vossos problemas internos de liderança irão contribuir para que aqueles 14 mil votos que o Partido Socialista perdeu desde 2009 possam de alguma forma ir a terreno e votar, mesmo que não seja no Partido Socialista, e essa desmobilização das várias fracções do Partido Socialista possa ser ultrapassada até para o bem da democracia dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A terminar esta intervenção gostaria de colocar as coisas no seu devido ponto. É um momento de regozijo porque se fez democracia; de alegria para os vencedores; naturalmente de tristeza para os perdedores, mas é essencialmente um momento para todos nós, e em particular para aqueles que têm responsabilidade de ter assinado o acordo da “Troika” para tentar resgatar Portugal do desastre que a governação socialista nos trouxe. É especialmente o momento, a partir de agora, para estes responsáveis assumirem na plenitude aquilo que são os seus compromissos...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e a garantia de que os Açores e Portugal vão fazer tudo o possível para retirar Portugal do desastre que José Sócrates e o Partido Socialista nos trouxeram.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

^(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Quero começar esta intervenção por saudar e cumprimentar o PSD pela vitória que obteve, quer nos Açores, quer no território nacional.

Relativamente à declaração política do Deputado Berto Messias, líder parlamentar do Partido Socialista, dizer-lhe que concordo, e julgo que todos concordaremos, que estas, de facto, não são as primárias das regionais de 2012. Julgo que todos temos essa consciência, até porque os eleitores, o povo açoriano, ao contrário de alguns comentários que se fazem, sabe muito bem aquilo que quer e distingue muito bem todos os actos eleitorais, dando assim um sinal de maturidade democrática que não posso deixar de assinalar.

No entanto, dizer que de facto temos de fazer algo, todos nós, agentes políticos, mas não só, para que a taxa de abstenção que se tem vindo a verificar. e que infelizmente uma vez mais teve esta tendência de aumento. cesse e se inverta.

Relativamente à designação que tradicionalmente se faz aos partidos políticos, dir-se-ia que ganhou a direita. Eu diria que ganhou um partido tradicionalmente conotado com a direita, mas o que se vai passar, e disso não tenhamos dúvidas, é a continuidade de um projecto político de direita até aqui protagonizado pelo Partido Socialista, designadamente por José Sócrates e que teve nos últimos anos o apoio dos partidos que agora saem com vitória deste acto eleitoral, ou seja, o CDS e o PSD.

Portanto, não há aqui nenhuma viragem à direita. Vamos apenas continuar onde já estávamos com outros protagonistas e apenas isso.

Deputado Luís Garcia (PSD): E a luta continua!

Deputado João Costa (PSD): E o seu discurso é mais do mesmo!

O Orador: Relativamente aos resultados eleitorais obtidos pelo Partido Socialista, designadamente aqui nos Açores, eles ficam a dever-se a uma questão que o PCP tem vindo a afirmar há muito, que é uma colagem perfeitamente acrítica, ao projecto político protagonizado por José Sócrates. Ao contrário daquilo que disse o Deputado Berto Messias, não foi nem um amigo dos Açores, nem contribuiu em nada para o aperfeiçoamento e para a defesa da Autonomia.

Esse apoio dado pelo Partido Socialista nos Açores à forma como foi governado o país, nomeadamente ao relacionamento com a Região Autónoma, acabou por ser profundamente penalizante para V. Exas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Luís Garcia (PSD): E o resultado do PCP?

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Deputado quer?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Berto Messias trouxe-nos aqui uma declaração política, que era a declaração política expectável.

Felicitou os vencedores cordialmente, fez um elogio a José Sócrates, fez o histórico dos actos eleitorais e da não extrapolação possível de uns para os outros, que obviamente concordamos com ela.

Estranhamente não falou da crise internacional que tem sido uma das suas mensagens mais fortes nos últimos meses, porque obviamente a questão da crise internacional deixou de fazer sentido neste contexto.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mudou de bancada!

O Orador: A verdade é que ela existiu e existe.

De facto, o único país da Europa em recessão é Portugal, o único país que recorreu recentemente à ajuda externa foi Portugal.

Não se vê outros países da nossa dimensão, como a Holanda, a Bélgica e Suécia, embora tenham estado em crise, a recorrer à ajuda externa.

Outro aspecto que gostaria de aqui frisar e enfatizar (parece que estamos quase todos de acordo em relação a isto) é que não é possível extrapolar resultados de uns actos eleitorais para os outros.

O que aconteceu neste caso foi que manifestamente muitos açorianos, seguindo aliás aquela que é a tendência do país, interpretaram uma espécie de voto útil como, para correr com Sócrates é preciso votar na alternativa mais favorável. E muita gente votou no PSD por essa via. Não é possível extrapolar de outra forma.

Um aspecto que me parece relevante:

Não sendo possível extrapolar, o PS/Açores tem que tirar ilações, porque ficou a 22 pontos percentuais do PSD na Região, mais do dobro daquela que é a média nacional. Terão que reflectir sobre isto e verão que a colagem do “Juntos Conseguimos” afinal não resultou.

Prevaleceu a Democracia. Os açorianos e os restantes portugueses manifestaram-se nas urnas Domingo. Julgaram José Sócrates, castigaram José Sócrates, castigaram o Primeiro-Ministro que nos trouxe mais dívida, mais

défi ce, mais endividamento, mais desemprego. São factos que estão julgados e condenados.

Uma última palavra também para enaltecer a atitude com que José Sócrates saiu. Saiu com dignidade; saiu tarde demais.

Muito obrigado.

Presidente: Para encerrar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, até porque aquilo que foi dito pelos Srs. Deputados que me antecederam não suscita grandes comentários.

Julgo que a nossa declaração política e a posição deste Grupo Parlamentar e do Partido Socialista nos Açores foi muito clara, mas não posso deixar de constatar a preocupação que tem sido uma evidência e a preocupação constante por parte do PSD sobre a liderança do Partido Socialista nos Açores, o que é bem demonstrativo das fragilidades internas de um partido que desenvolve a sua estratégia política com base no adversário que terá por parte do Partido Socialista...

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor está a ver-se ao espelho!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Deputado, isso é uma ilusão!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Grande lata! Grande Lata!

O Orador: ... o que é absolutamente lamentável e bem demonstrativo das fragilidades que o PSD tem nesta matéria, da falta de afirmação do seu projecto político, que nem tem propostas para os Açores, diga-se de passagem, e que em matérias tão importantes como é por exemplo o desemprego, diz que guardará as propostas milagrosas que tem para as eleições de 2012, o que é no mínimo um profundo desrespeito pelos desempregados dos Açores.

Aquilo que queria apenas constatar é esta preocupação constante e crescente, esta ânsia por parte do PSD, sobre a liderança do Partido Socialista.

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é uma cassete!

O Orador: Quanto a nós, estamos naturalmente tranquilos e convictos do nosso projecto político rumo a mais uma vitória eleitoral em 2012.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Governo)

Presidente: Vamos passar à declaração política seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

No passado Domingo, o Povo português expressou a sua vontade de mudança.

Nas eleições, os portugueses acreditaram que o PSD podia ser parte essencial na devolução da esperança.

O PSD venceu no País.

Venceu com um discurso de verdade, de realismo e de rigor.

Os que vendiam temores foram derrotados.

Os portugueses encerraram um ciclo político conflituoso, de devaneio e ilusionismo na governação do país, que ajudou a levar Portugal à beira da bancarrota.

Os portugueses querem acreditar que os esforços que lhes vão ser pedidos vão valer a pena.

Para isso apostaram em quem lhes dava essa confiança.

Os açorianos disseram também que não querem continuar por este caminho.

O PSD venceu nos Açores.

Venceu com o mesmo discurso de verdade, de realismo e de rigor.

Mas nos Açores a nossa vitória foi ainda mais expressiva, com o dobro (repito: o dobro!) da margem que obtivemos a nível nacional.

Os açorianos afirmaram bem alto que acreditam na alternância democrática, que não querem continuar envolvidos numa política do faz de conta que tudo corre bem, quando a realidade do dia-a-dia é dura, mesmo muito dura.

Na Região, os eleitores rejeitaram também a cumplicidade do PS/Açores com a irresponsável governação socialista na República e o mimetismo da tendência crescente que por cá se verifica em mascarar a real situação económica e financeira da Região.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Como a verdade que vem sempre ao de cima, a realidade acaba sempre por se impor.

Não há discurso político que mascare o flagelo do desemprego.

Não há propaganda que disfarce a dificuldade do empresário que quer pagar a quem deve, mas a tesouraria não dá resposta.

Não há almoços e jantares que ocultem a dificuldade dos idosos em esticar as míseras pensões para pagar os medicamentos na farmácia.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não há anúncio e mais anúncio que esconda a falta de esperança do jovem que terminou a sua formação e não encontra um posto de trabalho para pôr a render as suas qualificações.

Deputados Clélio Meneses e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O resguardo da urna de voto dá asas à liberdade.

Não há chantagem política que amedronte a vontade do cidadão no silêncio da sua escolha.

A vontade dos eleitores não tem dono nem tutela e não há votos mais açorianos ou votos menos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Há apenas votos dos açorianos.

E foi com eles que o PSD venceu as eleições do passado domingo.

Estamos gratos aos açorianos que depositaram a sua confiança em nós.

Mas estamos cientes da enorme responsabilidade que temos sobre nós.

Não é tempo de triunfalismo.

Estamos perante a pior crise dos últimos 150 anos.

Deputado Francisco César (PS): Ah! Agora já há crise!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sempre falámos na crise, os senhores é que não queriam falar dela!

O Orador: O PSD está pronto para, em colaboração com todos os outros partidos políticos, dar tudo por tudo para devolver o alento e a esperança aos nossos concidadãos.

Há muito trabalho pela frente.

Há muito caminho a desbravar.

Há muito erro a corrigir.

Mas temos muita vontade de vencer. E de dar aos nossos conterrâneos uma réstia de esperança.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Portugal tem um compromisso com o Fundo Monetário Internacional, com a Comissão Europeia e com o Banco Central Europeu.

Um acordo que engloba a implementação de um conjunto de medidas, durante três anos, no sentido de fazer baixar o défice das finanças públicas e fazer crescer a economia portuguesa.

Um acordo que põe à disposição de Portugal um empréstimo no valor de 78 mil milhões de euros.

Este acordo, negociado e assinado pelo Governo português anterior e pelas três instituições internacionais acima citadas, mereceu a concordância do PSD, do CDS e do PS.

Temos, portanto, um forte apoio político de suporte à implementação deste Acordo, que perfaz cerca de 80% dos votos expressos a nível nacional e 85% dos votos expressos pelos açorianos, nas eleições do passado domingo.

Temos pois condições para trabalhar, saibam todos assumir as suas responsabilidades.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não há tempo a perder.

Há várias medidas cuja implementação é urgente e a que Portugal está obrigado.

Por exemplo, já em Julho, o Governo da República vai ter de proceder a uma redução substancial da Taxa Social Única, com o objectivo de aumentar a competitividade das empresas portuguesas.

Até final do ano, para agilizar o mercado de arrendamento, o Governo da República vai ter de levar ao Parlamento uma proposta de alteração à chamada lei das rendas.

Também até Dezembro, o Governo da República tem de avançar com a redução de 15 por cento no número de gestores e serviços da administração pública.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Temos todos que estar conscientes que os tempos que se avizinham não serão fáceis.

Exigem trabalho, exigem boa vontade, exigem colaboração.

O PSD Açores aqui estará a dar o seu melhor.

A dar o seu contributo. Pronto para defender sempre os Açores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Ciente de que há um Acordo com as instituições internacionais que há que cumprir.

Ciente de que temos a obrigação de demonstrar aos nossos credores que somos pessoas de bem, em quem se pode confiar.

Os açorianos podem confiar no PSD.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Estamos aqui para trabalhar, para ajudar a construir uma sociedade mais justa, onde os mais necessitados mereçam uma especial atenção.

Estamos aqui para trabalhar, para construir uma sociedade mais forte, onde os mais jovens mereçam uma oportunidade.

Deputado Berto Messias (PS): Não basta dizer, é preciso fazer!

O Orador: Vamos trabalhar e demonstrar aos açorianos que somos merecedores da confiança que depositaram em nós, quando atribuíram ao PSD mais de 47 por cento dos votos expressos.

Passado o dia da vitória, temos pela frente os dias do trabalho.

Passado o período de luta política, temos pela frente o período da responsabilidade.

Estamos todos convocados para tirar o País e a Região da situação em que se encontra.

Aos portugueses e açorianos não interessará agora procurar mais os culpados.

Sabem quem os trouxe até aqui.

E sabem quem os poderá resgatar.

Deputados João Costa e Mark Marques (PSD): Muito bem!

O Orador: Os resultados das eleições foram a esse respeito eloquentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Dissemo-lo antes das eleições, olhos nos olhos, ao Presidente do PSD, Dr.

Passos Coelho: antes do PSD, estão os Açores.

Repetimo-lo agora para todos: antes do PSD, estão os Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Não basta dizer!

O Orador: Não tivemos responsabilidade na situação a que chegámos.

Mas temos todos a obrigação de ajudar a reconstruir Portugal.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Exige-se sentido de estado e postura institucional a todos os agentes políticos mas, desde logo, aos mais responsáveis.

Só assim valerá a pena.

É bom que todos os políticos percebam a lição que os eleitores deram nas urnas.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Apenas para uma breve intervenção, sobretudo para corrigir algumas afirmações que o Deputado Duarte Freitas fez durante a sua intervenção. Desde logo, dizer o seguinte:

Não houve governação socialista. Houve uma governação social democrata.

Não tenhamos ilusões de matriz neo-liberal. Essa é a primeira correcção que quero fazer, mas ainda quero fazer mais duas correcções.

O discurso eleitoral de Pedro Passos Coelho não foi de verdade e de rigor, antes pelo contrário.

Não foi de verdade, porque escondeu uma agenda de matriz neo-liberal que vai muito para além do já mau Memorando de Entendimento...

Deputado João Costa (PSD): O senhor leu o programa?

O Orador: ... que coloca em causa designadamente a economia nacional, porque as medidas são, como se sabe, recessivas. Já estamos em recessão e o Memorando de Entendimento prevê que em 2012 haja um crescimento negativo de 2% e em 2013 um crescimento negativo de mais 2%.

Deputado João Costa (PSD): Então já estava escrito!

O Orador: Isto quer dizer que as medidas não são de facto para dinamizar a economia, nem a regional, nem a nacional. Desenham, pelo contrário, um quadro profundamente recessivo, que vai ter como efeito o aumento do desemprego e o aprofundamento das desigualdades económicas e sociais.

Esta agenda do PSD vai muito para além do Memorando de Entendimento que V. Exas. deram apoio, associando-se, e que foi subscrito por José Sócrates.

Deputado João Costa (PSD): Não foi isso que foi dito!

O Orador: Relativamente ao empréstimo há que desfazer o seu equívoco.

Atira-se com o número de 78 mil milhões de euros para as açorianas e para os açorianos, para os portugueses. A que é que se destinam esses 78 mil milhões de euros?

Todos sabemos que 12 mil milhões vão direitinhos para o sector financeiro, sector financeiro que tem grandes responsabilidades, principais responsabilidades na tal crise internacional que agora está a mudar de bancada, está-se a ajeitar. Enfim passou do lado direito para o lado esquerdo, relativamente ao meu posicionamento.

Esse argumento, o argumento da crise está a mudar.

Voltando à questão que é fundamental: para onde vão os 78 mil milhões de euros?

Doze mil milhões de euros vão direitinhos para a banca, para o sector financeiro, mas 35 mil milhões ficam afectos também ao sector financeiro, para que as instituições financeiras possam aumentar a sua liquidez.

E o resto?

O que é que sobra?

Para onde é que vai?

Será que estes 78 mil milhões de euros são assim tão importantes para Portugal?

São assim tão importantes para que V. Exas. tenham vendido o país e queiram continuar a vendê-lo?

Para terminar, Sr. Deputado Duarte Freitas, qual vai ser o posicionamento do PSD nos Açores, para cumprir aquilo que está escrito no Memorando de Entendimento, relativamente a uma hipotética revisão da Lei de Finanças Regionais?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Não vale a pena perguntar porque eles não respondem, Sr. Deputado! Já ando há 6 meses nisso.

Deputado António Marinho (PSD): Quando é que muda o discurso?

Deputado Berto Messias (PS): Quando os senhores derem resposta!

Presidente: Continuam abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

(*) **Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nestas eleições ocorridas no passado domingo a opção dos portugueses, e dos açorianos em particular, foi muito explícita. O resultado desta eleição representa uma importante e responsabilizadora vitória para o PSD e uma significativa e volumosa derrota para o PS, que também por isso tem que se reformar.

O que em Democracia devemos fazer é dar os parabéns aos vencedores e reiterar honra aos vencidos.

Porém, vamos por partes:

Em primeiro lugar, estas eleições representam, pela dimensão da diferenciação dos resultados entre o primeiro e o segundo partido mais votados, uma clara avaliação negativa, dos portugueses em geral e dos açorianos em particular, da acção do PS no Governo da República.

Em segundo lugar – l e porque é importante sublinhar a oposição de todos os partidos representados nesta Assembleia – a afirmação de uma responsável política de que estas eleições e o seu resultado constituíram um pronuncio do que acontecerá nas eleições regionais dos Açores (estou a citar uma agência noticiosa que atribui essas declarações à líder do PSD). A negação dessas afirmações por parte de todos os partidos aqui representados é importante, não porque estejamos assustados com isso, mas porque é importante distinguir o trigo do joio.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

O Orador: Efectivamente houve uma diferença. Houve uma diferença nestas eleições a favor, inclusive do PSD na eleição verificada na nossa Região, em que venceu por maior margem ainda do que o PSD venceu a nível nacional.

Também houve outra diferença de argumentário por parte do PSD, e não só do PSD, do PP e do PCP pelo menos, que vincaram várias vezes, repetidas vezes, como forma de tentar atrair o eleitorado para os seus partidos, que esta eleição era só para lá, que esta eleição não era para cá. Porquê? Porque sabem que se fosse para cá o resultado não era o mesmo!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Costa (PSD): O senhor tem a certeza que isso foi este ano? O senhor também está na estratosfera?

O Orador: Sobre isto estamos conversados. Eu até recordo o Sr. Deputado Artur Lima que disse: “isto não é para o Carlos César!”. Recordo também o que disse várias vezes o PSD: “estas eleições são nacionais!”. Estou a citar ambos os partidos políticos nestas eleições.

Deputado João Costa (PSD): E o que é que o senhor disse? Que votassem como se fosse para a Região!

O Orador: Esclarecida essa matéria por V. Exas. e apenas recordada esta diferença por este humilde servidor nesta Assembleia, gostava de vos falar do seguinte:

Temos pela nossa frente desafios que são muito difíceis. Já os tínhamos qualquer que fosse o resultado eleitoral, mas agora o que é importante é concentrarmo-nos naquilo que é indiscutivelmente premente e consensual no nosso país. Desde logo, sermos capazes de consensualizar uma estratégia e um conjunto de medidas que assegurem a sustentabilidade económica e financeira do país e reabilite as empresas viáveis.

Depois, que essas medidas acautelem e sejam sábias no sentido de preservar a paz e a coesão social, que os valores essenciais dessa coesão possam ser preservados, garantindo-se desde logo a sustentabilidade e o carácter tendencialmente gratuito do sistema nacional da saúde.

É importante ainda que haja consenso entre os vários partidos políticos para que se aprofunde e se vá à frente numa reforma do Estado que facilite a vida aos portugueses, que crie eficiências na nossa economia e nos sistemas institucionais que são fundamentais para a dinamização social e económica.

É fundamental também que neste período de dificuldades haja consenso que permita manter um sistema de protecção social activo, sabendo-se que algumas desigualdades se acentuarão por aplicação de algumas medidas previstas no Memorando com a “Troika”.

É também fundamental que nessa atenção que deve ser dada aos mais marginalizados e aos que tenham uma situação mais difícil, seja ponderada, através de uma discriminação positiva, a continuidade de regiões mais deprimidas ou regiões com as características como as dos Açores, ultraperiféricas, insulares, olhando este país diferente, como um país inteiro. É importante também que do ponto de vista regional possamos ter soluções que sejam favoráveis à nossa Região...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Presidente.

O Orador: ... no âmbito da Lei das Finanças Regionais, no âmbito do regime de indemnizações compensatórias para a prestação de serviços públicos na nossa Região, no âmbito da discriminação positiva, sobretudo numa fase que coincidirá também com importantes negociações da estratégia europeia futura, seja na agricultura, seja nas pescas, seja na energia, seja em alguns aspectos do ambiente, seja na política regional, seja na política de céu aberto.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É importante também que no detalhe e na execução das medidas que constam no Memorando da “Troika” a Região seja um parceiro, uma parte activa, uma parte ouvida e uma parte contribuinte para a sua melhor execução. Com humildade, o que devemos continuar a fazer é seguir o rumo que temos seguido nos Açores, defender os Açores nos Açores...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... e defender os Açores na República. Isso, nós, Governo Regional do PS, tanto fazemos com um Presidente da República da direita, como com um Presidente da República da Esquerda, tanto fazemos com um Governo da República do PS como o faremos com o Governo da República do PSD.

Disse. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado Mark Marques (PSD): “Juntos conseguimos!”

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para encerrar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É extraordinária a preocupação que o Partido Socialista, o Governo e o Sr. Presidente do Governo têm em tentar destrinçar este acto eleitoral dos outros actos eleitorais. Penso que essa preocupação está mais na cabeça do Partido Socialista do que na de outro qualquer político açoriano. É uma preocupação demasiado evidente.

Todos disseram o mesmo: os actos eleitorais não se podem misturar. Os açorianos sabem em quem é que votam.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Então não sabem?

O Orador: Esta preocupação recorrente, insistente, em dizer que isto não tem nada a ver com actos eleitorais, vindo da parte do Partido Socialista revela uma preocupação mais forte do que aquilo que poderíamos imaginar.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vá-se lá saber porquê?

O Orador: Estamos estupefactos com a vossa preocupação tão grande em tentar destrinçar os actos eleitorais.

Sr. Presidente, eu julgava que o senhor estaria mais confiante na sua governação, mas pelos vistos não está. Eu não estou a perceber.

O Sr. Presidente não está confiante na sua governação, está preocupado, está a tentar reunir as tropas, tentar agregar as tropas, dizer que isto não foi nada.

Isso faz-me lembrar a minha filha, que um dia foi dar uma volta de bicicleta e eu disse-lhe para ela ter cuidado para não cair. Ela chegou a casa toda esfolada, a pingar e disse: “Não foi nada! Não foi nada! Está tudo bem!”.

É mais ou menos como os senhores estão hoje. Pelo amor de Deus!

Essa vossa preocupação é bem reveladora.

Queria fazer uma pergunta ao Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Não posso responder!

Deputado Mark Marques (PSD): É retórica!

O Orador: Sr. Presidente, vai perceber que é uma pergunta retórica. O senhor já respondeu a ela.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Se já respondi por que faz novamente a pergunta?

O Orador: Pergunto ao senhor, como pergunto aos açorianos para que se lembrem: quem foi que disse “votem no Sócrates, como se fosse em mim”?

Deputado Mark Marques (PSD): Quem foi que disse?

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Foi uma boa tentativa!

O Orador: Não foi Carlos César que disse isto?

Foi o senhor. O senhor puxou para cima de si “lenha para se queimar.”

Por último, Sr. Presidente, o seu discurso de hoje parece mais um pouco de candidato a Presidente do PS nacional. Se calhar leu o Jornal E, de ontem, ficou entusiasmado e agora já tem que ter um discurso de estadista.

Para além dessa preocupação...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Não posso ter?

O Orador: Pode ter. É legítima e desejo-lhe boa sorte nesse seu caminho, se for essa a sua opção.

Para bem da democracia açoriana, eu peço-lhe que rapidamente resolva o problema de quem é que o vai suceder, para o PSD saber quem é que vai ter que vencer em 2012.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Nunca responde a nada que lhe perguntam!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer o nosso intervalo.

Retomamos os nossos trabalhos às 12 horas.

Até já.

Eram 11 horas e 26 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeça que reocupassem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 11 minutos.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Vamos entrar no Tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Álvares.

Deputado Francisco Álvares (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Considerada já como a grande epidemia do século XXI, a obesidade, e em particular a obesidade infantil, é já encarada como o maior problema não reconhecido, repito, não reconhecido, de saúde pública, que a sociedade dos nossos dias enfrenta. E o que é facto, é que a cada dia que passa, a obesidade continua a aumentar em todo o mundo a um ritmo alarmante, como o demonstram todos os estudos realizados nas últimas décadas.

Em Portugal, estudos mais recentes apontam para a existência de 31% de crianças obesas entre os 7 e os 9 anos, de acordo com dados de uma dos mais recentes estudos realizados e publicados numa das últimas edições da revista Sábado.

Não será, no entanto, de estranhar, que seja nos meios urbanos que a obesidade infantil é mais frequente, embora se saiba, que o problema se alastra rapidamente ao meio rural.

Preocupados com estes alertas, os governos de toda a Europa consideraram a obesidade como um dos desafios de saúde pública mais importantes, com especial enfoque nas crianças.

A própria União Europeia tem vindo a desenvolver várias iniciativas e campanhas que revelam igual preocupação bem ilustrada nas palavras da sua Comissária responsável pela Saúde, Androulla Vassiliou ao afirmar que

“quando olhamos à nossa volta e vemos o número de crianças com excesso de peso, é obvio que temos de agir já”.

Ora, perante este quadro, é ainda fundamental saber, que, os períodos críticos para o início da obesidade se situam na primeira infância dado que, quanto mais precoce o início de sobrepeso, maior a susceptibilidade a ser obeso na vida adulta.

Mas, ao olharmos para esta realidade, a pergunta que se impõe, é, o que está a acontecer que nos revela esta preocupante realidade?

Ora, com base na multiplicidade de estudos realizados em todo o mundo, mas também no nosso território, parece não haver dúvidas, de que, para além de outros, dois factores muito importantes, estão na base do crescimento da obesidade infantil entre nós.

Por um lado, a drástica mudança nos hábitos alimentares com a perda dos valores tradicionais da alimentação e por outro, a crescente inactividade física e o incremento de novas actividades de lazer, tais como, ver televisão, jogar vídeo jogos e navegar na internet, parecem ser as principais responsáveis PELO AUMENTO DO SEDENTARISMO das nossas crianças e adolescentes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As brincadeiras de antigamente, como todos sabemos, incluíam muito mais exercício físico.

Antigamente as crianças caminhavam, como todos podem testemunhar, a pé até à escola, hoje, pela insegurança que as famílias sentem ou pelo acréscimo da distância às escolas, acabam por ser transportadas de automóvel ou autocarro da mesma forma que deixam de brincar na rua para se confinarem a um quarto ou a uma sala na sua casa, de amigos, ou de qualquer outra instituição.

Sem exercícios físicos, a criança não sua. Se ela não sua, ela não liberta as toxinas e substâncias desnecessárias ao corpo logo vai acumulando resíduos na casa que é o seu corpo fazendo-o aumentar cada vez mais.

Ora, o grande problema que se coloca, é que, apesar da constante informação que vai sendo disponibilizada, é pouca a sensibilização a sério para este problema que a organização Mundial de Saúde entende como epidemia.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, o que é particularmente grave, é que, as terríveis consequências reais a longo prazo estejam a passar despercebidas aos pais, aos governos e aos estados.

Estima-se, neste momento, que no futuro, segundo estudos da OMS (Organização Mundial de Saúde) mais de 50% da população mundial será obesa em 2025.

Mas o mais grave de tudo isto é a mais do que provável afectação destes indivíduos por doenças crónicas como a diabetes, as doenças cardiovasculares e a potenciação de outras como a osteoporose e o cancro. Por outro lado, importa lembrar os enormes custos que esta situação terá, não só para os cidadãos mas igualmente para os respectivos sistemas de saúde.

Por outro lado, se nos fixarmos na escola, importa sublinhar que a persistente censura de que são alvo as crianças obesas, particularmente na infância, vai deixar marcas significativas uma vez ser esta a altura em que se formam a auto-imagem e se desenvolve a auto-estima, que ficam prejudicadas pelo corpo obeso e pelos comentários desabonatórios dos colegas, tornando-se frequentemente infelizes e com problemas de relacionamento.

Seria curioso Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, observar a relação desta situação com o Bulling.

Para além disso, vários estudos sobre a obesidade na infância sugerem que este período é determinante nos padrões de composição corporal de um indivíduo adulto.

Estudo de Freedeman em (2001) revelou que o resultado foi, que, 70% das crianças obesas tornaram-se adultos obesos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estes dados, mostram bem, a necessidade e a importância, de prevenir e tratar a obesidade o mais cedo possível, para que as suas complicações não se estendam à vida adulta.

É nesse sentido que a disciplina de Educação Física assume papel fundamental, pois pode elevar os níveis diários de actividade Física. Importa não esquecer e relevar, que, para a maior parte de crianças e jovens, a única actividade física que praticam regularmente, embora possa parecer bizarro e estranho, o único momento em que contrariam o sentido de uma vida sedentária, é a actividade física que lhe proporciona na escola esta mesma disciplina.

A prática da actividade física durante a infância, apresenta uma série de benefícios, possibilitando o crescimento saudável, bem-estar psicológico e diminuição de alguns factores de risco, tais como, a hipertensão, o colesterol elevado e a emergência de outras patologias que já referenciamos.

Mas, o sucesso no combate a esta enfermidade, só se vencerá, se se articular uma estratégia multifacetada através de uma acção, global, conjunta, bem estruturada, envolvendo todos os actores na política de segurança alimentar, saúde pública, educação, e actividade física.

A prevenção requer um conjunto articulado de acções que, ao mesmo tempo, protejam, promovam e apoiem estilos de vida saudáveis, com destaque para a alimentação equilibrada e a actividade física regular.

E a escola é justamente, um local importante para a promoção Saúde e educação firmando a importância que esta última tem no combate à obesidade infantil e sobretudo na promoção de ambientes saudáveis escolares, com espaço e papel para todos os seus actores, desde os pais, aos professores, às crianças, aos auxiliares de acção educativa, para que todos interajam com o mesmo fim.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

E agora, uma vez aqui chegados, impõe-se olhar para a nossa realidade, para a realidade dos Açores, contexto motivador desta intervenção.

E na Região Autónoma dos Açores são vários os sinais preocupantes relativamente aos hábitos da prática das actividades físicas das nossas crianças e jovens, como afirma Fernando Melo, num estudo recente, realizado entre

2008/2009, sobre Sobrepeso e Obesidade dos Alunos da Escola Secundária das Laranjeiras.

Esta afirmação é extremamente comedida na avaliação da situação dado que, de acordo com o terceiro Relatório da DREFD, intitulado “ Crescimento, Desenvolvimento e Saúde”, referente a três anos de estudo com crianças e jovens açorianos, da autoria de José Maia e Victor Lopes, da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, constata-se o dramático registo de que, o excesso de peso afecta mais de 70% dos jovens açorianos com idades compreendidas entre os 6 e os 19 anos.

E, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nem os votos sobre êxitos e proezas de diversos clubes que tantas vezes nesta casa temos saudado, como ainda hoje aconteceu, e que com muito apreço registamos podem camuflar esta preocupante realidade. E nem os anúncios e as boas intenções resolvem os problemas.

Em 2005 o Governo Regional, pela voz do então Secretário dos Assuntos Sociais, Dr. Domingos Cunha, a quem reconheço o mérito de repetidas vezes ter chamado a atenção para o problema, afirmava o interesse em contrariar a taxa de crescimento da obesidade infantil nos Açores, a qual continuava a evoluir de forma crescente, através do Programa Regional de Nutrição e Controlo da Diabetes.

Em 2006, o mesmo governante, afirmava, e muito bem, que o combate ao excesso de peso e à obesidade, não podia ser realizado por uma única entidade, mas sim com a intervenção de todos.

Em 2007, um membro do mesmo governo, sustentava que, a prática regular da actividade física, estruturada ou não, desempenha um papel fundamental na obesidade infantil reconhecendo-a como uma doença crónica.

Por outro lado, um estudo encomendado à Universidade do Porto prova que os factores genéticos e os comportamentos parentais, têm influência directa na prática da actividade física, na prevalência de riscos metabólicos e de obesidade junto de crianças e jovens nos Açores.

Em 2009, em comunicado, o Governo aprova uma resolução que cria o projecto para a prevenção e tratamento da obesidade infantil nos Açores e, finalmente, aparecem os números, 56% da população tem excesso de peso ou é obesa, o mesmo acontecendo a 30% das crianças.

Sendo certo que, uma alimentação equilibrada e adequada a par da prática regular e contínua de exercício físico, constitui a dupla estratégia que assegura um combate eficaz ao excesso de peso e à obesidade, 6 anos depois de preocupações meramente teóricas, impõe-se, hoje, solicitar esclarecimentos sobre o que na prática o Governo Regional fez nesta matéria e qual o estado actual da situação após intervenção, se existiu ou apenas ficou registada em papel.

Neste sentido, questionamos:

Se todas as crianças do 1º ciclo da Região têm Expressão Físico-Motora?

Se o número de convívios e intercâmbios escolares do 1º ciclo centrados nas actividades físicas e desportivas aumentou ou diminuiu?

Se a carga horária escolar destinada à prática de actividades físicas e desportivas das crianças e jovens açorianos aumentou?

Se os bares e cantinas das nossas 36 escolas Básicas Integradas e Secundárias já fornecem apenas alimentos saudáveis?

Se o número de jovens que participam nas actividades desportivas escolares e nos jogos desportivos escolares aumentou e especialmente qual o índice de participação nos jogos desportivos escolares hoje, em comparação com o de 15 anos atrás?

Se todas as unidades de saúde da região já dispõem de nutricionista, conforme estipulado em comunicado do Conselho do Governo de 12/02/2009?

Se a percentagem de mais de 30% de crianças com excesso de peso e obesas já baixou?

Qual o índice de participação no Projecto “Açores Activos”, relativamente ao número total da população adulta açoriana?

Que formação tem sido proporcionada aos profissionais de Educação Física e a todos os outros docentes que leccionam esta área do currículo?

No combate ao excesso de peso e à obesidade da população açoriana, o que correu e está a correr mal neste processo?

E é a resposta, que conhecemos, a todas estas interrogações que nos leva a concluir que a região está a perder perigosamente a batalha na luta contra aquela que é, senão a, pelo menos uma das maiores epidemias deste século pondo em causa toda uma geração de adultos pelo risco e consequências que para eles representa.

E Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, a imagem de Açores Activos que a promoção da região exalta, e bem, não joga com esta imagem de Açores – Região Obesa que os dados documentam.

É preciso agir e rápido porque ontem era tarde.

Disse

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Com excepção dos líderes parlamentares, do Sr. Presidente do Governo e do Sr. Secretário Regional da Presidência, quem quiser intervir para pedidos de esclarecimento deve fazê-lo agora.

Os pedidos de esclarecimento, quer perguntas, quer respostas, devem ser de 3 minutos.

Entretanto informo que o PSD, diz-me o Sr. Secretário, já esgotou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

(*) **Deputado Carlos Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Realmente o tema apresentado aqui pelo Sr. Deputado Francisco Álvares, preocupa todos nós, deputados desta casa. Temos a visibilidade e a presença de que preocupa também e muito o Governo Regional.

Só que o problema não é regional, nem nacional. O problema é internacional, nomeadamente dos países em desenvolvimento e desenvolvidos.

É, sem dúvida alguma, de acordo com a Organização Mundial de Saúde, a grande epidemia do século. É, sem dúvida alguma uma das causas que poderá estar a criar condições para que o nosso índice de vida diminua e não tem acontecido isso nos últimos anos. Por isso o problema é preocupante.

Graças a Deus que este Governo tem estado atento nos diversos programas que têm sido financiados.

Temos o Programa Açores Activos, o Programa Escolinhas, como o Sr. Deputado falou, o desporto escolar, e em todos eles, Srs. Deputados, temos notado realmente um aumento no número de praticantes, da mesma forma que no âmbito do desporto federado também temos notado. Temos sido uma referência para o país. O número de atletas federados que esta região consegue abranger, que são cerca de 22 mil atletas federados em formação, é um número muito significativo em comparação com aquilo que são os dados nacionais.

São situações que o Governo tem estado atento.

Se me permite, queria discordar um pouco daquilo que o Sr. Deputado tentou afirmar, de que a grande preocupação deste problema deve passar unicamente pela escola.

Os mesmos nomes que mencionou ali, os nossos cientistas que o Governo Regional incentivou em parceria com a Universidade do Porto, nomeadamente a Faculdade de Ciências do Desporto do Porto, o Prof. Doutor José Maia, o Prof. Doutor André Seabra, entre outros, todos eles dizem e afirmam, com os seus conhecimentos científicos, que o grande problema, que é a obesidade infantil, passa também e principalmente pelo meio familiar, passa pela necessidade destes hábitos de vida que são necessários serem alterados, pela motivação das nossas crianças e pelo interesse dessas crianças em querer mudar e ter esses hábitos de vida.

O Governo – a escola! – tem criado as condições que são necessárias para que seja possível criar esta motivação. Foram criados os vários programas que já mencionei, têm sido criadas instalações desportivas para que seja possível, a todas as crianças e jovens, combater o sedentarismo que é comum nos nossos tempos.

Até a própria Secretaria Regional da Agricultura e Florestas tem criado espaços precisamente para as diversas actividades físicas.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Por isso tudo aquilo que o Governo tem feito tem sido direccionado para combater e para criar estes hábitos de vida saudáveis na Região.

É sabido que é muito difícil combater este problema, mas não é só a nível da Região.

Há que louvar o Governo Regional por tudo aquilo que tem sido feito.

Tenho dito.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar gostaria de saudar o Sr. Deputado Francisco Álvares pela sua intervenção na tribuna. É sempre bom falarmos de promoção da saúde, de promoção de estilos de vida saudáveis.

Só o facto de estarmos aqui a discutir já é em si uma promoção da saúde. Portanto, acho que todos devemos falar abertamente sobre isto.

Em relação à acção que o Governo Regional está a desenvolver a respeito da promoção de estilos de vida saudáveis e da prevenção da obesidade infantil, devo dizer que o Governo Regional tem a consciência tranquila de toda a sua acção nesta matéria.

Começo por dizer, e dar-lhe factos comprovados dos ganhos que já estamos a ter no terreno com a primeira medida que tomámos logo nesta Legislatura, que foi a contratação de nutricionistas para todos os Centros de Saúde da Região, assegurando, por esta via, que todas as crianças possam ter acesso a uma consulta de nutrição no seu Centro de Saúde, quer o Centro de Saúde tenha ou não contratado o nutricionista. Alguns Centros de Saúde ainda não têm, mas são muito poucos no contexto global da Região.

Todos os jovens a quem é diagnosticado um excesso de peso ou de obesidade infantil têm tido acompanhamento nos Centros de Saúde, o que é bastante positivo.

Por outro lado, realizámos já duas medidas do Plano Regional de Luta Contra a Obesidade e da Diabetes, que foi a realização do rastreio da obesidade infantil a todas as crianças que frequentam o 5º ano na Região Autónoma dos Açores.

Devo dizer que o resultado efectivo deste rastreio global foi bastante satisfatório no sentido em que nos igualou à média nacional, ou seja, tínhamos antes um estudo que dizia que as nossas crianças eram mais obesas do que aquelas a nível nacional. O que este rastreio veio demonstrar, para o 5º ano de escolaridade, foi que é igual àquilo que se passa no Continente Português e será com certeza igual ou inferior ao que se passa em todos os países desenvolvidos, quer dos Estados Unidos, quer da Europa.

Por outro lado, a nível da promoção da actividade física presentemente estão a ocorrer os encontros das Escolinhas do Desporto. São muitos os jovens que estão a participar no dia de hoje nesses jogos.

Está ainda a decorrer o Plano Regional de Saúde Escolar, com todas as suas acções, numa articulação (não sei se era aquilo que o Sr. Deputado se referia na tribuna) das instituições para resolver este problema, precisamente entre a saúde, as escolas e os centros de saúde, para conseguirmos garantir níveis de saúde às nossas crianças. É isso que pretendemos.

É evidente que a luta contra a obesidade infantil, ou contra o excesso de peso da obesidade em geral, é difícil. Temos que mudar hábitos de vida nas populações. Temos a consciência tranquila de estamos a fazer tudo aquilo que achamos que devemos, mas também estamos abertos a propostas, a uma boa medida para reduzir o impacto desta calamidade ou deste problema de saúde pública.

Presidente: Neste momento não tenho mais inscrições.

O Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental, Sr. Deputado, mas tal significará que o nosso PTAP de hoje fique por aqui.

Regressamos às 15 horas com a Agenda.

Eram 12 horas e 36 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, boa tarde. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos com a Agenda.

Eram 14 horas e 10 minutos.

Como ponto 1, temos o **Projecto de Resolução n.º 23/2011 – “Manutenção da extensão do Provedor de Justiça na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Aproveito para informar, conforme será do vosso conhecimento, que o BE, como proponente, e estamos perante uma resolução, apresentou um projecto de substituição integral. Será esse projecto de substituição integral que será objecto de debate e de votação.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares para apresentar o diploma.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como os Srs. e Sras. Deputados sabem, o Projecto de Resolução do Bloco de Esquerda que reivindica a manutenção da extensão do Provedor de Justiça na Região Autónoma dos Açores sofreu uma alteração, a que agora mesmo o Sr. Presidente se referiu, ao nível do seu destinatário, ou seja, sob o ponto de vista formal.

Esta alteração resulta do facto de termos sido sensíveis a algumas apreciações havidas aquando da discussão do nosso projecto em sede da Comissão de

Política Geral, nomeadamente da parte, quer do Sr. Presidente, Deputado Pedro Gomes, quer do Sr. Deputado Herberto Rosa, do Partido Socialista, no sentido de que a substância do nosso projecto, de manter a extensão do Provedor de Justiça da Região Autónoma dos Açores, deveria ser dirigida não ao Governo Regional, solicitando-lhe pressão junto da Provedoria da Justiça para este desiderato, mas antes à Assembleia da República, a quem compete aprovar a dotação orçamental da Provedoria da Justiça e ao próprio Sr. Provedor da Justiça.

Assim o fizemos, sem nenhum tipo de preconceito, porque verdadeiramente pensamos que o mais importante é exortar este Parlamento a não aceitar, com toda a naturalidade, a extinção em causa, mas pelo contrário a manifestar a sua legítima vontade pela sua manutenção.

De facto, o Provedor de Justiça é, na sua essência, um elo de ligação entre os cidadãos e o poder, conforme consta do próprio site, do próprio sitio na Net, do Provedor de Justiça.

Não tem poderes de decisão, por isso não manda, não impõe, não constrange os poderes públicos, mas sugere, convence pela força da razão, apessoado pela boa fundamentação das posições assumidas em defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos. Por isso o seu dever é estar sempre e esforçadamente ao lado (e repito: ao lado) daqueles cujas queixas e reclamações são suportadas pelo direito ou estribadas pela justiça.

Assim deve proceder por imperativo legal, por comando de consciência e por dever de solidariedade para com todos os portugueses.

A existência do Provedor de Justiça, enquanto mecanismo de mediação entre as instituições governamentais e os cidadãos, não sendo o apanágio, como todos sabemos, dos tempos modernos, porque é uma figura que sob outras vestes tem acompanhado praticamente a história da humanidade, é uma conquista da nossa democracia. Aliás, ele surge pela primeira vez em Abril de 1975 e apenas chegou aos Açores em 1996, pretendendo-se com esta chegada aos Açores, e conforme consta também do mesmo site, estender uma representação efectiva deste órgão do Estado aos arquipélagos, porque chegou aos Açores exactamente

na mesma altura em que chegou à Madeira (portanto, às duas regiões autónomas) promovendo-se a aproximação dos seus habitantes, dos Açores e da Madeira, entenda-se, ao Provedor de Justiça.

Não temos dúvidas que o Provedor de Justiça é um instrumento fundamental da Democracia, quer da sua defesa, quer do seu exercício factual, sendo a sua existência um forte apelo à intervenção cívica dos cidadãos e à responsabilização destes pela defesa dos seus direitos e das suas conquistas.

Os portugueses e as portuguesas são os primeiros a reconhecer e a sentir cada vez mais a importância fundamental do Provedor de Justiça.

Isto mesmo é reconhecido mais uma vez no site deste órgão, onde sob a epígrafe organização se pode ler o seguinte:

“Significativa do relevo destas funções e do reconhecimento por parte dos cidadãos da actividade do Provedor de Justiça, é a necessidade de alargamento do quadro de pessoal que desde 1979 tem sido levado à prática.

O legislador tem, aliás, acompanhado aquele reconhecimento e aludida necessidade e neste sentido foi prevista a possibilidade da existência de mais um Provedor Adjunto, bem como a criação de um gabinete ao qual compete prestar apoio directo e pessoal ao Provedor de Justiça.”

Ou seja, a demanda pela intervenção do Provedor de Justiça, ao contrário de ter vindo a diminuir, tem vindo a aumentar, e bem, a sua solicitação que se levantava, a determinada altura, da hipótese de se criar uma outra figura, a figura do Provedor Adjunto.

Não podemos aceitar que por meras lógicas economicistas, como aliás é reconhecido pelas declarações recentes e públicas do actual Provedor de Justiça, Alfredo Sousa, que a determinada altura das suas declarações utiliza a expressão “por questões orçamentais” e seguidamente “por fortes constrangimentos orçamentais”, se desfira um ataque à Democracia que tem custos, como todos sabemos, mas que é nossa obrigação não permitir limitá-la pondo-a assim em perigo.

A Assembleia Legislativa dos Açores não pode permitir nem desculpar, sob o protesto das novas tecnologias, nem pode consentir que este novo argumento,

que parece servir para tudo (no limite, há que admiti-lo), acabará por vir dar razão também àqueles que bradam pelos custos deste plenário, que bem poderia ser feito por videoconferência mensalmente, ou aqueles que bradam e reivindicam a diminuição da proporcionalidade, porque há muitos deputados que também custam muito dinheiro, ou até mesmo aqueles que reivindicam a diminuição das nossas autarquias, dado o seu peso excessivo e os seus custos.

Em nome, quer das novas tecnologias, que tudo e todos aproxima, e em nome dos fortes constrangimentos orçamentais e em nome das lógicas economicistas, podemos pôr um pouco de tudo em causa, e por que não também a extinção do Provedor de Justiça para a Região Autónoma dos Açores.

Parece que pouco a pouco vamos sonhando a Democracia em nome de uma lógica que em tempos, felizmente já bastante distantes da nossa história, presidiu a este país, mas que hoje sob as vestes tecnocráticas parece tender a revitalizar-se.

E, sobretudo, não podemos ficar impávidos e serenos, a assistir ao facto de ser exactamente nas Autonomias que este órgão, o Provedor de Justiça, é mais penalizado.

Como bem sabemos, a menorização da Autonomia é sempre um ataque e um golpe à Democracia e vice-versa.

Se como já aqui foi afirmado, e ainda hoje e bem, os Açores não são um fardo para a República, bem pelo contrário, convém pôr a nossa Região a salvo, pelo menos tanto quanto for possível, deste processo em curso, de penalização das pessoas que estão distantes dos grandes centros, em nome dos constrangimentos orçamentais.

Cortam-se postos dos CTT aqui; fecham-se escolas ali; põe-se fim à extensão do Provedor de Justiça nas Regiões Autónomas e assim vamos andando.

Em nome da crise as pessoas com menos vantagens acabam por ser sempre as mais penalizadas.

Esperamos não vir a assistir ainda à extinção do próprio cargo de Provedor de Justiça pelo facto de também ele e os seus assessores custarem dinheiro.

É por todas estas razões que o Bloco de Esquerda traz a esta Assembleia este Projecto de Resolução para defender a Democracia, para defender a Autonomia e para, sobretudo, defender as pessoas que são no fundo a razão de ser, quer de uma, quer de outra.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O encerramento de serviços públicos, mesmo considerando que as novas tecnologias encurtam distâncias, e o seu afastamento físico dos cidadãos, constitui um factor que contraria o discurso da coesão e, neste caso particular, o discurso da coesão social e territorial.

Aliás, veja-se o caso paradigmático da Ilha de São Jorge. O encerramento de serviços públicos, designadamente de escolas, a imposição da concentração do fabrico do queijo numa só unidade com o conseqüente encerramento das pequenas cooperativas que animavam social e economicamente o espaço rural, contribuiu de forma substantiva para a actual situação que se vive na Ilha de São Jorge, que costumo utilizar como um exemplo paradigmático.

A sangria populacional que se verificou no período intercensitário de 2001/2011 é um claro exemplo das políticas públicas erradas que têm vindo a ser seguidas na região e na República.

Por estes e outros motivos que entretanto a Deputada Zuraida Soares já aqui trouxe, a Representação Parlamentar do PCP vai votar favoravelmente este Projecto de Resolução que o Bloco de Esquerda trouxe à apreciação desta câmara.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Abel Moreira.

(*) Deputado Abel Moreira (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a este Projecto de Resolução do Bloco de Esquerda é de realçar que este órgão – a Provedoria – é fundamental como moderador de conflitos entre os cidadãos e o poder, pois este órgão zela pelo cumprimento dos direitos fundamentais do cidadão.

No entanto, como já o fiz em Comissão, faço agora o mesmo reparo à iniciativa. Ou seja, numa altura em que existem fortes constrangimentos orçamentais na República, que infelizmente se projectarão nos próximos anos, esta iniciativa falha no *timing* e, responsabilmente, não podemos viabilizar.

É verdade que com as novas tecnologias já é possível entregar queixas ao Provedor no sossego da nossa casa ou, quem não tenha computador, em todas as ilhas existem várias possibilidades de fazer essas queixas, quer através das Câmaras Municipais, quer em qualquer agente do Ministério Público.

Estão assim salvaguardados os direitos dos mais desfavorecidos e o aumento das queixas electrónicas é um indicador que devemos evoluir nesta via.

Sem prejuízo de uma conjectura mais favorável reconhecemos mérito a esta iniciativa.

Sendo assim, este Grupo Parlamentar por estes motivos agora apresentados e porque somos coerentes na nossa forma de encarar a conjectura actual, onde tem que se cortar em todas as despesas não reprodutivas, iremos abster-nos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Constituição da República Portuguesa, apesar de ser compromissória em muitos aspectos, em matéria de direitos fundamentais assenta num sistema claro e coerente.

A nossa Constituição afirma com clareza, com suficiência, a dignidade da pessoa humana que é desde logo proclamada no artigo 1º.

A pessoa humana, para a nossa Constituição e para a nossa organização de vida constitucional, é o fundamento, é a razão, é o fim do Estado e da sociedade.

É neste pressuposto que entronca a figura do Provedor de Justiça, que é um órgão independente do Estado e que surge como a figura de independente, que

vela pela actuação da administração, pelos direitos dos cidadãos, mas mais do que isto, hoje em dia (e esta tem sido a tendência da evolução do cargo) para ter ao seu dispor um meio não judicial de defesa dos direitos fundamentais, dos direitos do homem e dos direitos dos cidadãos.

É nesta perspectiva que na Democracia Portuguesa se instituiu a figura de Provedor de Justiça, originariamente na Constituição de 1976, com o apoio largamente maioritário dos partidos do arco democrático e com a estranha abstenção de alguns partidos, nomeadamente o Partido Comunista Português.

Trazendo esta matéria hoje à discussão nesta câmara, é bom assinalar a oportunidade feliz, a oportunidade política do Projecto de Resolução do Bloco de Esquerda, porque independentemente das razões económicas ou de racionalização de funcionamento, invocadas pelo Sr. Provedor de Justiça para extinguir as extensões dos Açores e da Madeira, razões económicas e de racionalização que estão invocadas mas não provadas nem documentadas, dado que a parte da estrutura que funcionava nos Açores e na Madeira passará a funcionar em Lisboa na Provedoria de Justiça, entendemos que do ponto de vista simbólico da Autonomia a manutenção das extensões da Provedoria de Justiça nos Açores é válida e deve ser confirmada por este Parlamento, sobretudo porque nos Açores, no nosso sistema político, há um Governo próprio, um Parlamento próprio, uma Administração Regional Autónoma. A defesa dos direitos dos cidadãos, na sua relação com a Administração, também deve ser assegurada por este órgão independente, por este órgão constitucional com actuação nos Açores.

Não significa de todo, e não quero que se tire das minhas palavras essa conclusão, que a extinção das delegações nos Açores fará com que a defesa dos cidadãos não se realize. Não! Mas a presença de uma extensão da Provedoria de Justiça nos Açores tem uma dimensão e uma carga simbólica na organização do poder político nos Açores e na relação dos cidadãos com a Administração que deve ser mantida e deve ser politicamente valorada por este Parlamento.

É também nesta dimensão e nesta perspectiva que a iniciativa do Bloco de Esquerda tem um valor político acrescentado.

Convém também dizer o seguinte:

Esta iniciativa tem também uma oportunidade que se deve assinalar face à circunstância do Tribunal Constitucional ter declarado inconstitucional o artigo 130º do nosso Estatuto, que tinha a ver com a possibilidade deste Parlamento criar Provedores Sectoriais Regionais que exerceriam, no Plano Regional, um conjunto de funções, também de defesa dos direitos dos cidadãos, perante a actuação da Administração e no acautelamento de direitos fundamentais sem entrar nas competências do Provedor de Justiça.

Quando elaborámos o nosso Estatuto neste Parlamento, quando o votámos por unanimidade, não só pressentimos como confirmámos ao votar este artigo que havia também uma necessidade de nos Açores haver Provedores Sectoriais Independentes para mediar a relação entre os cidadãos e a Administração Regional Autónoma.

Estávamos certos. Estamos certos neste nosso desiderato, independentemente do Tribunal Constitucional não confirmar a perspectiva dos legisladores açorianos, nem dos legisladores da Assembleia da República, que também confirmaram este nosso entendimento.

Havemos, em futuras revisões do nosso Estatuto, de lá chegar e de garantir a existência de Provedores Sectoriais Regionais, verdadeiramente independentes e com a capacidade de dirigirem recomendações autónomas e independentes à Administração, não na dimensão pobre e infeliz do Provedor da Saúde,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Infeliz? Estiveram 20 anos para o fazer!

O Orador: ... que é apenas mais uma manifestação e uma extensão da Administração sem carácter de independência ou de autonomia.

Deputados Mark Marques e João Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Por estas razões, por uma razão simbólica, por uma razão de oportunidade, por uma razão de coerência legislativa, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata votará favoravelmente o Projecto de Resolução que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou sobre esta matéria.

Com isto não queremos dizer que não estamos sensíveis à necessidade de racionalização dos meios do Estado;

Com isto não queremos dizer que não estamos sensíveis, porque estamos, às necessidades de contenção financeira que vão obrigar o Estado e as Regiões Autónomas a mudar de vida em muitos aspectos;

Mas, porque estão por provar essas economias financeiras, porque está por provar essa racionalidade financeira invocada pelo Sr. Provedor de Justiça, entendemos que do ponto de vista político o voto deste Parlamento e o voto deste Grupo Parlamentar só pode ser o voto de confirmar a manutenção da extensão da Provedoria de Justiça nos Açores e na Madeira.

Muito obrigado.

Deputados João Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

(*) Deputado Herberto Rosa (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Zuraida Soares:

Com a mesma frontalidade com que na reunião da Comissão de Política Geral o Partido Socialista, pela minha voz, se manifestou liminarmente contra a forma encontrada pelo Bloco de Esquerda para esta iniciativa, tem agora, com essa mesma frontalidade, de reconhecer e de a saudar pela atitude construtiva que o Bloco assumiu ao acolher as sugestões que lhe foram então apresentadas quanto à matéria de forma.

Isto para nós é relevante, porque significa que o Bloco não estava à procura do confronto político. Estava à procura seriamente de uma solução, de uma proposta que reunisse consensos.

Com a apresentação da proposta de substituição estamos falados relativamente à forma. Vamos deter-nos um pouco relativamente ao conteúdo.

O Partido Socialista é sensível à situação de constrangimento orçamental e financeiro que o país atravessa;

O Partido Socialista é favorável à introdução das novas tecnologias de informação e de comunicação na Administração;

O Partido Socialista nem confunde cooperativas com serviços públicos, também é preciso que se diga;

Mas o Partido Socialista olhando para os termos precisos da justificação, constantes do despacho interno do Provedor de Justiça, que nos foi facultado, tem algumas reservas e dúvidas relativamente à argumentação invocada.

Desde logo, e aqui já foi dito, trata-se da extinção de um serviço que implica não a demissão do pessoal mas a sua transferência. Ou seja, esta reestruturação nos Açores, e também na Região Autónoma da Madeira, permite pensar que é mais uma centralização do que propriamente uma reestruturação.

Assim, ficam por provar (até porque de acordo com o mesmo despacho interno, implica a demissão de pessoal na Região, por um lado a redução de instalações e por outro a demissão de pessoal) os custos inerentes com a deslocação regular de técnicos superiores à Região. Para nós não é líquido que a existir alguma poupança, essa poupança seja significativa.

Já aqui foi dito pelo Sr. Presidente da Comissão que não está provado. O Sr. Provedor não se preocupou em quantificar para demonstrar se havia uma relação custo/benefício significativa entre uma coisa e outra.

Nestes termos, a decisão do Provedor de Justiça suscita-nos aquilo que eu poderia chamar a dúvida razoável. Daí que nos parece totalmente pertinente, e neste momento da nossa vida política particularmente pertinente, uma vez que dentro de breves dias teremos instalada uma nova Assembleia da República. Que a Assembleia da República, em primeiro lugar (e a Resolução está formulada precisamente nesses termos), aprecie esta decisão, avalie os impactos, avalie os efeitos em termos da acessibilidade e da eficácia da Provedoria de Justiça relativamente à Região Autónoma dos Açores e, em conformidade com isso, porque não há decisões irreversíveis nesta matéria, embora a decisão tenha sido implementada a partir de 1 de Junho, pode perfeitamente ser alterada.

Parece-nos que a Assembleia da República e concomitantemente o Provedor de Justiça devem reavaliar esta questão.

Se é verdade, como se diz na gíria futebolística, que a equipa que ganha não se mexe, se estava a funcionar bem e não houve uma justificação ponderosa de natureza económico-financeira para justificar esta iniciativa, se se provar que esta iniciativa não traz ganhos, quer em termos da eficácia, quer em termos de custos, deve ser reposta a situação anterior.

Posto isto, e como parece que já terá ficado claro, o Partido Socialista vai votar favoravelmente a iniciativa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico considera...

Deputado José San-Bento (PS): Já não existe!

O Orador: ... que este Projecto de Resolução faz todo o sentido e vai de acordo àquilo que defendemos do ponto de vista das competências que a Região deve ter e daquela que é a localização dos serviços de Estado na Região.

O que eu quero aqui referenciar ...

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Presidência)

O Orador: Os senhores estão muito divertidos. Eu estou calado. Os senhores também deveriam estar porque se o meu resultado não é bom o vosso é péssimo.

Presidente: Sr. Deputado, faça favor de continuar. Estamos a debater o Provedor de Justiça.

O Orador: Meus senhores, vamos fazer aqui uma espécie de pacto de não agressão porque se formos por aí tenho que fazer algumas referências que não gostaria de fazer neste momento.

Deputado Francisco César (PS): O senhor ficou abaixo de cão!

O Orador: Retomando a intervenção, é evidente que eu considero que o Governo (o Estado e as entidades) vai ter nos próximos anos tendência no

sentido de retirar aquelas que são as suas responsabilidades, aquele que é o seu esforço financeiro na Região Autónoma dos Açores.

Este caso da extinção do Provedor de Justiça na Região Autónoma dos Açores e também na Madeira, é apenas um dos primeiros exemplos que vamos ter que enfrentar.

Vamos ter que enfrentar um conjunto de restrições e um conjunto de tentativas, por parte da Administração Central e das diversas entidades públicas, de diminuir aquele que é o seu esforço financeiro e aquela que é a sua permanência logística na Região, tendo em conta a situação financeira.

Evidentemente que não o vão fazer em Lisboa. Vão fazê-lo nas zonas periféricas do país e nas Regiões Autónomas. Nós é que vamos pagar a crise. Isto irá suceder.

É muito importante que desde o primeiro momento esta Assembleia assuma a responsabilidade de travar este processo.

Como vos digo isto irá suceder dezenas de vezes. Vamos ver dezenas de vezes as entidades, o Estado Central, a tentar diminuir aquela que é a sua implantação na Região Autónoma dos Açores, aquelas que são as suas responsabilidades. Vamos assistir a isto de uma forma repetida.

De uma forma repetida também temos que tentar evitar que isto possa suceder.

Para terminar a minha primeira intervenção sobre este assunto, gostava apenas de registar como os resultados eleitorais alteram a opinião do Partido Socialista nesta matéria.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é mentira!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor não percebeu nada!

O Orador: Gostava de recordar as palavras do Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa, quando ainda governava o Partido Socialista. Disse o seguinte:

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O que é que isso tem a ver?

O Orador: Tem muito a ver. Está no relatório da análise deste Projecto de Resolução.

Deputado Berto Messias (PS): Os resultados fizeram-lhe mal!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não tem nada a ver com o Governo!

O Orador: Eu sei que vai ser traumático, mas deixe-me acabar de ler:

“Quanto ao âmbito material da iniciativa, afirmou que ela deixou de ser pertinente porque entende que temos de nos adaptar ao progresso tecnológico, dando o exemplo das Petições que têm entrado na Assembleia Legislativa, através da internet.”

E agora olhem para esta pérola:

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado tem uma lata!

O Orador: “Afirmou que o recurso à internet, no caso em apreciação, não traduz nenhum prejuízo na protecção dos direitos dos cidadãos.”

Depois, disse mais:

“A partir de 1 de Junho, os cidadãos podem utilizar os serviços informáticos das autarquias para se endereçarem ao Provedor de Justiça, bem como apresentarem queixas a qualquer agente do Ministério Público.”

Tudo isto mudou.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não mudou nada! Explique lá qual é a relação disso com o Governo?

O Orador: Agora, como a responsabilidade do Governo já será de direita e não do Partido Socialista....

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso não tem nada a ver com o Governo!

O Orador: ... a partir daqui...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O que é que isso tem a ver com o Governo?

O Orador: ... evidentemente o Sr. Deputado...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Explique lá qual é a relação disso com o Governo!

O Orador: ... Herberto Rosa, que disse que temos que nos adaptar às tecnologias, que a internet não faz mal a ninguém, agora já pensa precisamente o contrário.

É destes pequenos episódios, destas contradições que é feita a pequena política, que é evidentemente muito condenável.

Eu não podia deixar de assinalar, de facto, a mudança de opinião, como um cata-vento, que aconteceu ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista nesta questão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

(*) **Deputado Herberto Rosa (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Estêvão:

V. Exa. certamente tem a moleirinha toldada. Deve ter sido pelo excesso de projectores dos estúdios de televisão. Só por isso é que vou tentar ser paciente.

Percebo que V. Exa., até porque aterrou aqui há breves instantes, não tenha entendido absolutamente nada do que aqui se passou, nem do espírito, nem da matéria.

V. Exa. está a leste do paraíso, mas olhe, só lhe posso desejar as melhoras. Volte depressa e volte bem!

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: Mas porque não pode ficar sem resposta vou dizer-lhe uma coisa:

Tudo o que V. Exa. citou é verdade.

O Bloco de Esquerda apresentou um Projecto de Resolução endereçado ao Governo Regional com um conjunto de considerandos.

Na altura foi dito que todos esses considerandos não faziam sentido relativamente ao destinatário e eu já o disse aqui.

Entendemos que as novas tecnologias são um instrumento importantíssimo para a actividade dos cidadãos e também para a actividade da Administração Pública.

Deputados José Lima e Domingos Cunha (PS): Muito bem!

O Orador: Entendemos que a rede que existe para acesso aos cidadãos ao Provedor de Justiça também é uma forma, até numa região arquipelágica como a nossa, de facilitar o acesso.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Mas ele não quer!

O Orador: O que também dissemos é que da forma como agora o Projecto de Resolução está apresentado há uma outra questão que a torna pertinente. É porque não fica demonstrado na decisão, duas coisas:

Primeiro: a efectiva poupança em termos de custos face àquilo que eu disse e que não vou repetir;

Segundo: a sombra de tentativa de transformar esta reestruturação, com a transferência para a Secção V, em Lisboa, dos dois técnicos que estavam nas regiões, numa centralização e que essa centralização não conduza a uma desestruturação dos serviços na Região.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O que é que isso tem a ver com o Provedor da República?

O Orador: Isto não tem a ver com o seu trauma das eleições, não tem a ver com o resultado *underdog*, para utilizar uma expressão simpática, nem com a sua pancada que acabou de ser revelada há pouco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Herberto Rosa:

Quando o senhor estava aqui, ou quando estive na Comissão, a tentar diminuir a iniciativa, alertando para a internet e para a eficácia na sua utilização, não estava a falar no que agora disse, que deveria ser dirigido a outra entidade.

O que o senhor estava a fazer era a diminuir a eficácia desta medida.

Deputado Herberto Rosa (*PS*): Sr. Deputado, quem é que fez o relatório?

O Orador: Oiça com atenção.

O que é que tem a ver o facto de o Bloco de Esquerda inicialmente se dirigir ao Governo Regional e agora se dirigir à Assembleia da República, com a internet

e com os argumentos que o senhor produziu sobre as vantagens da internet? O que é que tem a ver? Não tem a nada a ver!

Esses argumentos são claríssimos. O senhor estava a tentar, porque o Governo era do Partido Socialista...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Sr. Deputado, não tem nada a ver!

O orador: ... e a responsabilidade orçamental de fazer o desenho do próximo orçamento era do Partido Socialista, diminuir e a lançar hossanas para a grande qualidade da internet. Foi isso que o senhor fez.

Agora mudou de opinião. É tão simples quanto isso.

Toda a gente que teve oportunidade de ouvir as suas palavras e ouviu agora a sua intervenção percebe perfeitamente que o senhor e o seu Grupo Parlamentar entram em contradição.

Mas mais do que isso (porque não foi só o senhor). Vejam também o que disse o Sr. Secretário Regional da Presidência, para reforçar a mensagem.

«“O que importa é que os açorianos continuem a ter acesso aos serviços da Provedoria, assegurando-se a possibilidade de poderem continuar a apresentar as suas queixas”, disse. Informou que em 2010 foram apresentadas nos Açores 132 queixas e apenas 59 foram feitas presencialmente.

Considerou que a era digital traz vantagens para os cidadãos, e que as novas tecnologias não são necessariamente más para a eficácia da administração, até porque na Região a taxa de penetração das TIC é alta e as garantidas dadas pela Provedoria de Justiça acautela a eficácia dos serviços nos Açores.»

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não estou a perceber onde é que o senhor quer chegar!

O Orador: Os senhores não tinham dúvidas, mas agora passaram a ter sobre a eficácia do serviço e passaram a ter dúvidas sobre a eficácia da internet.

O que aconteceu entre estas palavras,...

Deputado Francisco César (*PS*): O senhor está a brincar connosco!

O Orador: ... entre o que os senhores proferiram e o que proferiram agora na vossa opinião, é muito simples. O que é que aconteceu? Houve alguma

alteração na qualidade da internet? Houve alguma alteração nas garantias dadas pelo Provedor de Justiça? Houve alguma alteração nessas duas vertentes? Não houve.

Eu só vi uma nos últimos dias, é que os senhores perderam as eleições. Portanto, a partir de agora o discurso é diferente, porque o PSD e o CDS provavelmente terão a responsabilidade de governar e a partir daí os senhores vão defender acerrimamente todas as responsabilidades que o Estado tinha...

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): O senhor não acha que está a alongar-se muito?

O Orador: ... e que diminuía quando eram os senhores que tinham a responsabilidade de governar na República.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): É falso!

O Orador: Isto é uma estratégia que não tem nada a ver com convicções, é uma estratégia totalmente oportunista nos argumentos e os açorianos percebem bem.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Não apoiado!

O Orador: Para terminar, as vossas referências ao acto eleitoral.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Mas quem é que está a falar de actos eleitorais? Isso já passou!

O Orador: Eu não percebo. Os senhores não perderam (eu não sei, cheguei há pouco tempo) nos Açores com 20% de desvantagem eleitoral? Ou eu ainda não consegui localizar-me?

Presidente: Sr. Deputado, vamos voltar à Provedoria de Justiça.

O Orador: Se há aqui quem não pode falar nos actos eleitorais são os senhores. Eu assumi que fomos amplamente derrotados, mas o PPM está habituado. Vamos sempre, de derrota em derrota até à vitória final.

Os senhores é que não estão habituados.

Portanto, nesse sentido deveria ser mais traumático para os senhores.

O que tenho a dizer é que a vossa posição em relação a este assunto é totalmente oportunista, equívoca e carece de total racionalidade em relação aos

argumentos. É esta a posição que vos queria referenciar e dou por terminado o assunto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

(*) **Deputado Herberto Rosa (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Estêvão:

Esta procissão já deu o que tinha a dar.

Só para deixar duas notas:

Sr. Deputado, há quem ganhe e há quem perda e há quem fique perturbado com os resultados. São três coisas diferentes. Na terceira situação encontra-se V. Exa.

Segundo: essas questões de oportunismo, todo esse fraseado e toda essa adjectivação não me vai levar nem a questões de defesa da honra, nem a questões de protesto, porque o que vem debaixo, felizmente, não nos atinge.

Terceiro: o que fica registado nesta casa é que o Bloco de Esquerda – e é isto que quero relevar, embora não me compete falar pelos outro – tomou a iniciativa resolutive, foi apreciada em Comissão e foi sugerida a sua adequação.

Da parte do proponente houve uma atitude construtiva e essa atitude levou a que hoje, quer o Partido Socialista, quer o Partido Comunista Português, quer o PSD, recente vencedor das eleições, o que deita por terra absolutamente o argumento do Sr. Deputado Paulo Estêvão, votaram ou vão votar favoravelmente a iniciativa e resta a posição de abstenção do Partido Popular.

Quanto à posição do PPM não sei se será sim, se será não, ou um flic-flac à retaguarda, mas isso agora o Sr. Deputado é que nos vai dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para referenciar que acho a sua expressão “o que vem debaixo não nos afecta” completamente desadequada...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Falava do acto eleitoral!

O Orador: ... ofensiva, apenas porque demonstrei claramente, lendo as suas palavras (o que o senhor disse e o que o senhor diz agora), que o senhor mudou de opinião. Mudou de opinião pura e simplesmente não por convicções, mas porque a conjuntura política alterou. Fiz-lhe essa referência.

O senhor só tem uma resposta, que é a ofensa: “o que vem debaixo...”. Vem debaixo de quê? Da dignidade?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não! Com menor representatividade eleitoral!

O Orador: Do ponto da argumentação o senhor refugiou-se na ofensa baixa, o senhor refugiou-se no ataque que é absolutamente indigno, porque o senhor não teve argumentos.

O argumento é muito simples, Sr. Deputado: o senhor tinha uma opinião e passou a ter outra.

O senhor achava que a internet resolvia tudo e o que o Sr. Secretário da Presidência dizia não tinha nada de mal, era digital, ia resolver, era um milagre, podiam retirar todos os serviços do Estado, o Governo Socialista podia fazer isso tudo. Agora mudou de opinião porque mudou o Governo. É tão simples como isto.

Deputado Francisco César (*PS*): Não mudou nada o Governo!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares** (*BE*): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostava de começar por fazer jus ao velho ditado do povo: “quem cala consente!”.

Gostaria de me dirigir ao Sr. Deputado Abel Moreira, que aliás pertence a um partido que naturalmente fará parte da solução governativa do nosso país.

Deputado Abel Moreira (*CDS/PP*): Ou não!

A Oradora: Hummm! Pelo menos foi o que andaram durante toda a campanha a dizer e eu acredito que sim.

Quando o Sr. Deputado diz que o Bloco de Esquerda falhou no *timing*, tenho que lhe dizer que o *timing* não foi do Bloco de Esquerda. O *timing* foi da decisão da República de retirar, neste caso da Provedoria da República, por razões orçamentais e por constrangimentos orçamentais a extensão do Provedor de Justiça à Região Autónoma dos Açores.

O *timing* não fomos nós que o escolhemos. Apenas reagimos ao *timing* que, sim, a República escolheu. É esta a primeira questão.

A outra, Sr. Deputado, é que nós, Bloco de Esquerda, subscrevemos na íntegra a urgência e a necessidade de constrangimentos e de cortes orçamentais no nosso país. Sobre isso não haverá nenhum português ou portuguesa que tenha a mínima dúvida.

Agora o que exigimos é que estes cortes orçamentais sejam criteriosos; que sejam estabelecidas prioridades claras e transparentes e que não sejam cortes feitos cegamente. Ainda ficam por provar os ganhos desses cortes, no caso da extinção do Provedor da Justiça para a Região Autónoma dos Açores.

Também não aceitamos cortes naquilo que não consideramos um luxo, nem um excesso, mas pelo contrário, um direito e, sobretudo, uma garantia de defesa dos cidadãos contra o discricionarismo, a impunidade e a falta de isenção muitas vezes da Administração. Isso nunca pode ser um excesso nem nunca pode ser um custo excessivo para qualquer Estado de direito, na opinião do Bloco de Esquerda.

Finalmente, cortar em todas as despesas não reprodutivas. Com certeza, mas a Democracia não é uma despesa. Pelo contrário, é bastante reprodutiva, porque dignifica um país e porque lhe dá a razão de ser de um Estado de direito como é aquele que temos.

Portanto, é completamente reprodutiva do ponto de vista do Bloco de Esquerda, por isso estamos em bancadas diferentes.

Finalmente, quanto à discussão que se estabeleceu entre o Sr. Deputado Paulo Estêvão e no caso concreto o Sr. Deputado Herberto Rosa, eu não me quero meter numa discussão que é vossa, só vossa e de mais ninguém, mas sem pôr de

lado as táticas políticas que são inerentes a todos partidos (o que estiver inocente ponha o dado no ar)...

(Neste momento o Deputado Paulo Estêvão levantou o dedo)

... gostaria de, em nome da verdade dizer o seguinte:

O relatório do que se passou em sede de Comissão é um relatório. **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Exactamente!

A Oradora: Portanto, é omissa até numa larga discussão que todos nos lembramos (os Deputados e as Deputadas que lá estiveram), que se prolongou e que nem sempre foi simpática e amistosa, porque na realidade houve quem entendesse a proposta do Bloco de Esquerda como um desafio ou um confronto – palavra utilizada pelo Sr. Deputado Herberto Rosa já nesta discussão – o que não era esse o nosso objectivo.

Neste momento o Bloco de Esquerda não tem a mínima dúvida de que se não tivesse alterado a forma do seu Projecto de Resolução, ele não mereceria a concordância e o voto favorável do Partido Socialista, porque isso foi claramente dito pelo Sr. Deputado Herberto Rosa em sede de Comissão, como também foi claramente dito pelo Sr. Deputado e reiterado pelo Sr. Presidente da Comissão e consta da página 5 do nosso relatório:

“O Presidente da Comissão secundou a intervenção do Senhor Deputado Manuel Herberto Rosa quanto à pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa, referindo que, atendendo à natureza da matéria (...) a recomendação fosse efectivamente dirigida ao Senhor Provedor de Justiça e à Assembleia da República...”

Táctica política, sempre, todos os dias. Faz parte da natureza da coisa e é assim que tem que ser.

Mas dizer a verdade e dizer as coisas tal como elas se passaram, também convém, porque senão, daqui a pouco, estamos todos a dizer o contrário do que já dissemos e deixamos de ter sobretudo em mente aquilo que é fundamental, é que neste momento, esta Assembleia, quando votar (se ninguém voltar atrás,

isso não vai acontecer) vai dizer claramente à República e ao Sr. Provedor de Justiça que, até prova em contrário e contas feitas com clareza, quanto é que se poupa e em nome de quê, a Região Autónoma dos Açores não prescinde da manutenção da extensão do Provedor de Justiça nesta Região. Isso para o Bloco de Esquerda é importante, independentemente das táticas políticas que a cada momento todos nós iremos construindo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford) e Deputado Herberto Rosa (PS): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar para a votação desta Resolução.

Conforme ficou claro, vamos votar a proposta de substituição integral, que foi tempestivamente apresentada.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos passar agora ao ponto 2 da nossa Agenda: **Projecto de Resolução n.º 16/2011 – “Recomenda ao Governo da República a criação de uma Delegação do IPTM I.P. na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A pertinência da recomendação para a criação de uma estrutura do IPTM na Região que venha colmatar as insuficiências de todos conhecidas e da qual fazem eco as gentes ligadas às actividades do mar, aliás como se comprova pelos pareceres favoráveis a este Projecto de Resolução que estão em anexo ao

relato emitido pela Comissão de Economia, é de facto a resposta a uma necessidade sentida.

Todavia, e porque estamos abertos não só ao esclarecimento de algumas dúvidas levantadas em sede de Comissão, apresentámos ao abrigo do nº 2 do artigo 145º do nosso Regimento uma proposta de alteração com o objectivo de clarificar o objecto do nosso Projecto de Resolução sem no entanto desvirtuar o seu propósito.

Assim, propomos a criação de uma Unidade Orgânica de Nível I, com as competências adequadas às necessidades e à realidade da Região, dotada dos meios que respondam com a celeridade que é exigível a um serviço público que serve nos Açores um sector estratégico da nossa economia e desenvolvimento, ou seja, todas as actividades ligadas ao mar, desde as pescas ao turismo ou o transporte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP propõe um Projecto de Resolução que aponta no sentido da criação de uma Delegação Regional nos Açores do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos.

Há uma questão de fundo à volta da qual todo este assunto se desenvolve que é a ineficácia com que este instituto gere algumas matérias da sua responsabilidade na Região e que, apesar de tudo, não é diferente da ineficácia com que o faz nas outras Áreas Inspectivas, nomeadamente na Madeira, Norte, Centro e Sul.

São reconhecidos os atrasos na aprovação de projectos, as demoras nas inspecções, as dificuldades em deslocar aos Açores os inspectores. Isso acarreta prejuízos para todos os nossos armadores e naturalmente acarreta também prejuízos para a Região por via dos prejuízos que acarreta para os agentes

económicos nesta área, tanto no que diz respeito aos transportes, como no que diz respeito à pesca.

No entanto, na versão inicial do Projecto de Resolução o PCP propõe uma delegação.

Entendemos como desajustada a criação de uma delegação nos Açores, porque as delegações do IPTM têm competências em áreas que colidem com aquilo que são as competências da Região, competências em áreas, por exemplo, da administração portuária, da administração do tráfego e da gestão do mesmo, nomeadamente do tráfego inter-ilhas cuja competência é exclusiva da Região. Portanto, entendemos que não faz sentido uma delegação, que é uma estrutura pesada, que tem muitos custos e que não resolve o problema acerca do qual estamos aqui a debater este assunto.

Na segunda versão de substituição o PCP propõe a criação de uma Unidade Orgânica de Nível I.

As unidades orgânicas de nível I do IPTM têm funções de direcção de serviços sobre regulação, que é uma coisa que aqui na Região é exercida por competências próprias da Região, funções de direcção de serviços de infra-estruturas e ambiente.

Tem uma série de funções e de competência que desde o início da Autonomia estão atribuídas à Região e de novo estamos a falar de uma unidade orgânica, de uma estrutura relativamente pesada, com custos, cuja eficácia seria muito duvidosa, uma vez que a generalidade das competências que lhe podiam ser atribuídas são já competências da Região.

Portanto, julgamos que isso não faria qualquer sentido, para além de que atribuir a esta unidade orgânica competências, por exemplo, na área da inscrição, isso não é possível, desde logo porque a inscrição de marítimos é feita no sistema nacional da Autoridade Marítima Nacional. São competências que lhe são atribuídas pelo artigo 4º do RIME.

As inscrições de marítimos são feitas na Autoridade Marítima Nacional, e o IPTM só tem que manter actualizado um ficheiro central dos marítimos

existentes no país. Não sei se esse ficheiro existe ou não. Tenho algumas dúvidas, mas não vos posso responder.

De qualquer modo, as inscrições, mesmo em áreas que neste momento já são competência da Região (já certificamos alguns marítimos regionais, já procedemos a essa certificação) eles dirigem-se com essa certificação às capitánias que representam localmente a Autoridade Marítima Nacional e é aí que procedem à sua inscrição. A inscrição não é feita no IPTM, é feita na Autoridade Marítima Nacional.

Por outro lado, em termos de licenciamentos, as competências do IPTM que se estendem à Região são apenas o licenciamento de projectos de navios, de embarcações e a sua fiscalização, porque todos os outros licenciamentos ao nível portuário, ao nível do transporte e ao nível de operadores portuários, é competência da Região.

Entendemos que, no fundo, isto não faria qualquer sentido, porque acarreta custo e não traz vantagens.

Estamos de acordo com a questão de fundo (penso que o PCP não conseguiu explicar convenientemente nas duas versões que colocou em cima da mesa) de que o IPTM tem que reforçar e deve reforçar a Área Inspectiva dos Açores. Deve colocar nos Açores os meios humanos necessários para que seja possível responder em tempo útil às solicitações que são colocadas pelos armadores regionais. Isso é fundamental.

Para isso não é preciso nenhuma unidade orgânica, não é preciso nenhuma delegação, não é preciso alterar nenhuma portaria. Para isso basta apenas o reforço em meios humanos da Área Inspectiva dos Açores onde já está instalado em Ponta Delgada.

Por isso mesmo, entendemos que, quer numa versão, quer noutra, a proposta do PCP não se enquadra com razoabilidade dentro daquilo que são e que entendemos ser as necessidades. Por isso mesmo não vai merecer a nossa aprovação.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

(*) **Deputado José Cascalho (BE):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente este projecto do PCP.

Todos os que foram ouvidos em Comissão e aqueles a quem foi pedida a opinião parecem concordar que a situação tem de ser alterada. A Área Inspectiva do IPTM, sediada em Ponta Delgada, não tem feito um bom trabalho, e porquê?

Há aqui argumentação relativamente à falta de meios. Há falta de meios na Região, há falta de meios a nível da República, mas também há falta de competências da Área Inspectiva na Região. Aliás, quem o refere é o próprio Subsecretário das Pescas, na comunicação social o ano passado, quando diz e cito:

“O IPTM na Região devia ter mais autonomia na análise dos processos de embarcações para evitar atrasos na vistoria e acelerar a vinda de inspectores para certificar embarcações.”

Portanto, também temos aqui testemunhos de pescadores em que o serviço prestado pelo IPTM é pago antecipadamente e eles ficam à espera das licenças e podem ficar à espera 2 ou 3 meses, como aqui já foi referido, com prejuízo próprio.

Há aqui o relato de um pescador que queria navegar até às 12 milhas, tinha que instalar um sistema GPS, e ficou à espera um ano para que esse processo pudesse ser cumprido.

Temos também aqui o parecer da Federação das Pescas que diz que “foi criada uma delegação, quer dizer Área Inspectiva...”, eles referem-se à Área Inspectiva que está criada na Região, em Ponta Delgada, “...mas quanto a nós, Federação, ela não responde nem de longe nem de perto às solicitações, pois não tem competências para as resolver”. Mais claro do que isto não há.

Quando o Secretário Regional da Economia refere que são necessários mais meios técnicos a nível do IPTM para responder às solicitações, e isto está escrito no relatório, nós concordamos, mas não nos parece, a nós, que sejam só os meios técnicos, mas um problema de organização.

Portanto, faz sentido dotar a Região de uma nova estrutura, de uma estrutura diferente para, com mais autonomia, como eu aqui referi, resolver estes problemas e para apoiar os pescadores que têm estas dificuldades efectivamente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É sempre um prazer poder esgrimir alguns argumentos com o Deputado Lizuarte Machado. Aliás, a primeira vez que isso aconteceu sobre as questões ligadas ao transporte marítimo no triângulo e aos navios da Transmaçor, esteve depois na origem de um artigo de opinião que V. Exa. produziu e que no fundo acabava por dar alguma razão ao PCP e que, aliás, na altura, também o Sr. Secretário Regional da Economia resolveu vir a terreiro contrariar a posição, através de uma declaração política do PCP, fazendo aqui um número, dizendo que aquilo que o PCP pretendia era entrar e nacionalizar a Transmaçor, mas também o tempo está a dar-nos razão.

Quanto à questão de facto, sabendo antecipadamente que seria certamente o Deputado Lizuarte Machado a vir transmitir a posição do Partido Socialista, pensei efectivamente que iria ter alguma dificuldade em contra-argumentar, uma vez que V. Exa. é um *expert* na matéria e eu faço apenas uma abordagem muito superficial. Digamos que do sector marítimo não tenho um conhecimento muito profundo.

Deixe-me dizer-lhe que me desiludiu profundamente, desde logo com a primeira parte da sua argumentação e que foi “isto é generalizado em todo o país, os atrasos são generalizados em todo o país”. Está bem, Sr. Deputado. Eu não estou a dizer que não é verdade, mas na Região compete-nos melhorar os serviços. Portanto, a solução passará certamente não pelo reforço dos meios que V. Exa. afirma que é suficiente, em nome da sua bancada, mas passará certamente por um passo diferente e o passo diferente é certamente a criação de uma Unidade Orgânica de Nível I.

O facto de termos feito a proposta de substituição foi para não haver nenhum tipo de equívocos relativamente à questão da delegação regional, porque quando falamos em delegação regional é evidente que não é para termos as mesmas competências que a delegação regional do norte, do centro ou do sul, porque essas aí a região tem.

O que pretendemos é que seja criada aqui uma delegação, uma unidade orgânica, chamem-lhe V. Exas. aquilo que muito bem entenderem, mas aquilo que queremos aqui é um serviço do IPTM que dê resposta às necessidades da Região, às necessidades das gentes do mar.

Sobre essas necessidades eu escuso-me até de falar, porque todos nós temos um conhecimento profundo, todos ouvimos as queixas dos pescadores, dos armadores, dos agentes turísticos ligados às actividades marítimo-turísticas.

Portanto, V. Exas. vão ter de explicar. Aliás, percebia-se perfeitamente, Sr. Deputado, o seu incómodo, permita-me que lhe diga, na defesa dessa posição, porque o senhor tem outro brilho nas suas intervenções e o brilho que não teve só pode ser remetido para o incómodo na defesa desta posição do Partido Socialista.

Aliás, o ónus político pela reprovação deste Projecto de Resolução do PCP cairá única e exclusivamente sobre V. Exas. e sobre o vosso governo que terão que explicar aos marítimos, aos armadores, aos agentes económicos que trabalham no mar, por que é que depois de uma recolha de pareceres favoráveis ao Projecto de Resolução do PCP, V. Exas. consideram que por funcionar mal no território nacional aqui também tem que funcionar mal.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Dada a relevância que os Açores têm em termos da actividade marítima na Região impõe-se que o IPTM seja dotado de mais meios técnicos e humanos e de autonomia que permita a celeridade e a eficácia nos despachos que lhe compete.

Após as audições em comissão aos membros do Governo, ao Sr. Secretário da Economia e ao Subsecretário das Pescas, e analisando os próprios pareceres recebidos em Comissão, não restam dúvidas de que este instituto presta um mau serviço, em nada adequado a uma região com a especificidade que tem a nossa. Impõe-se assim que os serviços inspectivos do Instituto Portuário dos Transportes Marítimos sedeados nos Açores sejam dotados de recursos humanos, possibilitando assim maior eficácia e celeridade na análise e fiscalização que lhe compete fazer.

De facto, é inadmissível que um proprietário de uma embarcação da frota pesqueira regional tenha que aguardar por vezes uma vistoria por parte do IPTM a uma embarcação sua, um mês, dois, três ou até mais, deste modo condicionando a sua actividade piscatória que muitas vezes afecta várias famílias, provocando um enorme impacto negativo na economia regional, até porque este instituto anda continuamente a enviar técnicos provenientes do Continente para fazer vistorias na Região, o que para além do mau serviço que presta tem custos acrescidos para o erário público.

O CDS/PP não tem dúvidas que o custo/benefício do reforço do quadro de pessoal técnico do IPTM na Região é de extrema importância.

No entanto, o que não podemos concordar é com a proposta inicial do PCP que seria de criar uma delegação do IPTM nos Açores e que agora com a proposta de alteração que visa criar uma Unidade Orgânica de Nível I, o que dá no mesmo em termos de custos, no nosso entender é desnecessário. É desnecessário porque apenas vem criar mais custos para o Orçamento de Estado, quando todos sabemos que na situação que vivemos, o que temos que fazer é reduzir custos e não aumentá-los.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Grande parceiro do PSD!

Já sabemos quem vai ser Ministro das Finanças!

O Orador: Que fique claro que a postura do CDS não é só a preocupação com os custos. É que esses custos que o PCP quer criar não resolve o problema.

Não precisamos de uma delegação, não precisamos que seja criada nenhuma Unidade Orgânica de Nível I.

Precisamos que seja recrutado para os serviços que estão sediados nos Açores mais pessoal técnico. É tão e somente isto.

O que precisamos é de mais autonomia e mais recursos técnicos para aquilo que já temos na Região. Não precisamos de criar nenhuma delegação, nem nenhuma Unidade Orgânica de Nível I.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tendo sido referido nas intervenções, nomeadamente do Sr. Deputado Aníbal Pires, é com todo o gosto que gostaria de contribuir para este debate, dando nota daquilo que foi a posição expressa pelo Governo em sede de audição na Comissão de Economia sobre este Projecto de Resolução apresentado pelo Representação Parlamentar do PCP.

Refiro-me a este Projecto de Resolução, porque efectivamente, pese embora a tentativa algo atabalhoada, mas de qualquer das formas a tentativa da Representação Parlamentar do PCP, de alterar algo no seu Projecto de Resolução, os fundamentos de oposição por parte do Governo em relação a parte (e é necessário que isso fique claro) do Projecto de Resolução apresentado pelo PCP, mantêm-se.

Mantêm-se, porque o Sr. Deputado substituiu a criação de uma delegação regional por uma referência a um órgão de direcção ou de coordenação que não me recordo bem do termo...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Unidade Orgânica de Nível I, prevista na Portaria!

O Orador: Muito obrigado, Sr. Deputado, Unidade Orgânica de Nível I.

Mas o facto é que a Portaria diz que as Unidades Orgânicas de Nível I só podem ser duas: ou uma delegação regional ...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Ou uma direcção de serviço!

O Orador: ... ou uma direcção de serviços.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Exactamente!

O Orador: Em relação a esta matéria as objecções, na opinião do Governo, mantêm-se na íntegra.

Não vale aqui dizer, Sr. Deputado Aníbal Pires, como V. Exa. há pouco fez: “Nós sabemos o que queremos! Os senhores chamem o que quiserem, mas sabemos o que queremos!”

Sr. Deputado, isso não funciona assim. Lança-se para o ar uma ideia e os outros Srs. Deputados que se desvencilhem a criar a forma correcta de dar resposta a isso.

A Representação Parlamentar do PCP, na apreciação que é feita pelo Governo, falha neste aspecto e falha porque não consegue de uma forma coerente e de uma forma lógica apresentar uma proposta que dê resposta àquilo que é o essencial neste processo.

O que é que é essencial neste processo para o Governo Regional?

É que os profissionais da área que é afectada pela actuação do IPTM tenham melhores condições de trabalho, mais celeridade no trabalho do IPTM, mais celeridade e mais eficácia na actuação do IPTM. Isso é que é o essencial e é bom que não se esqueça que nisso estamos todos de acordo.

O problema que aqui se passa não é o Governo ou o PS explicar aos pescadores por que razão chumba ou está contra uma proposta que também tem esta parte do reforço de meios, mas explicar aos pescadores por que razão o Sr. Deputado Aníbal Pires compromete a votação de uma proposta, compromete a passagem desta proposta, apenas porque insiste que seja criada mais uma estrutura na Região Autónoma dos Açores.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: Essa é a sua obrigação e é isso que o senhor tem que explicar aos pescadores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Poder-se-á pensar: mas então os senhores não podem apresentar uma proposta para que isso fique como deve ser e passe essa proposta?

Não! O único que tem legitimidade regimental para apresentar propostas de alteração a um Projecto de Resolução é o seu proponente.

Estamos onde estamos, Sr. Deputado Aníbal Pires, por única e exclusiva responsabilidade de V. Exa.

Deputada Cecília Pavão (PS): Muito bem!

O Orador: Gostava ainda de dizer em relação a esta matéria, e reafirmando, que para nós o que é importante é que se resolva o problema dos pescadores, que se resolva os problemas daqueles que vêm a sua acção afectada pela carência de meios de que padece o IPTM. Isso resolve-se com o reforço de meios. Desse ponto de vista estamos todos de acordo.

Segunda questão que gostaria que não passasse em claro neste Projecto de Resolução e que foi alvo, há pouco no debate nesta câmara, que se tentou lançar: o Governo (a acusação foi feita ao Grupo Parlamentar do PS, mas presumo que com boa vontade foi extensiva ao Governo) altera de posição, porque tivemos o dia 5 de Junho.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, este Projecto de Resolução prova aquilo que já foi dito hoje nesta câmara: o Governo mantém-se como sempre esteve,...

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: ... na defesa dos interesses dos Açores. Se para isso é preciso estar a recomendar ao Governo da República, seja ele de que cor for, que é necessário mais meios técnicos, cá estamos.

Aquilo que foi manifestado pelo Governo antes de 5 de Junho, é aquilo que o Governo reafirma depois de 5 de Junho.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Governo)

Deputado Jorge Macedo (PSD): Temos líder!

O Orador: Resta concluir daqui, Sr. Deputado Paulo Estêvão, muito embora não seja a propósito deste assunto, que a mensagem política que V. Exa. quis de uma forma algo desastrada, que aliás não é seu hábito (devo confessar, retomando as palavras do Sr. Deputado Aníbal Pires que se alguém não teve brilho nesta parte foi V. Exa.), mas de uma forma ou outra, atabalhoada, deixar

passar, era que o Governo, quando antes estava a favor, estaria agora contra, quando antes estava contra, estaria agora a favor.

Falso! Nada mais falso como agora se comprova.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: Aliás, bastante claro é ler o relatório desta reunião, ou da apreciação desta proposta.

De todos os partidos que estiveram nesta reunião, o único que tomou uma posição clara em sede de comissão foi o Partido Socialista e é a posição que agora mantém aqui. Estamos conversados em relação a esta matéria.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Não me diga que vai votar contra!

O Orador: Uma ligeiríssima apreciação à ponta final da intervenção do Sr. Secretário Regional da Economia que, e disseram alguns colegas ao meu lado, já estava a ensaiar o discurso para a sucessão na liderança do Partido Socialista.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Estende-te ao cumprido!

Deputado Berto Messias (*PS*): Está obcecado!

Deputado Alexandre Pascoal (*PS*): Não é nada disso, Sr. Deputado!

O Orador: Pareceu-me a mim, mas posso estar redondamente enganado. Foi isso que me pareceu...

Presidente: Sr. Deputado, vamos voltar ao mar.

O Orador: ... sem desprimor também para a concorrência que, registei, bateu palmas de cabeça baixa.

Mas vamos ao nosso projecto.

Grande parte daquilo que está escrito no Projecto de Resolução do PCP, nos seus pressupostos, nos seus considerandos, é válido. As demoras na inspecção e na certificação de embarcações por parte do IPTM são um absurdo. Não é admissível que o proprietário de uma embarcação espere um ano para certificar um GPS ou quaisquer meios de salvação da sua embarcação.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas como é que isso se resolve?

Para o PCP cria-se mais um departamento ou mais delegação, ou mais uma Unidade Orgânica.

Quando olhamos para a orgânica do IPTM encontramos já (isso é um bom exemplo para a reestruturação dos institutos) 9 direcções e 16 departamentos. Isso tudo dá 25 chefes. Se cada chefe tiver à sua conta 10 ou 15 subordinados (é bom que os tenha, porque se tiver 3 ou 4, aí é sinal de que são mais os chefes do que os subordinados) este é um óptimo exemplo para uma boa reestruturação dos institutos que vai ter que ser feito no âmbito do Memorando assinado pelo Governo, ainda em funções, do Partido Socialista.

Mas, como dizia eu, já são 9 direcções e 16 departamentos.

Isso faz-me lembrar-me um bocadinho (a proposta do PCP) aquilo que se contava há uns anos (vou recuar 30 anos atrás para não ferir susceptibilidades), que era aquele subordinado que chegava ao pé do comandante e dizia: ó meu comandante, chegámos ao fim do ano e temos folga no orçamento. E o comandante, há 30 anos atrás, para não ferir susceptibilidades, dizia: olha, então faz-se mais um chafariz.

Ou seja, a proposta do PCP é mais “um chafariz”. A criação de uma delegação, na primeira versão do Projecto de Resolução, ou a Unidade Orgânica, na segunda versão do Projecto de Resolução, é criar mais um “chafariz”.

Isso não é apenas criticar. Como disse o Sr. Secretário Regional da Economia, nós gostaríamos de fazer propostas de alteração, mas num Projecto de Resolução não nos é permitido fazer propostas de alteração e só ao proponente é que as cabe fazer.

O PCP entende que temos que introduzir mais estado. O PSD entende que é preciso fazer algo completamente diferente.

Se eu disse há bocadinho que a orgânica do IPTM era claramente uma orgânica à socialista, ou seja, é criar departamentos e direcções para encaixar chefes, o PSD entende que a melhoria da eficácia da actuação do IPTM nos Açores, (porque aquilo que se passa com a actuação do IPTM nos Açores é um verdadeiro absurdo) faz-se de outras maneiras.

Aliás, poderia dizer que já existem muitos exemplos no país de entidades reguladoras que actuam de maneira muito mais flexível, muito mais ágil e que respondem em tempo oportuno às solicitações que lhe são feitas.

Dou, por exemplo, um caso que conheço bem, do Instituto Português da Qualidade, uma entidade acreditada a nível internacional, através de reconhecimento mútuo que é necessário quando são aplicadas normas internacionais. Para que se façam certificações, para que se façam acreditações de produtos ou empresas (no caso das empresas é a certificação, no caso dos produtos é acreditação) podemos perfeitamente fazer uso daquilo que se chama uma bolsa de auditores.

Neste caso, com o IPTM, seria perfeitamente plausível poder-se utilizar uma bolsa de inspectores ou certificadores para que rapidamente fossem acudidas as solicitações por todo o país.

Mas essa bolsa de auditores ou de inspectores certificadores não precisa estar atrás da porta dentro do IPTM. Cada um faz a sua vida no seu dia-a-dia e, como faz parte dessa bolsa, é-lhe solicitado um determinado serviço para que rapidamente possam chegar ao local, fazer a inspecção e rapidamente resolver a situação.

Para terminar, o PSD entende que é necessário reescrever a orgânica do IPTM e tudo faremos nesse sentido.

Na linha daquilo que vai ser feito e que tem que ser feito, no caso da reestruturação de muitos institutos públicos que pululam por todo o país, este será certamente um bom exemplo.

Naturalmente que também faremos todos os esforços no sentido de sensibilizar o Governo para que através dessas soluções ou de outra solução de agilização da inspecção de embarcações, através, por exemplo, da bolsa de inspectores, possa rapidamente, também nos Açores, a inspecção e a certificação de embarcações ser feita em tempo oportuno e cortando de uma vez por todas com os prazos perfeitamente absurdos que é aquilo que acontece neste momento.

Obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dizia o Sr. Secretário da Economia que a minha anterior intervenção foi atabalhoada.

Deve ter sido por isso que o Sr. Secretário da Economia sentiu necessidade de ir auxiliar o Sr. Deputado Herberto Rosa e o Sr. Secretário da Presidência que não conseguiram explicar por que é que a internet deixou de ser milagrosa e por que é que os serviços deixaram...

Presidente: Sr. Deputado, vamos ao IPTM.

O Orador: Quando há pouco referi que a vossa posição se tinha alterado no que diz respeito à despesa pública que é realizada...

Presidente: Isso está visto, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Presidente, foi feita uma referência por parte do Sr. Secretário Vasco Cordeiro, no âmbito de uma intervenção sobre este assunto. Eu penso que tenho o direito de responder, Sr. Presidente.

Presidente: Mas não vai dizer outra vez o que é que vem na resolução que votámos.

O Orador: Sr. Presidente, está a prejudicar a minha intervenção, porque eu estava a terminar.

Presidente: Estou. Aliás, a sua intervenção está prejudicada pelo Regimento, Sr. Deputado.

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, há pouco, quando foi feita uma referência à minha intervenção, já noutra assunto, o Sr. Presidente não fez a intervenção...

Presidente: Não repita os argumentos. Seja o mais genérico possível para responder à questão do Sr. Secretário e entre na questão do IPTM se faz favor.

O Orador: Não vou repetir, Sr. Presidente.

O que eu estava a dizer, tenho que voltar, porque o Sr. Secretário da Economia sentiu necessidade de vir auxiliar os colegas de partido, uma vez que a questão ficou evidente, porque não era a minha opinião. Eu li, Sr. Secretário, o que os senhores disseram. Limitei-me a ler.

A partir do momento que leio o relatório e os senhores dizem uma coisa nele e agora, depois das eleições, dizem outra, para os açorianos ficou evidente que mudaram de opinião em relação àquela questão, do ponto de vista da substância.

Deputado José San-Bento (PS): Ficou evidente só na sua cabeça!

O Orador: Assunto terminado.

Em relação ao projecto do PCP, que o problema existe, existe! Que é reconhecido por quem trabalha no sector, é evidente, quando se tem oportunidade de ler os pareceres que foram referenciados das entidades que avançaram com esses pareceres.

“É pois com bons olhos que vimos, os políticos, dignos representantes dos açorianos, avançarem com um Projecto de Resolução no sentido de ser aumentada a capacidade de resolução e de responsabilidade do IPTM...”, quem diz isto é a Federação das Pescas dos Açores.

O Clube Naval de Santa Maria diz a mesma coisa em relação a este assunto.

O Clube Naval de Ponta Delgada, diz a mesma coisa e também o Clube Náutico das Lajes do Pico.

Ou seja, os representantes do sector reconhecem que o problema existe e são unânimes em considerar que algo tem que ser feito no sentido de resolver esta questão.

Dizia o Sr. Secretário da Economia: “a nossa preocupação também é essa”.

Mas os senhores já governam há 15 anos e ainda não resolveram essa questão e não tiveram a capacidade de, junto do Governo da República, apresentar a questão no sentido de melhorar a eficácia do IPTM nos Açores. Não tiveram essa capacidade nos últimos 6 anos e quem governou na República foi o Partido Socialista. O Governo Regional (o Partido Socialista) não teve eficácia e não conseguiu resolver o problema. A questão é esta.

Do ponto de vista daquilo que é o reconhecimento do problema, ele é universal. Do ponto de vista do que é o reconhecimento que o Partido Socialista a nível da República não resolveu e a nível regional também não resolveu, isso também é evidente. Agora é necessário atacar o problema de forma prática.

Eu também acho e sou sensível a algum tipo de argumentos que aqui foram apresentados no sentido de evitar também aquele que é o aumento do peso do Estado. São mais entidades que do ponto de vista logístico, depois, acabam por não ter a eficácia desejada, porque o problema está realmente em relação à sua organização de base.

Considero que nesta fase o que seria mais eficaz era, de facto, aumentar a capacidade técnica, com mais técnicos, com mais gente especializada. A vertente técnica, tal como é defendida pela posição do IPTM.

Penso que aqui a questão reside realmente no aumento de resposta e no aumento também de autonomia em relação a esta questão.

Portanto, talvez a questão se resolva considerando que é necessário aumentar a celeridade e a capacidade técnica de ataque ao problema.

Nesse sentido o PPM irá abster-se em relação a este Projecto de Resolução do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começando pelo fim, pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão.

O senhor diz que em 15 anos não fomos capazes de melhorar em nada o funcionamento destas questões. Devo dizer-lhe que está completamente

enganado, desde logo, porque quando transferimos para a Região uma série de competências nesta matéria, que deixámos passar para o IPTM, nomeadamente nas questões que têm a ver com a certificação de marítimos, com a atribuição de lotações a embarcações, definição de lotações de segurança, nós aligeiramos procedimentos. Ao transferir isso para a Região melhorámos em muito o funcionamento destas coisas. Portanto, está completamente errado, está equivocado.

Naquilo que nos era possível fazer, fizemos. Obviamente que agora com o novo estatuto é possível fazer ainda outras coisas, mas também lá chegaremos, mas naquilo que era possível fazer até agora nós fizemos. Transferimos para a Região as competências que eram possíveis transferir, legislámos sobre elas. Estamos, só em prática, em resposta célere, portanto aí melhorámos muito.

Relativamente ao Sr. Deputado Jorge Macedo, genericamente estou de acordo consigo. De facto, eu próprio, através de tomadas de posição públicas (e o Sr. Deputado Aníbal Pires citou um dos meus artigos, mas podia citar outros, e através de contractos inclusivamente com pessoas que conheço em Lisboa) chamei muitas vezes a atenção para o facto de que hoje não era necessário estas coisas funcionarem de forma tão centralizada, no que diz respeito às inspecções, não no que diz respeito à aprovação de projectos. As áreas têm que ser separadas.

No que diz respeito às inspecções, hoje temos praticamente em todas as ilhas técnicos altamente qualificados.

Portanto, não há problema nenhum, ou não deveria haver, em que o necessário complemento de formação a esses técnicos pudesse de forma muito rápida dar resposta a todas as questões nas áreas inspectivas (e vamos ser claros relativamente a isso), não nas áreas de aprovação de projecto, e fossem solicitados nessas ilhas ou em ilhas próximas.

Desse ponto de vista estou inteiramente de acordo consigo, separando as questões da aprovação de projectos, da Área Inspectiva, mas no que diz respeito às questões inspectivas estou inteiramente de acordo consigo. Esse, aliás, para uma região como a nossa, com a dispersão geográfica que temos, seria o

método mais adequado, mais barato, mais eficaz e rápido. Portanto, julgo que esse deverá ser o caminho a seguir.

Já percebi que o Sr. Deputado vai ter muita influência junto do novo Governo (o Sr. Deputado e a sua bancada). Pelo menos já começaram a reestruturar essas questões.

Ficamos a aguardar a vossa intervenção nestas matérias.

Sr. Deputado Luís Silveira, é evidente que o que são precisos são mais meios. Obviamente o Sr. Deputado Aníbal Pires na sua intervenção fez um número muito interessante e muito simpático, mas não é isso que está aqui em causa.

Estamos todos de acordo. A Área Inspectiva não tem meios. São necessários mais meios.

Os nossos armadores não podem ficar à espera o tempo que ficam por questões absolutamente insignificantes e que se resolviam em duas horas. Não podem. São precisos mais meios.

Mas a forma como o PCP coloca a questão é completamente desajustada e de uma maneira geral todos aqui estão a reconhecer isso. A forma é completamente desajustada. Mais meios não implica necessariamente mais custos. Mais meios até pode implicar menos custos, desde que sejam enquadrados e ajustados correctamente à nossa realidade insular e arquipelágica.

Portanto, com boa vontade e sem qualquer alteração legislativa é possível fazer isso.

Invocar, como o Sr. Deputado José Cascalho fez, os pareceres das diferentes entidades que foram ouvidas em Comissão para votar favoravelmente esta proposta, é confundir a árvore com a floresta.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: As diferentes entidades que foram ouvidas (então o senhor está de acordo que isto do IPTM não funciona bem? Então o senhor não está de acordo que isto seja mais rápido?) claro que estão de acordo que seja mais rápido. Estamos todos de acordo.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Sr. Deputado, não é bem isso!

O Orador: O Sr. Deputado José Cascalho contradiz-se quando ao ler o parecer da Federação das Pescas diz: não sei quê, criação de uma delegação. Bem, delegação quer dizer Área Inspectiva...

Não, não quer dizer. O que lá está é uma delegação. Porquê? Porque os pareceres obviamente não se pronunciam sobre a forma. A forma para eles não lhes diz nada. O que eles querem é o seu problema resolvido.

Estamos todos de acordo relativamente a essa matéria. Invocar esses pareceres para dizer que a forma como o PCP coloca a questão está correcta, é completamente errado. A forma não está correcta.

Efectivamente só a “teimosia” do Sr. Deputado Aníbal Pires é que leva a que isto não seja até aprovado por unanimidade. Se o que está aqui em causa é o reforço de meios, estamos todos disponíveis para estar de acordo relativamente a esse reforço de meios. Agora com esta forma, com este conteúdo que aqui está, quer no texto original, quer no texto de substituição, não é possível aprovar isto, porque não faz qualquer sentido. Isto é ir contra aquilo que nos últimos tempos muitos têm vindo a defender relativamente àquilo que é e tem que ser a racionalização do funcionamento das estruturas públicas.

Isto não pode merecer a nossa aprovação.

Muito obrigado.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo exactamente por algum comentário à intervenção do Deputado Lizuarte Machado, que acabou de fazer uma coisa admirável, mas também corajosa, que foi passar um atestado de menoridade, ou até de estupidez, aos parceiros que emitiram parecer sobre o Projecto de Resolução do PCP.

Deputado José Lima (PS): Sr. Deputado, o senhor tem uma imaginação fértil!

O Orador: Ninguém disse aos parceiros aquilo que V. Exa. acaba aqui de dizer.

Aquilo que foi enviado para os parceiros foi o Projecto de Resolução completo, desde os considerandos à parte resolutiva.

V. Exa. estar a dizer que os parceiros que emitiram o seu parecer favorável não tinham alternativa, porque lhes foi dito ou eles foram confrontados com uma realidade que todos conhecem e naturalmente eles seriam favoráveis ao Projecto de Resolução. Não é bem isso, Sr. Deputado.

Quanto ao acordo de V. Exa. com o Deputado Jorge Macedo, relativamente à forma, também não é de estranhar, uma vez que V. Exas., Partido Socialista e PSD, sobre estas questões, partilham a mesma filosofia. Aí também não há nada de novo.

Todos, certamente, queremos racionalizar a despesa pública e rentabilizar as receitas do Estado, mas daí até partirmos para esse exagero que se está hoje aqui a verificar, da argumentação, da necessidade de reduzir despesa para entretanto não se apoiar a extensão da Provedoria de Justiça aos Açores ou para agora não se criar aqui uma Direcção de Serviços que teria a forma adequada às necessidades da Região e à realidade da Região, parece-me de facto um discurso miserabilista que não ficará bem, nem ninguém entenderá.

Quanto a algumas questões que o Sr. Secretário Regional da Economia colocou, queria dizer o seguinte:

É evidente que eu não tenho a exuberância de V. Exa. a comunicar. Reconheço-lhe, de facto, essas qualidades e esse brio. Mas V. Exa. terá certamente outra argumentação, que não a que utilizou, para minorizar a minha proposta de alteração que adjectivou de atabalhoada.

Não é atabalhoada. Aliás, a proposta de alteração foi exactamente, pela dificuldade que o Partido Socialista teve em compreender a proposta do PCP, no sentido de a clarificar, para que V. Exas. a pudessem perceber.

Sr. Secretário da Economia, será que não é competência de V. Exa., no relacionamento que tem com o Governo da República, independentemente de qual seja, ter feito aquilo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e que o Governo estão a sugerir ao PCP que faça, que é recomendar o reforço de meios? V. Exa., Sr. Secretário Regional, não fez já isso?

Quantas vezes é que já o fez? Inúmeras, certamente! Aliás, reconheço essa competência, essa persistência a V. Exa. Certamente já o fez. E o que é que obteve com essas suas diligências?

Não me parece que tenha obtido nada.

Portanto, naquilo que estamos aqui a propor não há claramente nenhuma teimosia por parte do Deputado e da Representação Parlamentar do PCP relativamente a esta matéria. Não há!

Efectivamente, o Governo deve ter feito isso, como já referi, o reforço de meios para a estrutura que já existe do IPTM nos Açores, mas ainda não deu resultado, não deu, nem dá.

É necessário encontrar aqui uma outra solução.

O PCP está aqui a apresentá-la. Pode não ser a melhor de todas as soluções. V. Exas. estão certamente no direito democrático de a reprovar e a encontrar outras soluções, mas não venham com o falacioso argumento de que aquilo que a Região deve fazer é solicitar, é recomendar à República o reforço de meios, porque V. Exa. já o fez certamente muitas vezes e não o conseguiu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostava que ficasse claro que o Bloco de Esquerda não vota favoravelmente este Projecto de Resolução, porque os pareceres foram positivos relativamente ao conteúdo do projecto. É evidente que é significativo que não haja nenhum parecer negativo mas, pelo contrário, todos eles assumem a urgência de uma alteração na situação da Área Inspectiva do IPTM na Região Autónoma dos Açores.

Não é por aí, nem é com isso que justificamos o nosso voto favorável. O nosso voto favorável decorre do facto de, ano após ano, estas queixas dos nossos marítimos terem sido feitas e continuam a ser feitas – aliás isso foi afirmado e reafirmado em sede de comissão pelo Sr. Secretário Regional da Economia e pelo Sr. Subsecretário –, contínua e prementemente, insistências junto do IPTM

para que aumente os recursos humanos, o número de técnicos na Região, para dar resposta a todas as necessidades dos nossos marítimos. Ano após ano tudo fica na mesma.

Por que é que o Bloco de Esquerda aceita a proposta do PCP de criação, chame-lhe de uma delegação ou de uma unidade orgânica, do que for? É porque na realidade o modelo tal como existe não dá resposta ao problema e não é de agora, vem de há anos e anos atrás, malgrado, todas as tentativas de pressão e de persuasão do Governo Regional, junto do IPTM e também junto do Governo da República.

Foi dito aqui que é preciso mais celeridade, ou seja, mais meios técnicos, mais competências, alargamento de competências, mais autonomia e outro tipo de conteúdo na própria legislação que engloba as competências do IPTM.

Foi dito também que criar uma delegação ou uma Unidade Orgânica de Nível I era aumentar os custos.

Disse o Sr. Deputado Lizuarte Machado, e eu subscrevo, aumentar os custos sem nenhum tipo de ganhos é, de facto, uma inutilidade, eu diria mesmo um escândalo no momento que o nosso país atravessa, o que nos deixa exactamente na mesma. Então qual é a alternativa?

O CDS resolve a alternativa dizendo que não é o momento de aumentar os custos. Portanto, fica tudo como está. É preciso mais recursos humanos, mas não é possível fazer mais do que aquilo que o Governo Regional tem feito que é pressionar e tentar persuadir.

O PSD tem uma proposta mágica, que aliás é uma proposta...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É moderníssima!

A Oradora: ... que vamos ter que nos começar a habituar, como alguém já disse, que se chama *outsourcing*.

O *outsourcing*, mostra a experiência do nosso país, é baratíssimo. O *outsourcing* é de um rigor, de uma transparência e de uma contenção de custos acima de qualquer suspeita. Logo, a solução também não é pelo *outsourcing*.

Então atrevo-me a perguntar duas coisas:

Primeiro – nós olhamos para a estrutura orgânica do IPTM, que está aqui. Tendo uma delegação no Norte e Douro, no Centro e no Sul, do meio desta catadupa de competências e de cargos, não tem uma delegação numa região autónoma com 9 ilhas, o que já é estranho.

Aqui não cabe. Nesta orgânica, é um custo excessivo uma delegação ou uma Unidade Orgânica de Nível I...

Deputados José Rego e José Lima (PS): Veja as funções de cada um!

A Oradora: ... numa região autónoma com 9 ilhas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E com a maior Zona Económica Exclusiva!

A Oradora: Exactamente. Mas nem vale a pena, porque isso é aquilo que todos nós já conhecemos.

Finalmente, não é nada disto. Não é uma delegação, não é uma Unidade Orgânica de Nível I, para o Bloco de Esquerda não é o *outsourcing*, não é deixar tudo como está.

Mas então a pergunta tem que ser remetida, agora, no caso concreto, ao Governo Regional:

Se não é nada disto, e todos concordamos que tem ser alguma coisa, porque a situação tal como está não pode continuar e já continua há tempo de mais, malgrado todas as tentativas de inverter a situação do Governo Regional, então qual é a saída? Mas não é uma saída para depois de amanhã.

Não é para irmos pensar e daqui a um ano ou dois voltarmos a ter uma iniciativa qualquer que inverta as necessidades e a permanente urgência com que os nossos marítimos se confrontam. Não! É uma que seja exequível, pragmática (que é hoje um termo muito em voga e por acaso aqui se aplica bem) e rápida, para que na próxima vez que se tenha uma iniciativa não tenhamos pareceres em cima de pareceres, daqueles que têm a mão na massa, que é como quem diz o pé no mar, a dizer que é preciso fazer alguma coisa.

Então eu atrevo-me, com toda a humildade, a perguntar ao Governo Regional: se nenhuma das propostas serve (e eu aceito que não sirva), então qual é aquela que devemos prosseguir na Região?

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por que é que o IPTM não tem uma delegação nos Açores?

Não tem porque não deve ter. O IPTM não deve ter nenhuma delegação nos Açores, porque as competências que as delegações do IPTM têm no Continente, nos Açores e na Madeira são competências do Governo Regional. Portanto, isso não faz qualquer sentido.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não são todas!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Deputado sabe muito bem do que é que se trata. Isso é demagogia!

O Orador: A generalidade das competências, são competências dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira.

O Sr. Deputado Aníbal Pires voltou a fazer um número...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não faço números. V. Exas. é que têm que explicar o seu número!

O Orador: ... com a questão dos diferentes pareceres que foram remetidos à Comissão.

É bom que fique claro que os pareceres que foram remetidos à Comissão pelos Clubes Náuticos e pela Federação das Pescas são pareceres que se preocupam com o reforço de meios para que a resposta que necessitam do IPTM na Região seja dada em tempo útil.

Esses pareceres não se pronunciam sobre a forma,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas como é que não se preocupam com a forma?

O Orador: ... como aliás na sua intervenção o Sr. Deputado José Cascalho acabou por reconhecer e muito justamente. Isso não tem nenhum problema. Esses pareceres não se preocupam com a forma. Esses pareceres preocupam-se com aquilo que é essencial, e a Deputada Zuraida Soares também o referiu, que é o reforço do meio e a capacidade do IPTM na Região dar resposta em tempo útil.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas como é que o senhor sabe? Quem é que fez os pareceres, foi V. Exa.?

O Orador: Não! Claro que não fui eu quem fez os pareceres, mas sabemos muito bem como é que os pareceres são feitos. São feitos com base nas preocupações que as pessoas têm.

As preocupações são a resposta que eles necessitam em tempo útil e que neste momento não é dada.

Depois há aqui uma diferença fundamental, Sr. Deputado Aníbal Pires, e nisso não há a mínima dúvida. O Sr. Deputado diz que todos queremos racionalizar a despesa. É claro. Mas uns querem racionalizar efectivamente, outros querem “racionalizar” acrescentando mais entidades, eventualmente até mais institutos, mais delegações. Essa é uma diferença fundamental.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Queremos é acabar com ele! Estamos a pagá-los com os nossos impostos!

O Orador: O que dizemos é que queremos o reforço de meios. Esse reforço de meios é possível no actual contexto, não é preciso nenhuma alteração.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Por que é que não negociam?

O Orador: Não conseguimos aqui, Sr. Deputado, como nenhuma Área Inspectiva do país conseguiu. É preciso que perceba isso.

O problema que se coloca aqui, coloca-se em todas as Áreas Inspectivas do país. Portanto não conseguimos como os outros não conseguiram.

Não aprovamos isto, porque a forma é incorrecta. Se a forma for efectivamente solicitar o reforço dos meios inspectivos estamos de acordo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas isso o Sr. Secretário da Economia tem feito imensas vezes!

O Orador: Mas na forma como aqui está, isso não faz qualquer sentido. Portanto, nesta forma não pode ser aprovado.

Estamos de acordo com os pareceres que querem o reforço dos meios inspectivos, e estamos de acordo genericamente com todos, aparentemente até com o Sr. Deputado que também quer o reforço desses meios.

Não estamos de acordo com a forma como coloca aqui essa questão, porque essa forma não resolve o problema.

Aliás, o Sr. Deputado farta-se de insistir em criar primeiro uma delegação, depois uma unidade orgânica, mas o que é facto é que a esta casa, ou aos deputados que aqui estão, o senhor ainda não provou uma única vez, ainda não disse nada que provasse ou que acrescentasse alguma coisa relativamente à eficácia dessa solução.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado também não tem argumentos para provar aquilo que está aqui a propor.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Furtado (*PS*): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aníbal Pires:

Gostava de clarificar aqui alguns aspectos que na sua intervenção e certamente por falha minha poderá ter sido induzido em erro. O primeiro tem a ver com a menorização da proposta do PCP. Eu não menorizei a proposta do PCP. Eu faço um juízo de mérito sobre a proposta do PCP e considero que essa não responde. Não menorizei a proposta. Portanto, gostava que esse aspecto ficasse perfeitamente claro.

É uma diferença mínima e subtil, mas para mim é muito relevante.

Em segundo lugar gostava de dizer o seguinte:

Podemos falar daquilo que o Governo fez. Aquilo que o Governo fez é aquilo que o Governo reafirma em termos de necessidade: reforço de meios. É para isso que temos lutado: reforço de meios.

É preciso que o IPTM tenha mais recursos humanos para dar razão, de forma mais eficaz e rápida àquelas que são as solicitações que tem.

Mas a Assembleia Legislativa da Região já fez isso alguma vez?

Não! Por isso é que o Sr. Deputado está a apresentar esta proposta.

O argumento de que o Governo já fez isso e não vale fazermos a mesma coisa, não colhe.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não colhe! Muito bem! É muito bem elaborado!

O Orador: Não colhe aqui como este argumento *a contrario* que foi usado quantas e quantas vezes nesta câmara para justificar a intervenção da Assembleia Legislativa. Parece-me que desse ponto de vista estamos esclarecidos.

Sra. Deputada Zuraída Soares, parece-me que V. Exa. usou um falso argumento: estão criadas delegações regionais (quatro, segundo disse) no Continente e não há uma na Região Autónoma?

Sra. Deputada, o que as delegações regionais fazem no Continente é: “administração dos portos, promover a navegabilidade do rio Douro, fasear o desenvolvimento das acções necessárias à concretização do novo modelo de gestão de portos, comerciais, de pesca, de náutica e de recreio, desempenhando as funções de administração marítima que lhes sejam cometidas”.

Quem faz isso nos Açores são os órgãos de Governo próprio.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Exactamente!

Deputada Zuraída Soares (BE): Então por que é que fazem mais exigências?

O Orador: Esse argumento cai pela base quando diz que há 4 no Continente e não temos uma na região autónoma.

A questão da criação de uma estrutura, seja ela delegação de nível I, não é a resposta. Qual é a resposta?

Sra. Deputada, a resposta é aquilo que me parece, salvo...

Deputada Zuraída Soares (BE): Mais competências e mais recursos!

O Orador: ... devido respeito e a ousadia de ler a posição de partidos, a que reúne o consenso desta câmara. O mínimo denominador comum deste assunto é: são necessários mais meios para o IPTM.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mais competências!

O Orador: Mais meios.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mais competências, disse o Sr. Secretário!

O Orador: Esse é o denominador comum nesta discussão.

Sra. Deputada Zuraida Soares, a própria entidade que tem o problema é aquela que diz que a solução é ter mais meios.

Deputada Zuraida Soares (BE): E mais competências!

O Orador: Meios, recursos humanos.

Cito o parecer do IPTM ao Projecto de Resolução do PCP, parágrafo final:

“Constitui entendimento do IPTM que a melhoria da qualidade do serviço prestado aos seus utentes na Região Autónoma dos Açores ou em qualquer outra zona do país, é melhor alcançada se for determinado e conseguido o reforço dos respectivos quadros técnicos e administrativos que permita dotar as Áreas Inspectivas de um quadro de pessoal mais completo”.

Sra. Deputada Zuraida Soares, do ponto de vista de diagnóstico estamos perfeitamente entendidos.

Deputada Zuraida Soares (BE): O que é que disse o Sr. Subsecretário?

O Orador: Só há uma coisa que eu ainda não percebi. Por que razão o PCP entende que deve ser criada uma delegação regional e, ao fazer finca-pé na criação dessa delegação regional evita, impede, que esse Projecto de Resolução seja aprovado nesta câmara?

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: Isso eu ainda não percebi.

Como só o PCP é que pode fazer propostas de alteração a esta matéria, está dependente daquilo que é a posição do PCP.

O PCP é que tem que explicar, coisa que ainda não fez, em primeiro lugar, por que razão a delegação regional é que é a solução quando a própria entidade diz “dêem-nos mais recursos humanos e resolvemos este assunto”? Ou será que não é válida essa posição?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Claro que é!

O Orador: Então estamos a falar de mais meios. Se estamos a falar de mais meios (leia-se mais recursos humanos) e o PCP não fosse irredutível ao ponto de comprometer a aprovação deste Projecto,...

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

... esta câmara daria uma resposta favorável àquele que é o anseio dos pescadores ou o anseio daqueles que são os profissionais dessa área. Neste momento a verdade é esta: essa resposta favorável do Parlamento dos Açores só não é dada porque o PCP não quer mexer no seu Projecto de Resolução.

Muito obrigado.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma última intervenção e breve, para referir dois ou três pormenores.

O primeiro dos quais é que, pelas palavras do Sr. Deputado Aníbal Pires, seja uma delegação, seja uma Unidade Orgânica, chamem o que lhe quiserem, é bom, e talvez dignifique esta Assembleia, que quando nós fazemos uma proposta possamos saber aquilo que queremos e aquilo que propomos.

Não se trata apenas e só, segundo a nossa proposta e a nossa visão, de racionalizar meios. Trata-se fundamentalmente de saber aquilo que se quer e consubstanciar nessa proposta uma solução que permita responder àquilo que se quer. Não é – chamem o que lhe quiserem – delegação, Unidade Orgânica ou outra coisa qualquer.

Segundo a opinião e a posição do PSD, é necessário alterar a metodologia de actuação do IPTM tal como está e, como referi na primeira intervenção, o tempo necessário que o IPTM demora para certificar uma embarcação é um absurdo.

Portanto, é preciso alterar a metodologia de actuação do IPTM nessa área, como referiu o Deputado Lizuarte Machado, na Área Inspectiva.

Esse reforço de meios é possível por diversas vias, mas não é de certeza face às circunstâncias actuais do país, através de mais uma delegação ou de mais uma Unidade Orgânica. Assim, nunca conseguiremos resolver o problema dos pescadores, dos armadores açorianos que se debatem com enormes dificuldades

e demoras enormíssimas, absurdas para resolverem a certificação das suas embarcações.

Não é uma proposta mágica, Sra. Deputada Zuraida Soares, e daí, perdoe-me um bocadinho a imodéstia, eu sei do que falo, porque há 16 anos comecei a trabalhar na área da qualidade e há 16 anos ou há mais de 16 anos o Instituto Português da Qualidade já actuava com uma bolsa de auditores.

Deputado Francisco César (PS): E não deu em nada!

O Orador: Nessas circunstâncias era muito mais simples e muito mais flexível (há 16 anos atrás) acudir às situações e não esperar um ano...

Deputada Zuraida Soares (BE): E era mais barato, Sr. Deputado?

O Orador: ... por uma certificação de uma empresa ou por uma acreditação de um produto, porque havia flexibilidade de actuação.

Vamos à questão da transparência. Não temos nada, antes pelo contrário, relativamente ao *outsourcing*. Achamos mesmo que é uma boa solução que deve ser implementada, que deve ser vulgarizada e generalizada, mas referi uma questão muito importante: a questão da transparência.

Sra. Deputada, fazendo um bocadinho gala àquilo que eu trabalhei há 16 anos, o Sistema Português da Qualidade é reconhecido internacionalmente, não é só na Europa. É no mundo inteiro, inclusive nos Estados Unidos.

Deputado Francisco César (PS): E o IPTM também!

O Orador: O que significa que é uma maneira de actuação, uma metodologia e um paradigma que são reconhecidos internacionalmente.

Deputada Zuraida Soares (BE): E é mais barato, Sr. Deputado?

O Orador: Aliás, é um sistema (a tal bolsa de auditores na qualidade ou de inspectores junto do IPTM) utilizado internacionalmente.

Deputada Zuraida Soares (BE): E é mais barato, Sr. Deputado?

O Orador: É muito mais barato, incomparavelmente mais barato e vou explicar-lhe porquê.

O Sr. Deputado Lizuarte Machado disse, e bem, que já na Região existem muitas competências nesta Área Inspectiva, gente capaz e competente. Mas não

trabalham no IPTM, têm as suas profissões. Deixariam as suas profissões para irem trabalhar para o IPTM?

Então por que é que não se pode fazer, aproveitando eles continuarem a exercer a sua profissão onde exercem e onde fazem falta, recrutamentos na tal bolsa de inspectores certificadores para poderem também responder às necessidades das nossas preocupações? Essa é uma das soluções que conseguimos...

Deputada Zuraida Soares (BE): E quem é que paga?

O Orador: ... e através da qual conseguimos resolver a situação de todos os nossos pescadores.

Relativamente à transparência, a Lloyds não tem transparência? **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Não!

O Orador: Não é reconhecida internacionalmente?

O Bureau Veritas, não é reconhecido internacionalmente? Não actua com transparência?

A SGS não é reconhecida internacionalmente e não actua com transparência?

A APCER – Associação Portuguesa de Certificação, não é reconhecida a sua transparência e a sua competência?

Sra. Deputada, o que não podemos e temos todos que meter isso na nossa cabecinha, é, há um problema, ou há dinheiro de sobra, que não há, faça-se um “chafariz”. Essa altura já acabou e como disse na minha primeira intervenção, para não ferir susceptibilidades, vamos supor que já acabou há 30 anos.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parece-me que já todos percebemos os constrangimentos que os serviços do IPTM sedeados na Região causam aos armadores, seja da frota piscatória ou não.

Parece-nos que a extrema-esquerda neste plenário não quer perceber o que é que estamos aqui a discutir hoje.

Deputada Zuraida Soares (BE): Está a falar da extrema-direita?

O Orador: Estamos a falar agora da extrema-esquerda, Sra. Deputada.

A extrema-esquerda, o BE e o PCP, teimam em querer, pela parte do PCP, manter uma proposta que já se percebeu que não resolve o problema, apenas aumenta os custos e é isso que todos temos afirmado aqui dentro, excepto o PCP e o BE.

A Sra. Deputada Zuraida Soares acusou o CDS de não querer resolver o problema porque ia aumentar os custos.

Não! O CDS/PP reconhece o problema e quer ajudar a resolvê-lo, mas quer ajudá-lo a resolver da forma que seja mais eficaz, com o mesmo ou menos custo.

O Sr. Deputado Lizuarte Machado acabou de frisar, e muito bem na sua intervenção (tentou esclarecer, mas parece que o Sr. Deputado Aníbal Pires não percebeu),...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Percebeu, percebeu, Sr. Deputado! Então não percebeu?

O Orador: ... que os parceiros deram os seus pareceres, nomeadamente a Federação de Pescas, e o Sr. Deputado Aníbal fez questão de dizer que o que tinha sido enviado a esses parceiros era o Projecto de Resolução na íntegra. Foi! É verdade!

A Federação de Pescas, analisando o Projecto de Resolução na íntegra diz que está criada uma delegação deste serviço em Ponta Delgada.

Se eles dizem que está criado aquilo que o Projecto de Resolução recomenda logo se percebe que eles não percebem qual é a forma. É isso que estamos aqui a tentar explicar. Ou não percebe, ou não quer perceber. Eu acho que não quer perceber, que é uma coisa diferente.

A Sra. Deputada Zuraida Soares vem sempre para aqui com um discurso eleitoralista. Percebe-se até que o seu potencial eleitorado não tem percebido muito bem esse discurso.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Deputado fale do IPTM!

Faça jus à extrema-direita!

O Orador: Estamos a falar do IPTM. Eu estou a responder a acusações que a senhora fez ao CDS/PP.

A senhora diz que o CDS/PP não quer resolver o problema por causa da questão dos custos.

Deputada Zuraida Soares (BE): Foi o que os senhores disseram!

O Orador: Nós não dissemos isso. O que dissemos foi que a forma de resolver o problema não era criar na Região nem uma delegação, nem uma Unidade Orgânica de Nível I, porque se a proposta do PCP fosse:

“O PCP recomenda o reforço do quadro de pessoal técnico dotando este de mais autonomia nos serviços do Instituto sedado nos Açores”, estávamos aqui para votá-lo de imediato.

O Sr. Secretário da Economia já frisou, hoje, várias vezes nas suas intervenções que isto só não passa neste plenário por teimosia do PCP.

Se a proposta de alteração apresentada fosse esta que acabei de frisar, penso que era comum a todos votá-la favoravelmente. É uma teimosia da sua parte.

Sr. Deputado, o senhor não tenha problemas, porque da parte do CDS/PP sabemos explicar perfeitamente aos pescadores a nossa posição. O senhor preocupe-se em explicar a sua, que nós explicamos a nossa sem qualquer problema.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não deixa de ser interessante, e permitam-me ver esta unanimidade entre os partidos do arco do poder, ou se preferirmos do arco-da-velha...

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Sr. Deputado, fale do IPTM!

O Orador: ... relativamente a esta questão, os partidos do arco-da-velha com um apêndice que neste caso aqui procuram a todo o custo integrar-se no tal arco.

Sr. Deputado Jorge Macedo, julgo que se o senhor não percebeu deveria ter percebido que a minha alusão à questão da designação tem a ver com a

argumentação que tem aqui sido utilizada e que procura confundir e introduzir aqui algum ruído na discussão e naquilo que é o propósito do Projecto de Resolução.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Os considerandos são óptimos!

O Orador: V. Exa. defende a posição do seu partido, do seu grupo parlamentar. Tem toda a legitimidade para o fazer. Agora, não venha com esse numerozinho de que eu não sei aquilo que quero, porque a Representação Parlamentar do PCP sabe muito bem aquilo que quer relativamente a esta questão e o Deputado do PCP sabe muito bem o que quer e o que está a fazer aqui dentro, quer relativamente a esta matéria, quer relativamente a outras matérias.

Portanto, Sr. Deputado, agradeço-lhe que quando se dirigir à bancada da Representação Parlamentar do PCP o faça de outra forma, porque não me parece que essa seja nem a mais cordial, nem aquela que mereça o respeito que o PCP lhe deve merecer. Portanto, não é a mais adequada.

Relativamente ao Sr. Deputado Lizuarte Machado e ao Sr. Secretário Regional da Economia.

Primeiro, Sr. Secretário Regional da Economia, agradeço-lhe o esclarecimento que fez relativamente à valorização da proposta, ou melhor, ao desfazer do engano relativamente ao meu entendimento quanto à suposta menorização que terá feito da proposta do PCP.

O PCP opta por esta forma e não por outra, apesar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nunca se ter pronunciado sobre esta questão e isto contra-argumentando o Sr. Secretário da Economia que diz que o Governo tem feito, mas a Assembleia nunca fez. Então a Assembleia agora vai fazer. E vai fazer da mesma forma que o Governo tem feito. Foi assim? Eu percebi bem?

Exactamente por isso, porque esse argumento e porque esse esforço, que eu acredito (e disse-o há pouco e refiro-o agora) que V. Exa. tenha vindo a fazer ao longo do seu mandato, não tem resultado.

O reforço de meios solicitado não tem resultado, o reforço de meios e competências, porque há pouco o Sr. Secretário Regional referiu que não são só os meios, são também as competências.

Se isso não tem resultado não vale a pena este órgão de Governo próprio da Região estar a pronunciar-se por iniciativa própria com a mesma forma que tem sido feita por parte do Governo Regional.

É nosso entendimento, é entendimento da Representação Parlamentar do PCP, que para resolver a questão que se coloca aos empresários, aos pescadores, a quem se dedica à actividade económica ou lúdica, a quem se dedica às actividades marítimas e que se confronta com estes problemas que unanimemente se reconhecem, a única forma de o fazer é esta, é criar aqui uma delegação (e agora, Sr. Deputado Jorge Macedo) uma direcção de serviço, o que quer que seja, uma Unidade Orgânica que tenha competências e meios para resolver os problemas com que as pessoas, as gentes ligadas ao mar se confrontam com a inoperância e a ineficácia da Área Inspectiva que existe em Ponta Delgada.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é assim que se resolve!

O Orador: É sim senhor, Sr. Deputado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não quer resolver o problema! Vai votar sozinho!

O Orador: Esta é a forma que julgamos mais adequada para resolver o problema.

A questão é esta:

Ainda há pouco foi aqui dito, e não foi pela bancada da Representação Parlamentar do PCP, julgo eu que terá sido em coro pelo Deputado Lizuarte e pelo Deputado Jorge Macedo, que não faltam na Região técnicos certificados.

Então se não faltam técnicos certificados para fazer trabalho no IPTM, não percebo qual é que é a dificuldade que o IPTM tem em recrutar quadros.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é quadros! Não pode ser assim!

O Orador: Mas há uma coisa que eu percebo. É que se na Região houver um serviço do IPTM que dê estas respostas e que tenha autonomia, porque o

Projecto de Resolução do PCP também diz lá que essa unidade deve ter autonomia, essa é a melhor forma de resolver o problema.

Sr. Secretário Regional da Economia, não é uma questão de irreduzibilidade do PCP. Não é isso, Sr. Secretário!

Não se trata aqui de nenhuma teimosia, nem da Representação Parlamentar do PCP e muito menos do Deputado do PCP, que não é uma pessoa teimosa.

Trata-se de considerarmos que esta é a forma mais eficaz de resolver e dar resposta aos nossos co-cidadãos, sejam eles pescadores, sejam eles armadores, sejam eles empresários das empresas marítimo-turísticas ou da pesca lúdica. Seja quem for. Gente ligada ao mar.

É a forma que o PCP considera que poderia dar eficácia e resposta aos problemas que todos reconhecemos mas que alguns de nós não queremos admitir, nem queremos encontrar a solução para a resolução desse problema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 15 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos passar para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos:

Projecto de Resolução n.º 4/2011 – “Programa de apoio para as Associações de Estudantes do Ensino Básico, Secundário e Profissional”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Bettencourt para apresentar o diploma.

(*) **Deputada Vera Bettencourt (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Projecto de Resolução “Programa de apoio para as Associações de Estudantes do Ensino Básico, Secundário e Profissional”, surge na sequência de uma reunião da Juventude Socialista com a Federação Regional de Associações de Estudantes do Ensino Secundário dos Açores e tem como objectivo melhorar o apoio às associações de estudantes.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista pretende que este apoio seja alargado ao ensino profissional, porque todas as associações de estudantes, quer sejam do ensino básico, secundário ou profissional, têm um papel importante, que deve ser reforçado e respeitado.

As associações de estudantes devem ser promotoras de actividades de manifesta utilidade para os nossos jovens, quer seja na prevenção de comportamentos de risco, na formação extra-curricular, no enriquecimento de competências, no fomento de estilos de vida saudável, no estímulo da cidadania activa ou no desenvolvimento de actividades culturais ou lúdicas de reconhecido interesse para os estudantes.

Os apoios devem ser concedidos de forma a estimular o que os nossos jovens de melhor têm para oferecer, tendo como propósito a dignificação do seu trabalho.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que se deve atender às especificidades destas associações no que diz respeito à duração dos seus mandatos, à idade média dos seus associados e ao contexto em que se movem.

Com este projecto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista pretende também que sejam estipulados mecanismos de apoio rápidos e eficazes à criação de associações de estudantes com a assessoria necessária para todos os procedimentos administrativos, financeiros e legais.

Por último, recomenda ao Governo Regional que emane uma directriz às escolas no sentido da criação de parlamentos de escola onde os alunos possam discutir e reflectir sobre as problemáticas da escola e do seu quotidiano.

Este é mais um contributo do Partido Socialista para que os nossos jovens sejam participantes activos no desenvolvimento político, social, económico e cultural da sociedade açoriana.

Deputada Nélia Amaral (PS): Muito bem!

Presidente: Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em 2008, o Projecto de Decreto Legislativo Regional nº 18/2008/A, veio estabelecer o regime de enquadramento das políticas de juventude na Região Autónoma dos Açores.

Este programa, no Capítulo VII, cria os Incentivos de Apoio ao Associativismo Jovem e é com base nesse Projecto de Decreto Legislativo Regional 18/2008, que passo a citar a alínea c) do capítulo VII, do artigo 85º: “Programa de Incentivos às Associações de Estudantes visando o apoio financeiro ao desenvolvimento das actividades das associações de estudantes do ensino básico, secundário, profissional e respectivas e federações.”

No entanto, passados 2 anos, a Secretaria Regional da Presidência, por portaria, a Portaria 99/2010, de 22 de Outubro de 2010, nos seus considerandos diz:

“Considerando o regime jurídico de apoio ao associativismo jovem, plasmado no Decreto Legislativo Regional nº18/2008/A, de 17 de Julho;

Considerando o disposto nos artigos 39º e 40º e a alínea a) do artigo 64º do mesmo Decreto Legislativo Regional;

O presente diploma estabelece e regulamenta o Sistema de Incentivo ao Associativismo Jovem, adiante designado por SIAJ, para efeitos do disposto no artigo 85º, do Decreto Legislativo Regional nº18/2008/A, de 17 de Julho.”

No âmbito desta Portaria e de acordo com o artigo 2º há uma alínea destinada ao “Programa de Incentivo ao Associativismo Estudantil, adiante designado por PIAE”.

Neste Programa há diversas formas de apoio, desde o apoio financeiro anual, ao apoio financeiro pontual, entre outras formas de apoio que está estabelecido nesta Portaria.

Passados 4 anos, julgo que, por aquilo que aqui reparei, quer a Juventude Socialista, quer a bancada parlamentar do Partido Socialista reprimem o Governo Regional, e vou usar aqui um outro termo, vêm chamar a atenção do

Governo Regional porque parece que isto não está a ser feito, ou melhor, repreendem, puxam as orelhas ao Governo Regional que é do Partido Socialista e que está no Governo há 16 anos.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, isto aqui não é como a JSD!

O Orador: Há 4 anos apresentaram uma legislação destinada ao apoio ao associativismo juvenil, que em 2010 foi regulamentada por Portaria, mas parece-nos que não está a funcionar. É esta a ideia que passa claramente para a sociedade civil e para os jovens, é que este programa que foi aprovado nesta casa, que foi feito por portaria pelo Sr. Secretário da Presidência, não está a funcionar lá fora.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Diga isso lá fora!

O Orador: É este o primeiro ponto que quero deixar bem claro aqui, questionando os Srs. Deputados.

Já que não existe um programa específico de apoio para as Associações de Estudantes, porque é isto que os senhores pretendem com este Projecto de Resolução, (aliás, leia-se o primeiro ponto: “que seja criado um programa específico...”), então o que é o SIAJ? Não é um programa específico?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: O que é o PIAE? Não é um programa específico de apoio às associações de estudantes?

Querem criar mais um programa de apoio às associações de associativismo estudantil?

É este o primeiro ponto que quero deixar aqui patente.

Em segundo lugar, refiro o segundo ponto do vosso Projecto de Resolução:

“Os apoios atribuídos nos termos do previsto no número anterior só devem ser concedidos para acções de comprovada utilidade para os estudantes, em actividade que promovam os hábitos de vida saudável, a prevenção dos comportamentos de risco, o fomento à participação cívica, a formação do enriquecimento competencial dos alunos ou actividades culturais ou lúdicas de reconhecido interesse para os estudantes”.

A ilação que tiro daqui é que as escolas nada fazem em relação a esses assuntos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É muito mais grave do que isso, mas já lá vamos!

O Orador: As escolas não promovem hábitos de vida saudável. Têm que ser as associações de estudantes a promover hábitos de vida saudável?

As escolas não fazem a prevenção dos comportamentos de risco? Têm de ser as associações de estudantes a promover os comportamentos de risco?

Meus senhores, julgo que estes dois pontos ficaram aqui patentes.

Em terceiro lugar, o PSD (digo-vos que não é por isso, não é por ser mais um programa, porque tudo o que é a favor das associações de estudantes e do ensino é bem-vindo) irá aprovar esse Projecto, ao contrário daquilo que os senhores do Partido Socialista fazem normalmente com os projectos do PSD.

Quando surgem aqui projectos do PSD, que são propostas boas, os senhores normalmente reprovam. Não é normalmente, é sempre! São sempre reprovadas pelo Partido Socialista.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é verdade!

O Orador: Neste momento, achamos que se trata de uma boa proposta. É mais do mesmo, é certo, mas é uma boa proposta e nós vamos votar a favor dessa proposta.

Tenho dito.

Deputados João Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A participação cívica e política têm que ser incentivadas e todas as iniciativas nesse sentido são bem-vindas. Esta iniciativa tem aparentemente esse mérito.

Os pressupostos em que assenta são inatacáveis, porque as dinâmicas, a energia própria da juventude, a sua irreverência, a criatividade, o associativismo juvenil devem ser promovidos, acarinhados, incentivados e estimulados por todos nós e temos obviamente essa obrigação e essa esperança, que revertam numa cidadania mais activa no futuro.

Em relação à parte enquadradora da iniciativa não temos nada a obstar. Porém, a parte resolutiva da iniciativa levanta-nos várias objecções. Desde já, a objecção levantada pelo Deputado Cláudio Almeida porque, das duas uma, ou se estão a chamar a atenção para o incumprimento da concessão de apoios que já estão estipulados, ou então está-se a tentar criar apoios extra.

Esta parte preocupa-me, porque há uns meses, Sras. e Srs. Deputados, aprovámos nesta casa uma iniciativa ironicamente do PS que pretendia um maior empreendedorismo nas escolas, que pretendia maior autonomização dos nossos jovens.

Estamos aqui exactamente à procura de conceder mais apoios, torná-los reféns e isto parece, debaixo de uma aparente capa de bondade, uma tentativa encapotada de instrumentalizar politicamente aquela parte da sociedade que faltava instrumentalizar, que são exactamente os jovens nas nossas escolas.

Deputado Berto Messias (PS): Que tristeza!

O Orador: Outra questão que nos parece relevante aqui é o parlamento na escola. O que se pretende com um parlamento na escola?

A resolução fala na emanção de uma directriz que permita a criação de um parlamento na escola. Nós, à partida, não temos nada a obstar a isto.

Mas vivemos, Sras. e Srs. Deputados, num sistema parlamentar em que os parlamentos não se limitam a discutir e a reflectir. Os parlamentos deliberam. Têm um poder efectivo. A nossa matriz é marcadamente parlamentar.

Portanto, passa a imagem errada para os nossos jovens de que os parlamentos se limitam a discutir.

Este parlamento, tal como é preconizado nesta iniciativa é manifestamente redutor e, no fundo, é um exercício de faz de conta.

Por estas razões, obviamente que o Grupo Parlamentar do CDS/PP irá votar contra esta iniciativa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para transmitir a opinião do Governo sobre esta iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, começando por dizer que o Governo se associa e congratula-se com a proposta que estamos a apreciar, por duas razões principais:

A primeira, porque ela contribui para melhorar o actual sistema. Não temos nenhum problema em aceitar contributos que melhorem aquilo que nós próprios fizemos. Temos toda a disponibilidade e abertura para, sempre que isso acontecer, nos associarmos e satisfazermos com esse facto. É essa a nossa posição.

A segunda razão pela qual transmite uma opinião favorável do Governo sobre esta matéria, diz respeito ao facto de por esta via se considerar especificamente as particularidades das associações estudantis no conjunto das associações de juventude.

De facto, o diploma existente ou a Portaria que o implementa ou concretiza, não fazem essa distinção, não atendem a essas particularidades da melhor forma. Não o fazem pelo menos tão bem como a proposta que agora é apresentada faz. Não temos nenhum problema, Sr. Deputado Cláudio Almeida, em aceitar que outras pessoas ou um grupo com capacidade de iniciativa nos faça ver...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Queria ver se fosse o PSD a apresentar uma coisa destas!

O Orador: ... que podíamos fazer melhor. É isso que se passa neste caso. Porquê? Por que é que este diploma tem essa vantagem?

Deputado João Costa (PSD): Isto é só o projecto de resolução, Sr. Secretário, não se esqueça!

O Orador: Por um lado, porque alarga o âmbito dos destinatários dos apoios existentes e concretiza melhor a forma de o fazer.

Deputado João Costa (PSD): Isto é só um projecto de resolução. Depois o senhor vai ter que legislar!

O Orador: Por outro lado reconhece as especificidades que têm as associações juvenis em termos de duração dos mandatos, em termos das datas de início e de fim de mandato que não têm qualquer semelhança com as outras associações de

juventude, porque reconhece a particularidade da idade dos membros das associações estudantis que são, na sua grande maioria, menores de idade do ponto de vista legal. Portanto, essas associações não têm as mesmas características das restantes associações de juventude.

Por outro lado também, porque se pensa concretamente no contexto específico da acção deste tipo de associações juvenis, porque essa acção desenvolve-se exclusivamente em meio escolar e isso tem as suas particularidades e deve ser tido em consideração.

Finalmente há um outro aspecto que me parece de salientar, talvez até seja o mais importante, e que é o facto da proposta que agora estamos a analisar fazer coincidir os apoios com um conjunto de actividades, de acções e de práticas que importa à Região, julgo que a nós todos, promover. Isso, tanto no campo dos hábitos de vida saudável que aqui já foi referido, como por exemplo na área da participação cívica e da acção política, porque as associações estudantis também são escolhidas dessa forma.

Portanto, alarga-se o que já existia também no que diz respeito às temáticas e áreas de acção dos apoios a dar a essas associações. Aqui não temos nenhum problema em reconhecer que estamos a melhorar e como estamos a melhorar somos também parte dessa melhoria e associamo-nos a ela.

Gostava de esclarecer, já que entretanto foram proferidas algumas afirmações pelo Sr. Deputado Cláudio Almeida, que mais uma vez (aliás tem acontecido muita vez, mas é sempre com pesar que não consigo compreender a posição do Sr. Deputado Cláudio Almeida e da bancada do PSD) o Sr. Deputado levantou-se e fez uma crítica veemente a tudo o que era conteúdo da proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Nada prestava! Nada tinha sentido! O Sr. Deputado disse que era redundante, que já existia, que não servia para nada, que os fundamentos estavam mal definidos, que não fazia sentido nenhum. Logo a seguir diz: bom, mas o PSD vai votar favoravelmente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É um sinal!

Deputada Nélia Amaral (PS): É um sinal de quê?

O Orador: O que o Sr. Deputado não disse é por que é que o PSD vai votar favoravelmente.

Eu explico aos açorianos para que eles saibam porque é que o Sr. Deputado não disse.

O PSD vai votar favoravelmente porque não quer ficar mal perante as associações estudantis e associações de juventude, que existem nos Açores e que não têm à partida nenhum óbice a esta proposta.

O senhor tem tanta solidariedade em relação às associações de juventude dos Açores que até sente dores que elas não sentem e veio para aqui dizer que o sistema de apoios falha, que o sistema de apoios não é eficaz, que o PS acha que o sistema de apoios do Governo não está a funcionar.

Eu nunca ouvi, e o Sr. Deputado de certeza que também não, uma associação de juventude nos Açores queixar-se do sistema de apoios existente.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Em que mundo é que o Sr. Secretário anda?

O Orador: O nível de apoios não será o ideal, não será aquele que nós gostaríamos que fosse, mas é de certeza o suficiente para fazer proliferar consecutivamente desde que o início desta legislatura e nas legislaturas anteriores, quer o número de jovens envolvidos no movimento associativo, quer o número de associações, quer as parcerias existentes com o Governo Regional, quer até (e esse aspecto é para nós particularmente importante) os fundos europeus que se conseguiram e que se tem vindo a conseguir captar por via da acção de projectos conjuntos entre associações de juventude e as entidades públicas na Região.

Para nós isso é a prova provada que o sistema funciona, que o sistema em vigor nesse aspecto é um sistema, felizmente, eficaz.

Melhorias são sempre possíveis e nós estamos disponíveis para acatá-las.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Começo por referir o sentido de voto do PPM.

Nós vamos votar contra e vamos votar contra porque não queremos ressuscitar aquele velho fantasma da mocidade portuguesa que vigorou até 1974.

Nós consideramos que é fundamental que os jovens tenham independência face ao poder político.

Consideramos também que esta proposta aumenta a dependência financeira dos jovens em relação ao Governo e em relação à respectiva tutela. É grave e é um mau hábito desde o início.

Tendo em conta a actuação deste Governo nas diferentes áreas, não podemos aceitar que isto venha a ser implementado nas nossas escolas. Consideramos muito negativo...

Deputado Berto Messias (PS): O PSD diz que já existe, o senhor diz que não existe!

O Orador: ... e temos a certeza que isto aumenta a dependência financeira das associações de estudantes.

Nós consideramos que as associações de estudantes (eu pertenci a muitas e na Universidade integrei a associação de estudante) têm que ser independentes, verdadeiramente empreendedoras e garantirem através da sua actividade, não uma dependência do governo, mas conseguir de acordo e em colaboração com a sociedade civil, formas de financiamento e apoio, sem ter um apoio político, sem passarem a ter um apoio político.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Como por exemplo...

Deputada Nélia Amaral (PS): Têm autonomia financeira relativamente a outras associações, desportivas, culturais!

O Orador: Isso é que é grave. Isso é politizar os nossos jovens desde a mais tenra idade. É isto que eu estou contra.

Esta é a minha posição frontal. É um perigo tremendo para a sociedade portuguesa e para a sociedade açoriana que se implemente a dependência financeira dos nossos jovens, das nossas associações que devem ser livres, em que a democracia deve imperar, em que não devem estar dependentes financeiramente do Governo, não devem estar dependentes de que aprovem o

seu projecto. Que o seu projecto seja considerado como aqui diz na proposta “cívico” e que esteja bem enquadrado.

Não devem estar dependentes de qualquer tipo de apoio, tão subjectivo como o que aqui está descrito, porque os termos que aqui estão são muito subjectivos e o que eu considero é que essas associações de estudantes devem ser livres, livres, livres... Isso é que é fundamental, desde o início.

Portanto isto é muito, muito perigoso, este precedente que o Governo do PS pretende implementar.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não é precedente, já havia antes!

O Orador: Há outros dois aspectos que gostaria de referir, que considero significativos.

Primeiro: a legislação actual já prevê o funcionamento das assembleias de alunos, nas respectivas turmas e de anos.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não é a mesma coisa!

O Orador: Ora, isto nem sequer está implementado em 10% das nossas escolas.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Essa é a sua convicção!

O Orador: Comecem por conseguir criar condições para implementar aquilo que já está na lei.

Convido-vos a fazer um levantamento em relação a esta situação, em relação às assembleias de alunos, às assembleias de anos das respectivas escolas e vejam quantas assembleias é que estão a funcionar. Se for mais que 10% das escolas e das turmas onde isto está previsto, eu venho pedir aqui desculpa neste parlamento.

Tenho a convicção de que não ultrapassa, porque não foi implementado.

Os senhores já querem criar um parlamento escola quando as assembleias de alunos nas respectivas escolas não funcionam. Essa é que é a verdade. Não funcionam e os senhores já estão a pensar num parlamento não sei quê, quando

ainda nem conseguiram implementar as políticas que já estão definidas na legislação.

Deputada Nélia Amaral (PS): São coisas completamente distintas, Sr. Deputado!

O Orador: Sim, sim, isto é um parlamento não sei quê. É tanto um parlamento não sei quê que vejam bem o ensinamento cívico dos nossos jovens em relação ao funcionamento do parlamento.

Em todas as sociedades democráticas, em todos os parlamentos quem escolhe o seu presidente são os respectivos Deputados que integram o Parlamento. Os nossos jovens não, vão aprender o seguinte, está aqui no último ponto: “os presidentes do conselho executivo poderão convidar uma individualidade externa à escola para presidir este parlamento”.

Deputada Nélia Amaral (PS): Olha que não! O Presidente da Assembleia da República já foi escolhido!

O Orador: Vejam bem a lição extraordinária de parlamentarismo que os nossos jovens teriam, ou seja o presidente do conselho executivo é que as impinge. Quem é o presidente do parlamento dos jovens?

O Sr. Secretário da Presidência diz: “é de facto a expressão correcta”.

Isto é uma anormalidade, isto é uma proposta que não faz sentido absolutamente nenhum.

O que é fundamental é que os nossos jovens, a ser criado este tipo de entidade, que não deve ser criado, porque ainda há outras entidades que ainda nem sequer estão a funcionar, deveria ter um presidente, deveria dar-se uma lição cívica e um exemplo cívico como é que funciona um parlamento.

No parlamento escolhe-se o presidente, para os senhores não, os conselhos executivos é que escolhem o presidente do parlamento dos jovens. Sim senhor, grande lição de democracia que os senhores vão transmitir.

Parece-me que isto além de ser uma tentativa de os instrumentalizar financeiramente, é também colocando um presidente que é escolhido pelos adultos, colocando um presidente que é escolhido pelo presidente da escola, isto é instrumentalização do ponto de vista do funcionamento desse parlamento e é

instrumentalizá-los do ponto de vista do seu funcionamento. Querem mais domínio do que isto? Querem mais totalitarismo do que isto? Isto é péssimo, por isso tenho que votar contra em defesa da liberdade dos nossos jovens, em defesa da democracia e em defesa dum bom exemplo do parlamento, um parlamento livre, sem dependências em relação ao Governo e em que os jovens possam defender os seus ideais de forma livre.

Deputado Francisco César (PS): O senhor está traumatizado com os resultados eleitorais!

O Orador: É isso que é necessário na nossa sociedade.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

(*) Deputado José Cascalho (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O BE vai votar favoravelmente esta proposta do PS.

Não nos faz confusão apoiar uma proposta que perante projectos apresentados por jovens nas escolas, sejam depois esses projectos apoiados pelo Governo.

Portanto, há aqui uma grande confusão com a ideia de ser ou não independente em relação ao apoio que é dado por uma entidade que neste caso é o Governo Regional.

Parece-me que há aqui uma grande confusão. O facto de ser apoiado por uma entidade regional, não quer dizer que não perca a capacidade de tomadas de decisão nem a liberdade de escolha em relação aos projectos que se propõem concretizar.

Quando se refere que há aqui propostas que são muito subjectivas relativamente ao âmbito dos projectos que são apresentados, é óbvio que isto também é um projecto de resolução. O cuidado que se tem que ter depois na passagem deste Projecto de Resolução a uma proposta, é óbvio que tem que encontrar-se uma forma de que haja aqui uma transparência na forma como esses apoios são dados e fazer-se uma avaliação das propostas que vêm das diferentes escolas para que elas possam ser apoiadas e os jovens poderem avançar com os seus projectos.

Portanto, acho que a ideia de constituir ou escrever um projecto, apresentar essa proposta, é muito positiva para as escolas os jovens avançarem com essas ideias. Traz coisas boas para eles, porque é óbvio que eles estão numa idade de aprender a apresentar as suas ideias, fazer propostas concretas e serem apoiados nessas propostas. Isso é muito interessante.

Se não houver apoio da parte do Governo pode até acontecer que eles tenham que recorrer a outro tipo de apoios. Sabemos por exemplo que muitas vezes recorrem, não sei se isso ainda é permitido na Região, a outro tipo de empresas que os suportam, como por exemplo empresas ligadas à cerveja e outros produtos, o que não é nada recomendável para os jovens que tenham projectos, que sejam apoiados por empresas que depois promovem beber bebidas alcoólicas.

Esta é de facto uma boa alternativa desde que os projectos apoiados e as propostas lidas e avaliadas por quem de competência as faz, é óbvio que depois ganham independência em relação a essas entidades que têm dinheiro para apoiar e investir, do meu ponto de vista, de uma forma pouco transparente. Isto quanto aos seus objectivos.

Relativamente à questão do parlamento da escola a única observação que eu gostaria de fazer aqui tem a ver com o facto desta proposta vir de cima, isto é, temos que ter cuidado com as propostas que vêm de cima e que não são construídas dentro da própria escola, porque geralmente as pessoas não agarram essas propostas, os alunos não as agarram, os professores não as entendem.

Portanto é preciso algum cuidado na forma como depois se sugere, ou se propõe, que um parlamento da escola possa funcionar.

De facto o parlamento da escola parece-me que é um espaço interessante que pode servir para diálogo, para apresentar ideias desde que seja organizado pelos alunos, pelos estudantes e pelos jovens desde que haja apoio das instituições para o fazer, e portanto dar-lhes a maior liberdade para organizar esse espaço de troca de ideias, esse espaço de discussão, que é um espaço eventualmente democrático que terá que ter as suas regras como qualquer parlamento tem as suas regras de funcionamento.

O facto de no final, e foi aqui referido, não haver um resultado efectivo daquilo que se discute, não me parece que isso seja um problema, porque estas propostas que saem do parlamento da escola podem efectivamente servir para que a escola adopte algumas dessas propostas. Isso também faz parte da forma como o parlamento funcionará nas escolas. Se for entendido como uma entidade que vai servir para alguma coisa e é aceite pelas escolas como alguma coisa importante, é óbvio que eles estão à espera daquilo que são as decisões do parlamento da escola, para depois tomarem medidas no sentido de acompanhar aquilo que são as ambições dos estudante e dos jovens que participam e pertencem a essa escola. É apenas uma questão de gestão e de enquadramento deste parlamento dentro da escola.

Portanto vamos votar favoravelmente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário da Presidência, o senhor não me vai ensinar o que é ser um dirigente associativo, não me vai ensinar o que é ser presidente duma associação de estudantes, nem duma federação regional de estudantes.

Portanto conselhos seus talvez aceite, mas ensinamentos seus não aceito de certeza.

Sr. Secretário, quando o senhor diz que as associações não se queixam quando os apoios estão todos bem, quando o Governo Regional dá mil e um apoios para mil e uma coisa, isso talvez esteja certo, o Governo dá, mas agora é preciso saber se os apoios são bem atribuídos ou não.

Eu não sei se o senhor teve tempo ou não para estudar esse dossier ou se teve tempo ou não para ver os pareceres das associações de estudantes, mas se quiser eu posso ler-lhe algumas passagens de alguns pareceres das associações de estudantes.

“A associação de estudantes tem um papel fundamental na vida cívica dos jovens e nem sempre contam com os meios para intervir e agir de acordo com as necessidades de cada escola”.

Associação de estudantes da Escola de Vila Franca do Campo: “as associações de estudantes precisam de vários apoios para não ficarem paradas devido à falta de verbas e ajudas para realizar eventos educativos, entre outros.

No exercício das funções somos confrontados com a falta de apoios externos para desenvolvimento das nossas actividades”.

Estas são as críticas que se lêem das associações de estudantes, que se lê nos pareceres das associações de estudantes.

Portanto, o Sr. Secretário não venha dizer para aqui que está tudo bem com as associações de estudantes, nem que os apoios que a vossa secretaria dá às associações de estudantes são os melhores, porque de facto não vão de encontro às reais necessidades das associações de estudantes.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em relação ao programa em si: eu referi aqui há pouco que nós vamos aprovar isso.

Deputado Berto Messias (PS): Então está a reconhecer que a proposta é boa!

O Orador: Vamos aprovar pela boa vontade do PS quanto a esta matéria. Nós vamos aprovar isto porque nós achamos que é importante que se faça o melhor para as nossas associações de estudantes e quando digo que se faça o melhor, é fazer o melhor possível e qualquer proposta que entrar nesta casa para melhorar qualquer diploma ou qualquer projecto de decreto legislativo regional ou qualquer portaria do Governo é bem-vinda e as críticas que eu faço aqui e que digo sobre este Projecto de Resolução, “Programa de apoio para associações de estudantes”, são críticas construtivas, não são críticas de “bota a baixo” como o senhor disse.

A nossa interpretação é que os senhores já aprovaram em 2008 um diploma nesse sentido e esse diploma não está a funcionar.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Por que é que o senhor diz que não está a funcionar?

Fundamenta-se em quê?

O Orador: É esta a nossa crítica, por isso é que nós vamos aprovar o diploma do PS.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Bettencourt.

(*) **Deputada Vera Bettencourt (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou fazer esta intervenção para referir que me parece que as intervenções do Sr. Deputado Cláudio Almeida têm sido um tanto ou quanto confusas e para lhe dizer que realmente existe um sistema de incentivos ao associativismo juvenil e dentro desse sistema de incentivos existe de facto um programa de incentivos às associações de estudantes.

Se o senhor ler com cuidado esse programa também verá que não estão plasmados os critérios de análise das candidaturas e que os prazos para a candidatura são até 30 de Outubro...

Deputado João Costa (PSD): Então o diploma estava mal feito!

A Oradora: ... ou seja, vem de encontro ao que o Projecto de Resolução do PS recomenda.

Para lhe demonstrar que os apoios existem e que funcionam, podem não funcionar da melhor maneira mas funcionam, na verdade na nossa Região existem 17 associações de estudantes reconhecidas pela Direcção Regional da Educação.

Também gostaria de referir que a última recomendação deste Projecto de Resolução que é a criação do parlamento de escola, vem no sentido dos alunos apreciarem e debaterem problemáticas entre pares e daí que saiam propostas, propostas essas que sejam apresentadas à assembleia de escola.

Claro que aqui no Projecto de Resolução diz-se que o conselho executivo poderá convidar, mas claro que dentro do seio da escola isso poderá ser em última instância, por isso não vejo problema nenhum quanto a esse ponto.

Deputada Paula Bettencourt (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP subscreve o preâmbulo deste Projecto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, mas temos aqui algumas

dúvidas e até algumas críticas à forma como este projecto é apresentado e que de alguma maneira acabam por caracterizar aquilo que é a Juventude Socialista. Desde logo, já aqui foi referido, vem propor a criação dum programa que no fundo já existe, precisava de ser melhorado.

Por outro lado vem pedir ao Governo que regulamente quando isto deveria ser objecto de um Decreto Legislativo Regional, isto é, deveria ser objecto de discussão nesta câmara.

Mas esta também é uma das tais questões que caracteriza a JS, é uma questão cultural e hereditária, digamos.

A JS segue o caminho da governamentalização que vê seguir aos seniores do PS.

Deputado Domingos Cunha (PS): Cassete não, Sr. Deputado!

O Orador: Quer que eu repita? É uma questão hereditária! A JS faz aquilo que vê fazer aos seniores, isto é, vamos governamentalizar. E, em vez de trazer aqui uma proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o assunto, não, remete para regulamentação por parte do Governo. Quem sai aos seus não degenera. Está certo.

Deputado Berto Messias (PS): Diga isso ao Partido Comunista!

O Orador: Emerge desta proposta também uma outra característica da JS que é a de algum autoritarismo, ...

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado deve estar brincando!

O Orador: Não estou não! Estou a falar muito a sério.

Esta característica de autoritarismo que a JS por vezes nos dá conta, quando pretende impor, veja-se o ponto 2 do Projecto de Resolução, às associações de estudantes e á própria escola conteúdos quanto à sua actuação, isto é, ou fazem assim ou então não têm apoio!

Mais, chegam a impor directrizes às escolas, até ao arrepio da autonomia escolar ...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Mas não precisam fazer manifestações secretas!

O Orador: ... (a Sra. Secretária da Educação e Formação não está presente, queria deixar-lhe aqui um pequeno recado, mas ficará para uma próxima oportunidade), mas não vão tão longe como a Secretaria Regional da Educação e Formação, porque ao arrepio da autonomia escolar, aí impõem directrizes às escolas.

Também é uma característica da JS, que é alguma insipidez, mas que não é inócua, propõem a micro-regulamentação de alguns aspectos dum Decreto Regulamentar Regional, que venha a regulamentar o apoio às associações de estudantes.

A Representação Parlamentar do PCP, face ao exposto não pode dar o seu apoio a esta iniciativa do Grupo Parlamentar do PS e ficar-se-á pela abstenção.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O BE, através do meu colega José Cascalho, já deixou claro qual o seu sentido de voto e as razões que o fundamentam.

Eu gostaria também de participar desta avaliação, do nosso ponto de vista, um pouco enviesada, que está a ser feita ao Projecto de Resolução do PS.

Não me competirá a mim defender o Projecto de Resolução do PS e reconheço-lhe algumas virtudes como lhe reconheço algumas limitações, sendo que no geral é positivo, por isso votamos favoravelmente.

Eu queria chamar a atenção das Sras. e Srs. Deputados para uma coisa.

Nós estamos aqui quase a fazer aquele jogo a que o Sr. Secretário Regional da Economia de vez em quando chama de “vestais”.

Nós temos aprovado nesta casa enormes e variadíssimos apoios financeiros, técnicos, humanos para diversas entidades, instituições, empresas, etc. Não deixa de ser no mínimo curioso, ou pelo menos, estranho, que no momento em que estamos a discutir e a avaliar as vantagens e desvantagens dum programa de apoio às associações de estudantes do ensino básico, secundário e profissional, ou seja, a dar possibilidade aos jovens da nossa Região de porem de pé e de

concretizarem projectos e sonhos que têm, e que até ao momento não puderam fazer.

É exactamente quando os protagonistas são jovens que nós vimos dizer: nós, BE não!

Mas alguns Deputados dizem: Alto! Cuidado! Que isso é subsidio-dependência. Alto! Cuidado! Isso é instrumentalização! Alto! Cuidado! Isso é favoritismo!

Eu tenho que dizer, Sras. e Srs. Deputados, que chegaram tarde, porque já passou por aqui o mesmo tipo de acusações possíveis, noutras circunstâncias que não os dos jovens e não vi os mesmos Srs. Deputados, abrir a boca. Por acaso nós estamos à vontade porque o fizemos.

Agora, para terminar, deixem-me dizer-vos o seguinte: a função desta casa e a razão de ser da nossa existência, enquanto Assembleia Legislativa e enquanto Deputados e Deputadas, é exactamente fiscalizar as acções do Governo quando ele invade a esfera do “favoritismo, da compra, entraves e da “instrumentalização” e portanto do desvirtuar completo daquilo de que nós aqui, com boa fé, aprovamos favoravelmente.

Não podemos dizer aos jovens: não senhor, nós não aprovamos este projecto, porque ele pode corromper-vos. Isso é demitirmo-nos das responsabilidades que nós temos, que é exactamente velar e garantir que isso não aconteça.

Sras. e Srs. Deputados, partir do princípio que os jovens da nossa Região são compráveis ou instrumentalizáveis, com programas de apoio às associações é passar-lhes um estado de minoridade, de incompetência e dum paternalismo que é inaceitável e eu penso que nenhum deles conseguirá aguentar esse peso.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, volto a dizer com as virtudes e as insuficiências que o BE reconhece no Projecto de Resolução do PS, ele no cômputo geral é absolutamente legítimo, necessário, querido pelos jovens e não vamos pôr em cima dos jovens o ónus da responsabilidade que é nossa, de cada um e de cada uma dentro desta casa.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Vera Bettencourt já fez, e muito bem na minha perspectiva, a apresentação deste Projecto de Resolução do Grupo Parlamentar que decorre duma proposta da JS, mas tendo em conta o debate que aqui tivemos, não posso deixar de participar neste debate e também fazer algumas considerações.

A Resolução que aqui trazemos é perfeitamente clara e dentro dos parâmetros e dos limites que tem a figura regimental de resolução.

Deputado João Costa (PSD): Não me diga que vai repetir tudo o que já foi dito!

O Orador: Tentámos ao máximo especificar aquilo que pretendemos sinalizar e realçar com este tipo de proposta, porque não é apanágio deste Grupo Parlamentar fazer propostas de resolução que digam somente que o Governo tem que fazer nas escolas uma campanha de voluntariado.

Tentámos especificar ao máximo aquilo que pretendemos e julgámos pertinente introduzir e melhorar.

Devo dizer também, que naturalmente a JS discorda do PS em muitas matérias, concorda com o PS em tantas outras. Esta é a dinâmica normal interna quer da JS, quer do PS.

A JS tem a sorte de ter um líder e um PS que considera a sua organização partidária de juventude, mas estou certo que a JSD infelizmente não poderá dizer a mesma coisa.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Lamento que a JSD não possa dizer a mesma coisa, pois todos se recordam das afirmações recentes da líder do PSD sobre a sua organização partidária de juventude, liderada pelo Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Deputado João Costa (PSD): É esse o contributo que o senhor queria trazer para o debate? O contributo era achincalhá-lo!

O Orador: Este é um contributo que julgamos pertinente, que pretende levar mais longe o actual PAE, um programa que existe mas que na nossa perspectiva, depois de todo o caminho que foi percorrido até agora e tendo em

conta as grandes especificidades que tem as associações de estudantes do ensino básico e secundário, julgamos que é possível ir mais longe e não queremos controlar ninguém. Quem diz isso vem para aqui fazer *fait divers*, pretendem disfarçar o indisfarçável, ou não leram a proposta ou sentem-se incomodados com esta.

Portanto podem votar contra, é um direito que vos assiste.

Não posso deixar de me referir à intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão que inaugurou hoje o novo paradigma de fomento ao associativismo porque pretende fazer com que qualquer associação nesta Região ou neste país não tenha qualquer tipo de apoio ao seu funcionamento como tem há largos anos através dos financiamentos do âmbito do IPJ, no âmbito da DRJ e no âmbito dos organismos públicos que apoiam e fomentam o associativismo.

Deputado João Costa (PSD): Lá está o senhor a repetir aquilo que lhe mandam dizer. É impressionante!

O Orador: Já agora, o Sr. Deputado afirmou que essas associações, as associações de estudantes do ensino básico e do ensino secundário, teriam que arranjar formas de se auto-financiar. Agradecia que nos desse alguns exemplos de que forma é que essas associações de estudantes podem fazer e criar iniciativas que lhes permitam financiar.

Além disso julgo que é preciso referir mais duas questões.

Em primeiro lugar, este é também um contributo que damos, à semelhança de muitos outros que temos dado, para o fomento à participação e consequentemente para uma redução da abstenção na população jovem.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: Julgamos que a abstenção não se resolve naturalmente de um dia para o outro. É um problema que nos preocupa, estou certo, a todos, mas deve ser diminuído e combatido diariamente e todos os dias temos que conseguir vitórias nessa matéria.

Esta é uma vertente importante, ou seja, cada vez mais cedo, dentro do espaço escola, o espaço onde muitos jovens estão na grande maioria do seu tempo,

enquanto crianças e jovens, consigam ter desde cedo o contacto com as questões referentes à cidadania, à participação e ao exercício cívico e político.

Referir também outras duas questões que me parecem importantes.

Em primeiro lugar, o facto de, através desta resolução, realçarmos a importância da existência de associações nas escolas profissionais.

Julgamos que é pertinente, que deve ser acautelado também isso e além disso esta resolução pretende também sinalizar e realçar politicamente a importância de termos associações de estudantes a funcionar em todas as escolas dos Açores.

Está também aqui consagrado nesta resolução o sistema onde seja possível apoiar o grupo de jovens que querem formar essa associação, apoiar também as escolas a formar associações de estudantes, para que todas as escolas possam ter efectivamente uma associação de estudantes a funcionar, para que seja possível um órgão representativo em todas as escolas a representar esses estudantes e a fazer ouvir a sua voz.

Deputado João Costa (PSD): Pensava que isso já estava feito! Não está feito?

O Orador: Não está não senhor. Temos muitas escolas que não têm associações de estudantes a funcionar, mas depois cedo-lhe os dados com gosto.

Para terminar, quanto àquilo que recomendamos também, à criação de um parlamento jovem na escola, parece-nos crucial que seja criado em cada escola um parlamento jovem, composto única e simplesmente por estudantes dos vários anos e para que aí possam debater e discutir, de jovem para jovem, da perspectiva jovem a jovem, quais são os problemas que sentem na sua escola e que seja também encarado como o órgão consultivo para quem dirige a escola.

Naturalmente não queremos que este parlamento substitua a assembleia de escola, substitua os órgãos da escola, mas que seja um órgão consultivo onde os jovens possam participar e fazer ouvir a sua voz, aliás à semelhança daquilo que já acontece hoje nos Açores.

Dou-vos o exemplo do Colégio de Castanheiro onde funciona muito bem o parlamento presidido pelo Dr. Vasco Garcia, enquanto individualidade convidada, porque a perspectiva é convidar pessoas, figuras e personalidades

com grande credibilidade na sociedade em que vivemos, para que possam servir de referência e de exemplo para esses jovens, presidindo dessa forma esse parlamento.

Portanto é esta a perspectiva da nossa proposta de forma séria, de forma construtiva e este é sobretudo mais um contributo que julgamos pertinente para que os nossos adolescentes, as nossas crianças e os nossos jovens se sintam cada vez mais predispostos a participar activamente e predispostos a exercer a cidadania que todos nós julgamos absolutamente fundamental, porque não temos dúvidas que uma sociedade mais conhecedora, mais evoluída e mais desperta para o fenómeno da participação cívica e política, será com certeza uma sociedade mais desenvolvida.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muita rapidamente para uma segunda intervenção, começando pelo Sr. Deputado Cláudio Almeida. Dizer-lhe que o que o senhor acabou de fazer na sua segunda intervenção, tendo sido já notória na primeira, foi, através duma crítica, voltar a fundamentar a necessidade da proposta que nós estamos a apreciar.

O senhor supostamente ia ler um conjunto de opiniões das associações de estudantes.

Deputado João Costa (*PSD*): Supostamente não, ele leu!

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Eu li para desmentir aquilo que o senhor disse!

O Orador: Aliás leu-as, mas elas supostamente levavam a crer que o sistema não funcionaria no caso das associações de estudantes de forma satisfatória, ainda precisavam de apoios para um determinado conjunto de actividades e que não viam esse sistema a funcionar de forma eficaz para os seus propósitos.

Pois é precisamente por isso que esta proposta foi feita e é precisamente por isso que eu disse que o sistema existente poderia ser melhorado e que nós aceitaríamos os contributos no sentido de o melhorar.

O que o senhor acabou de fazer foi dizer “a proposta é boa e os senhores têm razão!”. Bem bom, foi na segunda intervenção, poderia ter sido na primeira, mas na segunda também serve.

Em relação ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, o senhor além desta mania que tem de burocrata da educação, há duas matérias que domina que é a educação e a história e depois qualquer tema que se debate aqui vai sempre parar à educação ou à história.

Neste caso, como a história não se aplicava muito satisfatoriamente, o senhor optou pela educação e então transforma isto num debate sobre as assembleias de estudantes que estariam previstas mas que ainda não existem.

Sr. Deputado, não tem nada a ver uma coisa com a outra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já lhe vou demonstrar! O problema é que não conhecem a lei!

O Orador: O senhor se se desse ao trabalho de conhecer melhor a política de juventude na Região, estaria a debater no mesmo registo de todas as outras bancadas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Se o senhor conhecesse o estatuto do aluno e a lei era melhor!

O Orador: Se não tivesse que se refugiar sempre na história e na educação o senhor poderia estar a debater isto no registo de todas as outras bancadas, que é sobre política de juventude.

Essa mania persecutória de que dar apoios é comprar consciências é algo que só funciona na sua cabeça.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu não disse isso!

O Orador: O Sr. Deputado não aceita apoios porque a seguir vem a subserviência. O Sr. Deputado vive em que mundo? O que é que lhe permite dizer que isso acontece? Qual é o exemplo que o Sr. Deputado tem para dar aos açorianos de que os jovens das associações de estudantes das escolas dos

Açores são comprados, porque existem apoios à mobilidade ou porque existem apoios às actividades recreativas, que era o que existia até agora?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu não disse isso!

O Orador: Essa argumentação é tão fraca que esta proposta do PS até vem tornar mais criteriosa a concessão de apoios, porque até define quais são as áreas onde esses apoios devem ser privilegiadamente ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é grave!

O Orador: Ah, é grave?! Acha que é grave o diploma dizer que se deve privilegiar os hábitos de vida saudável? Isso é grave? Acha que é grave o diploma dizer que se deve fomentar a participação cívica?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não! O senhor percebeu o que é que era grave!

O Orador: Já agora que o Sr. Deputado Aníbal Pires veio ao debate, através de um aparte, eu gostaria de lhe dizer que sendo o senhor dum tradição comunista, sendo o senhor dum escola comunista, chamar aos outros de autoritários, é algo que custa um bocadinho a perceber.

Custa ainda mais a perceber, porque neste caso o Sr. Deputado deveria ficar satisfeito com o facto de se procurar fomentar uma atitude democrática, uma atitude de empenho na vida da escola, sendo o Sr. Deputado, um antigo responsável por uma escola.

O senhor deveria estar satisfeito de haver alguém neste Parlamento que se preocupa em criar condições aos alunos nas escolas para que eles possam ter um fórum de debate sobre a vida da escola.

Essa proposta o que faz através do parlamento da escola é precisamente isso. Os senhores acusam o parlamento de não ser consequente, mas há duas iniciativas regionais, uma desta Assembleia, outra da responsabilidade do governo regional, onde os jovens das escolas vêm representar a juventude açoriana, debater assuntos de interesse para a juventude e também não decidem nada, Srs. Deputados. Também nessas iniciativas, uma das quais é patrocinada por esta casa, os jovens juntam-se para reflectir, para debater assuntos de interesse comum. Não decidem nada e nada muda.

Mas eles estão, por um lado, pedagogicamente a aprender os mecanismos de funcionamento da democracia e, por outro, a transmitir para a sociedade açoriana e para os responsáveis políticos as suas opiniões sobre as matérias.

Isso não tem absolutamente nada de mal. Dizer que uma proposta não deve ser aprovada porque é inconsequente, porque os jovens quando se juntam para debater os problemas da escola não decidem nada, julgo que é uma desculpa de mau pagador e é uma desculpa própria de quem se sente incomodado por não ter agido nesta área ou por não ter tomado uma iniciativa com consequência nesta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Berto Messias, mais uma vez fico satisfeito, não menosprezando a Sra. Deputada Vera Bettencourt, por ter vindo ao debate como líder da JS.

Deputado Berto Messias (PS): Ao qual não me furto!

O Orador: Aliás, noto também e realço a sua participação e as tentativas constantes de dar nota e recadinhos para dentro do Partido Socialista para que o próximo líder do PS, qualquer que seja um dos três delfins da última sondagem, esteja atento à JS. Noto também isto com expectativa.

Sra. Deputada Vera Bettencourt, a Sra. Deputada referiu aqui há pouco, entre outros assuntos, que não estavam plasmados os critérios para a atribuição das candidaturas nos actuais apoios existentes. Ora bem, se não estavam plasmados e se não existiam critérios de atribuição de candidatura, então com que critérios é que o Governo Regional atribuía os apoios?

Com que critérios é que o Governo Regional atribuía os apoios às associações de estudantes?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Afinal a proposta é boa ou má?

Os senhores andam para a frente e para trás!

O Orador: Os senhores é que andam para a frente e para trás.

Aliás, tanto vão para a frente e para trás que, com essa recomendação e com essa repreensão que o PS faz ao Governo Regional, nota-se claramente isso, tanto vão para a frente como vão para trás, não sabem que caminho hão-de escolher, não sabem o que é que querem.

Mais uma vez os senhores têm que saber para onde vão. Parece-me que há uma confusão enorme na vossa cabeça, quer no que toca às políticas de juventude, quer no que toca a tudo.

Nós não percebemos para onde querem ir, se querem ir para a direita, se querem ir para a esquerda ou se querem ir em frente. Definam-se! Até a sucessão do vosso líder não sabem. Temos três delfins que por acaso não estão aqui presentes...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que fizeram parte da última sondagem. Mas atenção, parece-me que o Sr. Secretário da Presidência também quer entrar na corrida à liderança do PS.

Oh, cá chegou o outro delfim do PS.

(Neste momento entrou na sala o Sr. Vice-Presidente do Governo)

O Orador: Saúdo-o Sr. Secretário.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Já me vou embora!

O Orador: Ah, vai sair da sala, já não é delfim.

(Risos dos Deputados das diversas bancadas).

Presidente: Sr. Deputado, talvez pudéssemos voltar às associações de estudantes.

A confusão aí é menor, posso-lhe garantir.

O Orador: Continuando no que toca às associações de estudantes, parece-me claramente que o PS vai ter que se definir.

Já dissemos aqui o que é que pretendíamos, ...

Deputada Catarina Furtado (PS): Não disse nada! Levantou-se 2 vezes para não dizer nada!

O Orador: ... já dissemos o que é que achávamos de todo este processo desde 2008 até aos nossos dias, por isso vamos votar a favor deste Projecto de Resolução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos por partes. Tenho aqui três áreas perfeitamente definidas.

Primeiro, com o Sr. Secretário da Presidência e com o Presidente da JS. Posso dar-vos um conselho? Um conselho gratuito: antes de apresentarem uma proposta leiam a lei, vejam o que existe sobre a matéria que estão a propor. Essa parte é fundamental.

Vou ler-vos...

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, santa paciência!

O Orador: ... porque é importante conhecer a legislação e quando se propõe não repetir aquilo que já existe, porque isso é uma redundância.

Sr. Secretário da Presidência, diz no artigo 42º., nº. 1, do Estatuto do Aluno: “os alunos que podem reunir-se em assembleia de alunos, são representados pelos delegados, subdelegados e também estão representados pela assembleia de delegados de turma”, ou seja, o Estatuto do Aluno prevê neste momento que os alunos têm dois órgãos possíveis para funcionar: assembleias de alunos e assembleias de delegados de turmas.

Os senhores propõem: “deve ser emanada uma directriz a todas as escolas da Região que permita a criação dum parlamento da escola”.

No fundo, o Grupo Parlamentar do PS está a recomendar uma coisa que já está prevista, que é a assembleia de alunos. Os senhores em vez de lhe chamarem assembleia, que é o que deveriam chamar, até para contextualizar na nossa realidade parlamentar, chamam-lhe parlamento.

É alguma novidade? Já existe.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor pode votar contra! É um direito que lhe assiste!

O Orador: Estou a chamar-vos a atenção que a vossa proposta é uma redundância. Não faz sentido nenhum propor algo que já existe. Ponto número um.

Onde é que está a diferença? A diferença está no facto dos senhores terem uma visão corporativa do que é que deve ser este parlamento dos jovens.

Não cabe na cabeça de ninguém (está aqui o Sr. Presidente do Governo Regional e com certeza dar-me-á razão), ...

O Grupo Parlamentar do PS prevê que o parlamento dos jovens que venha a ser criado nas escolas venha a ter como presidente alguém que não é escolhido pelos deputados, ou seja, pelos alunos, mas sim pelo Presidente do Conselho Executivo.

Deputado Berto Messias (PS): Mas diga o resto!

O Orador: Portanto, veja bem esta visão corporativa da democracia que não corresponde em nada à história do PS. O PS não é isso. Isso já acabou. A visão corporativa das nomeações com os directores de escola acabou em 1974.

Os senhores se tivessem estudado o sistema de ensino sabiam que os directores das escolas do tempo do fascismo é que faziam isso.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Lá vem a história!

O Orador: Se conhecessem um bocadinho mais da história não faziam estas asneiras, que é vir aqui e copiar a organização estudantil do fascismo. Eram os senhores directores da escola que nomeavam os representantes da Mocidade Portuguesa. Os senhores agora querem criar um parlamento dos jovens em que tenha o director da escola a nomear o presidente da escola. Isto faz algum sentido?

Isto é uma aberração meus senhores!

É por isso que eu tenho que vos chamar a atenção para esta situação.

Lamento ser especialista em educação, não sou muito especialista, mas limito-me a conhecer um pouco a legislação. Os senhores propõem uma coisa que já existe, em vez de lhe chamarem assembleia, chamam-lhe parlamento, mas com

uma agravante: propõem uma coisa que não existe e que não deviam propor, que é de facto uma visão corporativa do que devem ser ...

Presidente: Acabou o seu tempo, agradecia que terminasse.

O Orador: Termino já, religiosamente.

Tinha mais dois ou três assuntos mas termino dizendo isto: peço-vos que alterem a vossa proposta. Não faz sentido nenhum e é algo que não corresponde à própria ideologia do PS.

Deputado Berto Messias (PS): Não diga asneiras!

O Orador: É uma coisa fascinante o que os senhores estão a propor.

É um erro, é um lapso da vossa parte.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há pouco quando adjectivei a JS faltou-me, para ajudar a caracterização, aqui uma questão, é que de facto além de serem insípidos, além de serem autoritários, são também preguiçosos.

Aquilo que Vs. Exas. deveriam ter trazido aqui, era um projecto de decreto legislativo regional, como há pouco referi.

Sr. Secretário Regional da Presidência, o PCP e os seus militantes não precisam de lições de democracia.

Deputado Berto Messias (PS): Não! É o chamado simbolismo democrático!

O Orador: Aliás, Sr. Secretário Regional da Presidência, não lhe vou pedir propriamente que se retrate, mas vou dizer-lhe o seguinte: se em Portugal alguém lutou, sofreu e morreu em nome da defesa e da conquista da liberdade e democracia foram os militantes do PCP.

Deputado Berto Messias (PS): Isso era uma discussão interminável!

O Orador: Portanto, Sr. Secretário Regional da Presidência, vou ficar por aqui, mas numa próxima oportunidade, antes de dizer, antes de se referir ao PCP da maneira como o fez, faça uma reflexão e abstenha-se de produzir ...

Deputado Berto Messias (PS): E o senhor refere-se à JS assim?

O Orador: ... intervenções, como a que fez há pouco, sob pena da nossa discussão ter de ir para a história que pelos vistos o Sr. Secretário Regional da Presidência também não gosta.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Bettencourt.

(*) **Deputada Vera Bettencourt (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou intervir apenas para dizer que este Projecto de Resolução do PS tem um objectivo claro, que é o objectivo de melhorar o apoio que já existe e de o alargar e algumas afirmações feitas pelo Sr. Deputado Cláudio Almeida e por outros Deputados também, que parecem ser manobras para disfarçar o seu incómodo na mais-valia do projecto do PS.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Vera Bettencourt é precisamente por isso, por vir melhorar o que existe, que nós vamos aprovar este diploma. Não é nada mais nem menos do que isto.

Aliás, as críticas que nós fizemos foi que desde de 2008 existe um projecto de decreto legislativo regional. Posteriormente a isso existiu uma portaria e agora o PS e a sua bancada parlamentar recomendam ao Governo, não esquecendo que também fazem uma repreensão pelo facto das questões não terem funcionado até aqui como deviam ter funcionado.

É precisamente por isso que o PSD apoia esta iniciativa e vai votá-la favoravelmente.

Que não fiquem dúvidas sobre isto.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos votar esta iniciativa.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 3 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para explicitar aqui a nossa boa vontade em relação a este Projecto de Resolução do PS, que não restem dúvidas que estamos aqui para fazer o melhor pela juventude açoriana e pela população açoriana.

Fica mais uma vez expressa aqui a nossa vontade em relação a este Projecto de Resolução, ao contrário daquilo que o PS muitas vezes faz, aliás faz sempre, que é reprovar os projectos de resolução e iniciativas parlamentares do PSD nesta casa.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é verdade!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS, sendo o proponente, vota a favor desta proposta e aprova assim mais um importante contributo que julgamos pertinente para as nossas associações de estudantes, esperando agora que o Governo acate esta recomendação e desenvolva aquilo que lá está escrito e vertido.

Lamentamos, no entanto, que o líder da JSD/Açores tenha desde o início desta discussão demonstrado um profundo incómodo pelo facto de votar a favor da proposta do PS, porque quem ouviu a sua argumentação ao longo do debate só poderia esperar um voto contra, mas votou a favor. É um direito que lhe assiste.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de meia hora. Retomamos os nossos trabalhos às 19 horas.

Eram 18 horas e 34 minutos.

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 19 horas 14 minutos.

Passamos agora para o ponto n.º 4, **Projecto de Resolução n.º 7/2011 – “Construção da Pousada da Juventude na Ilha do Corvo”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para apresentar o diploma.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Projecto de Resolução que o PPM apresenta em relação à Pousada da Juventude da Ilha do Corvo é muito simples e baseia-se em parte naquela que é a argumentação que partilho inteiramente com o Sr. Secretário da Presidência.

Dizia o Sr. Secretário da Presidência há alguns meses, a respeito da Pousada de Juventude de Santa Maria (as palavras que proferiu então naquele acto inscrevem-se perfeitamente naqueles que são os objectivos e o pensamento que partilho com o Sr. Secretário da Presidência em relação a este assunto):

“A pousada – são palavras do Sr. Secretário da Presidência – não só beneficiará os jovens dos Açores em geral, porque verãõ aumentada a oferta deste tipo de alojamento turístico, como acrescentará valor à ilha, uma vez que aumenta a sua capacidade de alojamento e a atracção de mais turismo e logo mais actividade para a sua economia”.

Devo dizer que o Sr. Secretário da Presidência tem inteira razão, quando refere estes benefícios que são provocados pela criação das Pousadas da Juventude.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nunca pensei ouvir isso neste Parlamento!

O Orador: Se é verdade para a Ilha de Santa Maria, por maioria de razão, também é verdade para a Ilha do Corvo.

A Ilha do Corvo, como sabem, sofre de um grande isolamento geográfico, tem menos acessibilidades e também tem uma menor diversidade de potencial económico para desenvolver.

Há de facto um sector que tem um grande potencial e que está subutilizado na Ilha do Corvo, que é o sector do turismo.

Este sector do turismo, com uma aposta séria, uma aposta empenhada por parte do Governo Regional, uma vez que os agentes económicos não são a resposta para resolver todos os problemas da Ilha do Corvo, uma vez que todos conhecemos os condicionalismos do ponto de vista económico, do ponto de vista demográfico que a Ilha do Corvo carrega há muitos séculos, é necessário.

Tendo em conta aquela que é a nossa preocupação de sempre em relação à coesão territorial, que o Governo faça um esforço acrescido criando um conjunto de determinantes em relação à Ilha do Corvo para vencer essa conjuntura bastante desfavorável, do ponto de vista económico e demográfico, que permita que a Ilha do Corvo tenha muitas oportunidades de desenvolvimento. O turismo é de facto uma delas.

Nesse sentido, faz todo o sentido (passe a redundância) que se crie maior oferta de camas na Ilha do Corvo, para desenvolver este sector.

Ora, o que nós temos verificado ao longo destes anos é que o fluxo turístico não tem vindo a incrementar-se na Ilha do Corvo, porque não existe oferta de camas e não existindo, não existe os tais factores de desenvolvimento económico, os tais factores de desenvolvimento para sectores agregados ao sector do turismo, porque não existe este incentivo.

Temos aqui um problema que temos que resolver e esse problema só se consegue resolver com um forte empenho por parte do Governo Regional, tendo em conta as fragilidades que há pouco referi dos agentes económicos locais.

Há outra questão que considero fundamental, que são as próprias projecções que o Governo Regional faz no PROTA.

O Governo Regional considera que é possível dar maior dimensão ao sector turístico na Ilha do Corvo. É isto que referem as projecções, os analistas que

fizeram o PROTA que foi aqui tão elogiado nesta casa. O que dizem é que é possível dar uma maior projecção ao crescimento da Ilha do Corvo nesta área.

Em relação a esta matéria é preciso considerar também aquela que é uma questão de justiça, que tem a ver com o facto do grupo ocidental não ficar de fora daquele que é o programa regional de Pousadas da Juventude dos Açores.

Por que é que o grupo ocidental deverá ficar de fora, ou deverá ser o último a ser contemplado, em relação à expansão do sistema de Pousadas de Juventude dos Açores? Porquê? Qual é a razão objectiva, quando se sabe que é um grupo que necessariamente possui graves desvantagens do ponto de vista económico?

Portanto, faz todo o sentido que também se aposte no grupo ocidental, que não se deixe o grupo ocidental de fora, até porque é um grupo que fica com relativo afastamento geográfico e em que as outras pousadas de juventude que foram construídas não podem servir o fluxo turístico do grupo ocidental porque se encontra, como disse, bastante afastado do grupo central. Até devido à distância faz todo o sentido que também se crie um núcleo próprio no grupo ocidental em relação às pousadas da juventude.

Por outro lado, além de ser uma questão de justiça há também uma questão que tem a ver, e que eu referi no âmbito da comissão, com aquela que tem sido a política do Governo Regional em relação aos programas de mobilidade juvenil e de mobilidade sénior.

A verdade é que estes programas de mobilidade juvenil e mobilidade sénior têm permitido diminuir e dar alguma sustentação aos operadores turísticos regionais na época baixa.

Estes programas, além da vertente de animação, que é essencial e faz todo o sentido nesse âmbito, também têm conseguido de alguma forma, nalgumas ilhas, combater as dificuldades que são conhecidas por parte dos agentes económicos locais para manter os seus projectos turísticos na época baixa. Estou a falar, por exemplo, nos 60+ que tem sido eficaz. Penso que mesmo nas circunstâncias económicas que vivemos deve até ser incrementado, se for possível, no sentido de dar maior solidez ao sistema.

Como sabem a Ilha do Corvo não possui neste momento o número de camas suficientes para poder participar com maior amplitude no projecto. Este ano tivemos apenas uma deslocação de 17 idosos à Ilha do Corvo, o que é muito pouco e não corresponde de facto àquilo que as outras ilhas estão a beneficiar justamente.

O que eu considero é que a Ilha do Corvo não deve ser deixada de fora deste projecto. Actualmente é, porque existe uma oferta muito limitada.

Sendo assim, a Ilha do Corvo também deveria ser contemplada com aqueles programas que são desenvolvidos pelo Governo Regional nesta matéria, mas actualmente não tem essa capacidade por falta de infra-estruturas.

Há aqui um conjunto realmente de argumentos que explicam e que apoiam que o programa se expanda ao grupo ocidental, neste caso no Projecto de Resolução que estamos a discutir de forma específica à Ilha do Corvo, no sentido de dinamizar, de criar mais um pólo de desenvolvimento, criar condições para o desenvolvimento do turismo e criar as condições necessárias para que a ilha tenha uma fonte de rendimento, para que os habitantes tenham uma fonte de rendimento.

Como dizia e muito bem o Secretário da Presidência, a pousada da juventude e um crescimento da actividade turística também têm um efeito benéfico em todos os outros sectores adjacentes.

Nesse sentido é de facto algo que tem um efeito que pode multiplicar as potencialidades económicas já instaladas na ilha.

Esta é de facto uma visão que eu partilho, só não partilho o facto do Governo Regional não se ter lembrado do grupo ocidental.

Vão dizer (já estou à espera!) como foi no caso do museu do Corvo: não está no nosso programa! Mas deveria estar, por isso é que eu estou aqui. Por isso é que há outros partidos políticos que têm outros programas e outras propostas, que estão a apresentar propostas que os senhores não se lembraram ou não consideraram prioritárias.

Nesse sentido o que eu proponho ao parlamento é que seja aprovado um projecto de resolução que acabe com a discriminação da Ilha do Corvo neste sector.

É uma acumulação de desvantagens que a Ilha do Corvo vem a sofrer ao longo de décadas. Os senhores podem dizer “4 anos é muito pouco”, se falássemos apenas desta legislatura, mas já estão há 15 anos no Governo e já se deveriam ter lembrado que é necessário criar condições para o desenvolvimento daquelas ilhas, nomeadamente no campo específico que aqui estamos a falar, no âmbito do turismo.

É este apelo que eu deixo aqui. Queremos ou não uma Região com bons índices de coesão territorial? Queremos ou não criar condições para o desenvolvimento das ilhas que são mais desfavorecidas e que têm menor capacidade de desenvolvimento em muitas outras áreas, como por exemplo, a agricultura, as pescas e que não têm mercado interno para se poderem impor?

Nesse sentido o que é necessário é criar e ter vontade política de intervir, de decidir a favor do desenvolvimento destas ilhas. Não as deixar para trás em termos de desenvolvimento económico e dar-lhes todas as oportunidades de desenvolvimento. Esta é uma delas.

O facto da Ilha do Corvo ser discriminada no âmbito do Programa Regional de Construção e Implementação de Pousadas da Juventude, é algo incompreensível, profundamente injusto e não se compreende, para quem como o PS, penso eu, continua a defender uma política de coesão regional.

Espero ter sensibilizado o Governo e o PS nesta matéria e vamos permitir que a Ilha do Corvo tenha aqui mais uma possibilidade de desenvolvimento, porque a situação, como se sabe, está a ficar dramática em todo o País, na Região, mas na Ilha do Corvo, de forma específica, porque como se sabe não temos muitas outras alternativas e a situação social tende a degradar-se muito rapidamente.

Espero que o PS apoie este Projecto de Resolução.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo participa neste debate fazendo inicialmente um ponto prévio.

Apesar de reconhecer logicamente a legitimidade própria de cada um dos partidos para apresentar a sua proposta de resolução e saber também que estamos a tratar em ordem sequencial dois projectos diferentes, boa parte da argumentação que eu vou expender sobre esta matéria aplica-se também ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

Portanto não queria de modo algum não respeitar a ordem de trabalhos que temos, mas isso vai acontecer. Necessária e provavelmente até me repetirei, mas não posso deixar de o fazer porque o que se trata, tanto num caso como noutro, é determinar ou sugerir que se crie uma pausa de juventude, no caso do PPM, no Corvo, no caso do PP, nas Flores.

Na prática, falei disso na comissão e volto a repeti-lo, parece-me que se tratam de duas iniciativas que eu apelidaria de siamesas, porque o que se passa é exactamente o mesmo num caso e noutro.

O que se passa é: decreta-se a criação de uma pousada da juventude, independentemente de tudo o resto e apenas por vontade política.

A questão era como se criar uma pousada de juventude fosse uma mera questão de vontade política e depois negligenciava-se tudo o resto, como por exemplo a lógica, a própria filosofia, o projecto estruturado que existe, devidamente estruturado digo eu em causa própria, da rede de pousadas de juventude da Região, que está integrada como se sabe, até num âmbito mais vasto, na política de mobilidade juvenil que temos procurado implementar ao longo das últimas legislaturas.

Desde o início desta legislatura que é sabido que neste âmbito e no âmbito de actuação das Pousadas de Juventude dos Açores, S.A, que é a empresa que detém a gestão desta matéria, previa-se o alargamento da rede existente de 3 unidades (S. Miguel, Terceira e Pico), para 5 unidades, acrescentando-se S. Jorge e Santa Maria.

Desde o início desta legislatura que isso é conhecido de todos e é precisamente isso que vai acontecer e felizmente a bom ritmo e dentro do calendário previsto. A unidade da Calheta de S. Jorge será inaugurada ainda este verão e a Pousada de Juventude de Santa Maria, tudo indica, no final do primeiro trimestre, início do segundo trimestre de 2012 e portanto desse ponto de vista está a ser cumprido o previsto.

Há aqui uma lógica que é fundamental para nós, que é a da sustentabilidade da rede regional de pousadas da juventude e dessa não prescindimos porque não se procura só avançar duma forma razoável, mas também se procura, e essa é uma preocupação fundamental, garantir as condições de exploração das unidades que já existem.

Dito doutro modo, não se trata apenas de construir edifícios, trata-se de construir esses edifícios e procurar garantir que a sua exploração e o financiamento da sua actividade não porão em causa o equilíbrio de todo o sistema e de toda a rede. A preocupação é essa. É assim que isso tem funcionado, felizmente bem, de modo a que a rede no seu conjunto possa ter uma oferta mais diversificada e de qualidade, mas sem prejuízo financeiro para quem explora e a Pousadas de Juventude dos Açores, S.A. é maioritariamente uma empresa pública. Portanto é isso que é preciso garantir.

Felizmente é isso que acontece nesta altura, nesta fase. A Pousadas de Juventude dos Açores não dá muito lucro, mas não dá prejuízo. Aliás os dados foram fornecidos aos Srs. Deputados, através dum pedido da Comissão, presumo eu, dados relativos a dormidas, dados relativos aos protocolos que tinham com outras unidades hoteleiras.

Convém também acrescentar, porque esse discurso de justiça é um discurso que o Sr. Deputado acena todas as vezes que fala, pintando esse retrato miserabilista do Corvo, que felizmente não corresponde à realidade, mas convém dizer que a rede de Pousadas de Juventude dos Açores não abrange não só o Corvo e as Flores como não abrange a Graciosa e o Faial.

O Corvo não é a única ilha dos Açores que não tem uma pousada de juventude.

Nas ilhas onde não existem unidades da rede de pousadas de juventude, o Governo teve a preocupação de para as poder incluir nas vantagens decorrentes do programa de incentivo à mobilidade juvenil, procurar parceiros nas unidades hoteleiras locais, de modo a que com tarifas especiais para os portadores de cartão inter-jovem, ficassem garantidas condições aliciantes para que os jovens pudessem deslocar-se a essas ilhas.

Dizer, como o senhor disse, que o Corvo está excluído dos programas de mobilidade juvenil, não é verdade. O Corvo não está excluído, o Corvo está incluído porque a unidade hoteleira lá existente proporciona condições especiais e tarifas especiais aos portadores do Cartão Inter-Jovem, que também podem chegar ao Corvo utilizando o Cartão Inter-Jovem, com uma tarifa bastante aliciante e bastante especial.

Essa ideia que o senhor está a tentar fazer passar, não corresponde à verdade, nem corresponde ao sistema existente.

Por um lado procura-se garantir a sustentabilidade da própria rede de pousadas e por outro procura-se garantir a sustentabilidade da economia local, Sr. Deputado Paulo Estêvão. Julgo que isso é uma matéria que o senhor deveria ser sensível, porque quanto mais pequena é a realidade económica, mais cuidado há que ter no investimento público, de modo a que ele não desvirtue, não prejudique, não subverta o próprio equilíbrio local e neste caso a oferta turística existente na ilha.

Esse também é um factor que deve estar na ponderação deste tipo de investimentos. Nós temos essa preocupação no Corvo, como também nas Flores. Os mercados pequenos exigem uma análise muito apurada, no sentido de verificar se o investimento público não desvirtuará, não prejudicará o investimento privado. Isso é um elemento que deve ter em atenção.

Não se trata (já agora uma correcção) do PROTA, mas sim do POTRAA, o plano que o senhor se referia, o Plano de Ordenado Turístico da Região Autónoma dos Açores.

O número que aí é indicado é precisamente, e passe o pleonasma, o máximo de camas admissível, ou de carga admissível nesse caso. Não é posto como uma meta ideal na forma que o senhor aqui fazer reproduzir.

Mais, esse objectivo é secundário quando o que está em causa é garantir primeiro o equilíbrio dos agentes económicos que já actuam no mercado. Não seria com certeza o Governo Regional, através do seu investimento numa pousada de juventude que iria prejudicar o empresariado local e a vontade de dinamizar a própria economia da Ilha do Corvo. Nós temos essa preocupação também.

Terminando já, gostava também de mais uma vez verificar com mágoa que o Sr. Deputado continua com essa ideia do turismo de estado. O Sr. Deputado tem um programa de turismo de estado que é o seguinte: o Corvo tem que ser inserido nos programas de mobilidade sénior e de mobilidade juvenil. Sim senhor, já está!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O programa é seu!

O Orador: Já está inserido! O senhor não se contenta com isso. Isso seria normal, mas o senhor não se contenta com isso.

O que o senhor quer não é só que o Corvo esteja incluído, é que o Governo determine uma quota de idosos e uma quota de jovens que terão que ir para o Corvo, que pegue neles e vá levá-los lá, para o senhor ficar satisfeito com o número e com a demanda que a Ilha do Corvo tem em termos turísticos. Com essa perspectiva não partilhamos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Acha esse argumento utilizável?

O Orador: Esse argumento decorre da sua insistência no facto de que, apesar do Corvo estar incluído nesses programas, não beneficia suficientemente ou na proporção em que o senhor queria que beneficiasse.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nunca disse isso! Isso é imaginação absoluta!

O Orador: É mais uma vez com mágoa que verifico que o Sr. Deputado ainda não abandonou essa ideia, mas há sempre esperança.

Portanto, resumindo, a posição do Governo Regional sobre esta matéria é cumprir o plano de actividade e o plano de investimento das Pousadas de Juventude, S.A., fazendo o alargamento da rede de 3 para 5 unidades e tendo sempre como preocupação fundamental garantir a sustentabilidade da rede, do seu funcionamento e a protecção dos agentes económicos, que nessa área actuam nos mercados das respectivas ilhas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Presidência, desculpe-me discordar da sua visão ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Turismo do Estado!

O Orador: ... relativamente, não ao turismo de estado, que não sei muito bem o que é isso...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Pode discordar!

O Orador: Posso? Então discordando de V. Exa. dizer-lhe que a situação das Flores e da proposta que iremos analisar seguidamente é substancialmente diferente da proposta que estamos agora a analisar da construção de uma pousada para o Corvo.

São diferentes, porque são realidades diferentes, designadamente ao nível da oferta já existente, a nível hoteleiro.

Relativamente a esta proposta do PPM, dizer que consideramo-la, não só legítima, certamente, mas também como pertinente e necessária e que tem a ver com o défice de oferta de camas que a Ilha do Corvo tem.

Sabemos que a eventual construção duma pousada na Ilha do Corvo não resolve o problema do turismo no Corvo, mas certamente daria um contributo até pelo aumento da oferta.

A situação do Corvo em termos económicos, designadamente para inverter a tendência de fraca procura turística, deve-se à falta de oferta, mas deve-se sobretudo a problemas de acessibilidade que se mantêm e estão a perpetuar-se relativamente àquela ilha, e não apenas àquela ilha, no que concerne quer aos

custos, quer à necessidade de introduzir melhoramentos nas infra-estruturas portuárias e aeroportuárias existentes.

Designadamente em relação às Flores, o problema passará mais por resolver a questão da acessibilidade ao nível dos custos, da frequência, etc., etc. (isto é, levar para lá pessoas), do que propriamente aumentar a oferta.

Quanto ao Corvo parece-me que não sendo a solução, seria certamente um bom contributo se viesse a ser aceite pelo Governo esta recomendação proposta agora pelo PPM.

A Representação Parlamentar do PCP irá aprovar este Projecto de Resolução apresentado pelo PPM.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Nunes.

(*) **Deputado Guilherme Nunes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM apresenta legitimamente um Projecto de Resolução para a construção de uma Pousada da Juventude no Corvo.

Em primeiro lugar, e que fique muito claro, não negamos qualquer legitimidade ao PPM para apresentar iniciativas legislativas relativas. É, aliás, uma obrigação sua, ou seja, mais não faz do que cumprir o seu dever de Deputado.

Em boa verdade, o Sr. Deputado do PPM até tem apresentado uma série de iniciativas que pretende para a ilha e para os Açores. A sua estratégia, porém, começa a ficar gasta com o tempo.

O que tem feito o Sr. Deputado do PPM?

Olha para as ilhas do lado e propõe para o Corvo o que as outras ilhas já têm. Nem mais, nem menos! Não inova, não reflecte sobre a utilidade ou viabilidade. Não quer saber quanto custa.

Não nos admira que num dos próximos plenários estejamos a debater a construção de um estádio de futebol ou a pertinência de estradas SCUT no Corvo, ou mesmo quem sabe a possibilidade do Corvo passar a ter um centro comercial com 300 lojas...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

... apenas e só porque as outras ilhas têm. Só porque o PPM quer, e pronto. Não há mais estratégia.

Além disso o Sr. Deputado do PPM acha que a sua legitimidade, enquanto representante parlamentar, é maior do que um Programa do Governo sufragado e escolhido nas urnas pelos açorianos. Não é Sr. Deputado!

Feita esta pequena explanação vamos ao que interessa.

O compromisso assumido pelo Governo Regional dos Açores com a população açoriana é o alargamento da rede de pousadas da juventude de três para cinco estruturas, o que ficará completo no próximo ano com a abertura da Pousada de Santa Maria.

Tenho aqui o manifesto eleitoral do Corvo. Nele não consta nenhuma pousada da juventude. O senhor pode lê-lo e verá.

Digo-lhe mais. Praticamente tudo aquilo que prometemos estamos a cumprir ou já está praticamente tudo cumprido. Espero que até ao final de 2012 possamos vir aqui dizer que está tudo cumprido.

Não faltava mais nada senão cumprirmos o programa eleitoral do Sr. Deputado do PPM e não cumprirmos o nosso. Não falta mais nada! Só faltava isso.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Queria fazer duas perguntas, se puder. Não é necessário o Sr. Deputado responder, mas de qualquer maneira vou colocá-las.

Deputado Pedro Gomes (PSD): O Sr. Deputado não quer ser esclarecido!

O Orador: Gostaria de perguntar se nos pode responder aqui e agora, com números exactos e detalhados, quanto custará aos açorianos todos os investimentos que o senhor tem pedido para o Corvo e para os Açores e se acha que neste momento difícil da vida de todos os açorianos os corvinos não têm outra prioridade que não seja um museu e uma pousada da juventude?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à construção de uma pousada na Ilha do Corvo, o PSD irá abster-se.

Defendemos, e continuamos a defender, que há necessidade de uma rede de pousadas em todas as ilhas dos Açores. Uma rede de pousadas que vem beneficiar ...

Deputado Guilherme Nunes (PS): Não se importam com o investimento privado que está a ser feito lá! Não se importam de o pôr em risco!

O Orador: ... a juventude açoriana, a mobilidade inter-ilhas acima de tudo, o turismo juvenil e o turismo de lazer que se quer e que os jovens açorianos querem e desejam fazer um pouco por todas as ilhas, de forma a vir a conhecer as nossas realidades e as realidades culturais diferentes de cada uma das ilhas. Isto é um princípio que o PSD defende e irá defender sempre.

Achamos que neste momento há prioridades que são fundamentais para o Corvo. Em tempo de crise e em tempo de sacrifício que todos os açorianos fazem, achamos que neste momento uma Pousada da Juventude no Corvo não é uma prioridade.

Desta forma é mais um dos argumentos que temos para nos abstermos quanto a esta questão.

Outro ponto que julgo que é importante trazer a esta casa, e relacionado com as Pousadas da Juventude:

Quando o Sr. Secretário da Presidência foi à Comissão de Assuntos Sociais enganou os Deputados e os parlamentares que constituem esta Comissão.

Deputado João Costa (PSD): E voltou a fazê-lo aqui!

O Orador: E voltou a fazê-lo aqui.

Muito simples. O Sr. Secretário disse que as pousadas da juventude têm um protocolo com as unidades hoteleiras locais.

Sr. Secretário, por aquilo que nos enviou, não são as pousadas da juventude que têm protocolos com as unidades hoteleiras locais. É o Cartão Inter-Jovem.

Um jovem que quer ir ao Corvo ou às Flores, não tem, nem usufrui, da mesma oportunidade...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor está a falar a sério? Isso é para os apanhados!

O Orador: ... que tem um jovem que quer ir a São Miguel ou que quer ir à Terceira. É muito simples, Sr. Secretário: um jovem que vai a São Miguel tem uma pousada da juventude; um jovem que vai ao Corvo ou às Flores tem que ter o Cartão Inter-Jovem para usufruir da pousada de juventude.

Deputado Francisco César (PS): O senhor está a brincar!

O Orador: Aí está a diferença, Sr. Secretário.

É muito diferente. Se eu quiser ir às Flores, à Graciosa ou ao Faial, e ficar ao abrigo do protocolo do Cartão Inter-Jovem eu tenho que adquirir o Cartão Inter-Jovem. Se eu quiser ir a São Miguel ou à Terceira posso ficar numa pousada da juventude sem ter que comprar o Cartão Inter-Jovem. É esta a diferença Sr. Secretário.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Primeiro, enganou na Comissão de Assuntos Sociais e depois aos Deputados desta Casa.

A segunda vez que o senhor nos enganou foi relativamente aos protocolos estabelecidos com as unidades hoteleiras locais.

Sr. Secretário, um jovem, para além de ter de comprar o Cartão Inter-Jovem para ir ao Faial, às Flores, à Graciosa ou ao Corvo, não beneficia do mesmo preço se ficasse numa Pousada de Juventude na Terceira, em São Miguel ou no Pico.

O senhor sabe quanto é que custa uma estadia na Pousada de Juventude da Terceira ou de São Miguel?

Custa cerca de 18 euros.

Sabe quanto é que custa uma estadia ao abrigo do Cartão Inter-Jovem, por exemplo, no Hotel Horta, que tem 20% de desconto? Diga-me quanto é que custa e diga-me acima de tudo, como o senhor afirmou há pouco nesta casa, que é benéfico para a juventude açoriana.

Não é benéfico para a juventude açoriana ficar no Hotel Horta com 20% de desconto. É muito diferente.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): É o melhor!

O Orador: Não se trata de ser melhor. Trata-se de ser igual. Foi aquilo que o senhor afirmou na Comissão. O senhor afirmou que era a mesma coisa e que havia protocolos com as unidades hoteleiras locais que faziam cerca do mesmo preço que as Pousadas de Juventude na Terceira e em São Miguel.

Tenho dito.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Eu não disse isso!

Deputada Nélia Amaral (*PS*): Diga lá por que é que escolheu o Hotel Horta com tantas unidades hoteleiras no Faial?

Presidente: A Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para uma interpelação?

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Sr. Presidente, para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Face à hora em que nos encontramos, não vale a pena prosseguirmos.

Terminamos os nossos trabalhos por hoje. Eles prosseguirão amanhã às 10 horas com PTAP.

Boa noite, bom jantar e até amanhã.

Eram 19 horas e 49 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

António Gonçalves Toste Parreira

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio Borges Almeida

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Deputado que faltou à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e Silva

Duarte Manuel Braga Moreira

Partido Social Democrata (PSD)

Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

(*) Texto não revisto pelo orador.

Documentos entrados

Listagem da correspondência

1 - Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Sistema Portuário dos Açores – \(n.º 18\)](#)

Autor: Governo

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2011 – JUNHO – 27.

2 - Proposta de Resolução:

Assunto: [1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma](#) dos Açores para o ano de 2011- (N.º 2)

Autor: ALRAA

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2011 – JUNHO – 27.

3 - Petições:

Assunto: Propostas para a Educação – Denúncia – (n.º 6)

Autora: Regina Goulart Dores

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011 – SETEMBRO – 1;

Assunto: Petição contra a construção do campo de golfe de Santa Maria – (n.º7)

Autor: Daniel da Silva Gonçalves

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2011 – SETEMBRO – 2.

4 - Requerimentos:

Assunto: [Centro de processamento de resíduos das Flores e lixeiras a céu aberto](#)

Autor: Paulo Rosa (CDS/PP)

Data de Entrada: 2011.05.20

Referência: 54.01.08 – N.º 465/IX;

Assunto: [Serviços de Meteorologia na ilha da Flores](#)

Autor: Paulo Rosa (CDS/PP)

Data de Entrada: 2011.05.23

Referência: 54.01.08 – N.º 466/IX;

Assunto: [Carências do Porto de Pescas do Nordeste](#)

Autor: Francisco Álvares (PSD)

Data de Entrada: 2011.05.23

Referência: 54.03.02 – N.º 467/IX;

Assunto: [Novos horários da Transmaçor no Triângulo](#)

Autores: Duarte Freitas, Jorge Costa Pereira, Cláudio Lopes e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2011.06.02

Referência: 54.03.00 – N.º 468/IX;

Assunto: [Fajãzinha – Seis meses depois reinam a incerteza e a Indefinição....](#)

Autor: Paulo Rosa (CDS/PP)

Data de Entrada: 2011.06.03

Referência: 54.01.08 – N.º 469/IX.

5 - Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Consequências da obra do novo cais do Porto da Horta no "Saco do Porto"](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.05.24

Referência: 54.03.07 – N.º 268/IX;

Assunto: [Famílias são surpreendidas por avisos de devolução de prestações - Segurança Social avaliou processos “a passo de caracol”](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.05.24

Referência: 54.03.00 – N.º 455/IX;

Assunto: [Vila da Calheta de São Jorge, exige transporte marítimo de passageiros](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.06.03

Referência: 54.03.05 – N.º 435/IX;

Assunto: [Trilho Fajã dos Vimes – Lourais – Fajã de São João, ao abandono](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.06.03

Referência: 54.03.05 – N.º 408/IX;

Assunto: [Estudo sobre os transportes marítimos na Região Autónoma dos Açores e Ante-Projecto de navio destinado ao transporte de passageiros e viaturas](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.06.03

Referência: 54.06.00 – N.º 449/IX;

Assunto: [Aumento do porto comercial de São Jorge](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.06.03

Referência: 54.01.05 – N.º 450/IX;

Assunto: [Saúde – Clínica Vila dos Passos](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.06.03

Referência: 54.06.00 – N.º 462/IX;

Assunto: [FUNDOPESCA](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.06.03

Referência: 54.06.00 – N.º 463/IX;

Assunto: [Apoio ao sector das pescas](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.06.03

Referência: 54.03.00 – N.º 464/IX;

Assunto: [Transporte da imprensa escrita nacional por carga aérea para os Açores](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.06.06

Referência: 54.01.00 – N.º 381/IX.

6 - Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício de agradecimento de todos os participantes da deslocação aos Açores, no passado mês de Abril

Proveniência: Comissão de Pescas do Parlamento Europeu

Data de Entrada: 2011.05.19;

Assunto: Ofício a comunicar o envio para publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2011 - Regime jurídico da atribuição de bolsas de estudo e formação pela Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Gabinete de Sua Representante da República

Data de Entrada: 2011.05.20;

Assunto: Ofício a comunicar o envio para publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 14/2011 - Bolsa regional aos estudantes do ensino superior

Proveniência: Gabinete de Sua Representante da República

Data de Entrada: 2011.05.20;

Assunto: Ofício a comunicar o envio para publicação do Decreto Legislativo regional n.º 15/2011 - Estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício da actividade de organização de campos de férias.

Proveniência: Gabinete de Sua Representante da República

Data de Entrada: 2011.05.20;

Assunto: Ofício a comunicar que foi enviado para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 16/2011 - Regime jurídico da gestão das zonas balneares, da qualidade das águas balneares e da prestação de assistência nos locais destinados a banhistas. Transpõe para a ordem jurídica regional a Directiva n.º 2006/7/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Fevereiro, relativa à gestão da qualidade das águas balneares.

Proveniência: Gabinete de Sua Representante da República

Data de Entrada: 2011.05.20;

Assunto: Ofício a comunicar o envio para publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2011 - Segunda alteração ao DLR n.º 37/2008/A, de 5 de Agosto, que estabelece o regime jurídico de actividades sujeitas a licenciamento das câmaras municipais na Região Autónoma dos Açores, alterado pelo DLR n.º 12/2010/A, de 30 de Março

Proveniência: Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2011.06.02;

Assunto: Ofício a comunicar o envio para publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2011 - Aplica à Administração Regional Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 170/2009, de 3 de Agosto, diploma que estabelece o regime da carreira especial de inspecção

Proveniência: Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2011.06.02;

Assunto: Ofício a comunicar o envio para publicação do DLR n.º 21/2011 - Regula o exercício da actividade dos profissionais de informação turística na RAA

Proveniência: Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2011.06.02;

Assunto: Ofício a dar conhecimento o relatório de auditoria aprovado e abaixo indicado:

- Audit. n.º 6/2011-FS/SRATC (Proc.º n.º 10/101.01) – “Auditoria à aplicação do POC-E”.

Proveniência: Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2011.05.23

Referência: 04.01.06/1/IX;

Assunto: Ofício a enviar o manifesto “Defender os direitos, o emprego, o futuro e o Poder Local democrático”

Proveniência: Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local

Data de Entrada: 2011.05.27;

Assunto: Ofício a solicitar autorização para depoimento de testemunha do Deputado José Francisco Salvador Fernandes – julgamento designado para o dia 18/06/2011

Proveniência: Tribunal Judicial de Santa Cruz das Flores

Data de Entrada: 2011.06.02;

Assunto: Ofício a solicitar autorização para depoimento de testemunha do Deputado António Lima Cardoso Ventura, nos autos de Processo Comum (Tribunal Colectivo)

Proveniência: Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo

Data de Entrada: 2011.06.06;

Assunto: Ofício a enviar o Acórdão n.º 265/2011, referente à Proposta de DLR n.º 15/2008 que "Adapta à Administração Pública Regional dos Açores a Lei n.º 12-A/2007, de 27 de Fevereiro (Estabelece os Regimes de Vinculação, de Carreiras e de Remuneração dos Trabalhadores que exercem funções públicas)"

Proveniência: Tribunal Constitucional

Data de Entrada: 2011.06.02.

7 - Relatórios e Pareceres:

Assunto: [Relatório de actividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Entrada: 2011 – 06 – 06;

Assunto: [Projecto de Resolução n.º 23/2011 \(BE\) – “Manutenção da extensão do Provedor de Justiça na Região Autónoma dos Açores”](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2011.06.02;

Assunto: [Projecto de Resolução n.º 15/2011 \(PPM\) – “Recomenda ao Governo Regional a divulgação anual das despesas, pessoal afecto e actividades desenvolvidas pelo Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional dos Açores”](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2011.06.02;

Assunto: [Relatório de actividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Entrada: 2011 – 06 – 07;

Assunto: [Relatório de actividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Entrada: 2011 – 06 – 06;

Assunto: [Projecto de Decreto-Lei que expande a rede de mobilidade eléctrica às Regiões Autónomas e procede a ajustamentos na sinalização rodoviária relativas aos veículos eléctricos, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de Abril e à quinta alteração ao Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de Outubro – MEID – \(Reg. DL 152/2011\)](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2011.05.25;

Assunto: [Projecto de Resolução n.º 16/2011 \(PCP\) – “Recomenda ao Governo da República a criação de uma Delegação do IPTM I.P. na Região Autónoma dos Açores”](#)

Proveniência: [Comissão de Economia](#)

Data de Entrada: 2011.06.03;

Assunto: [Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/2011 \(PS\) – “Estabelece a obrigatoriedade de monitorização e de divulgação do consumo energético dos edifícios públicos afectos à Administração Regional Autónoma e Autárquica”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2011.06.06;

Assunto: [Projecto de Resolução n.º 22/2011 \(PSD\) – “Acordos agrícolas com o MERCOSUL”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2011.06.06.

8 - Diários:

Consideram-se aprovados na Sessão Plenária os Diários n.º s 93, 94 e 95, bem como as Separatas n.º s 3 e 4.

Estão presentes na Sessão Plenária os Diários n.º s 96, 97 e 98.

A redactora: Maria da Conceição Fraga Branco